

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA

LUCIANA JUVÊNCIO SILVA

**CONSTRUÇÕES DA HISTORIOGRAFIA ALAGOANA SOBRE A ESCRAVIDÃO:
UM BALANÇO CRÍTICO**

DELMIRO GOUVEIA-AL

2022

LUCIANA JUVÊNCIO SILVA

**CONSTRUÇÕES DA HISTORIOGRAFIA ALAGOANA SOBRE A ESCRAVIDÃO:
UM BALANÇO CRÍTICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Colegiado do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Manoel da Silva
Gomes

Coorientador: Prof. Dr. Danilo Luiz Marques

DELMIRO GOUVEIA–AL

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586c Silva, Luciana Juvêncio

Construções da historiografia alagoana sobre a escravidão: um
balanço crítico / Luciana Juvêncio Silva. - 2022.
97 f. ; 30 cm.

Orientação: Gustavo Manoel da Silva Gomes.
Coorientação: Danilo Luiz Marques.
Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de
Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2022.

1. História – Alagoas. 2. Historiografia alagoana. 3. Co-
nhecimento histórico. 4. Escravidão. 5. Revisão crítica. I.
Gomes, Gustavo Manoel da Silva. II. Marques, Danilo Luiz.
III. Título.

CDU: 981(813.5):326

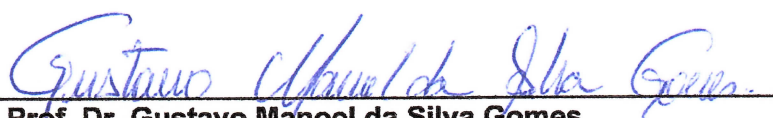
FOLHA DE APROVAÇÃO

LUCIANA JUVÊNCIO SILVA

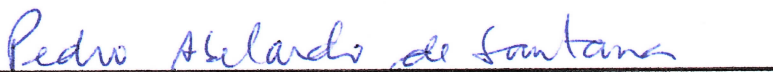
CONSTRUÇÕES DA HISTORIOGRAFIA ALAGOANA SOBRE A ESCRAVIDÃO: UM BALANÇO CRÍTICO

Trabalho de conclusão de curso submetido ao corpo docente do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão e aprovado em 04 de julho de 2022.

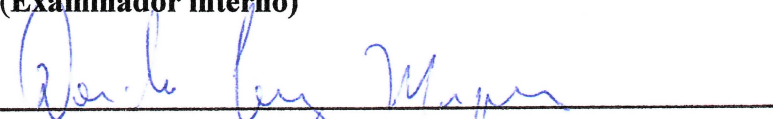
Banca examinadora:



Prof. Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes
(Orientador, Presidente da banca)



Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana
(Examinador interno)



Prof. Dr. Danilo Luiz Marques
(Coorientador, avaliador externo)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria Aparecida Juvêncio e Jean Charles da Silva, por todo apoio direta e indiretamente que me proporcionaram, bem como, todo amor e educação que deram ao longo dos meus 24 anos, sobretudo, por me ensinar a ser uma mulher forte e determinada a ir atrás dos meus sonhos.

À minha avó, Maria Zélia de Oliveira, por todo carinho, acolhimento, cuidado, amor e amizade.

Ao meu amor, Jonas Felipe Santos de Souza, que esteve comigo em todos os momentos de glória e angústia ao longo dessa produção, como também ao longo dos nossos três anos de relacionamento pautado no amor, respeito, amizade, admiração e muito diálogo. Obrigada por me auxiliar e me mostrar que sou mais forte que meus traumas. Eu amo você.

Ao Abí Axé Egbé, por ter sido e continuar sendo, a minha maior referência em meu processo de auto aceitação e reconhecer minha potência enquanto mulher negra, acadêmica, pesquisadora, bailarina eicineira. Minha entrada no Grupo de Cultura Negra do Sertão em meados de dezembro de 2018, em pleno ensaio para o cortejo de carnaval em 2019, foi regado de muita intensidade, aprendizado e acima de tudo, muito acolhimento. Neste presente ano, farei quatro anos que integro o Abí Axé Egbé e só tenho a agradecer por todos os momentos de estudos, debates, reuniões, ensaios e festividades. Obrigada por ser essa fonte de resistência e referência negra em pleno sertão alagoano.

À minha amiga, Ellen Cirilo, por me incentivar, instruir e auxiliar em minha trajetória acadêmica, bem como, me empoderar intelectual e esteticamente. Obrigada por todo acolhimento, saiba que você fez e faz parte dessa trajetória sensível que foi me reconhecer enquanto uma mulher preta.

À minha querida amiga, Chirlei Santos, por todas as aulas juntas, trabalhos, conversas e estresses acadêmicos. Seu sucesso também faz parte de minha felicidade, obrigada por ser essa amiga prestativa, carinhosa e atenciosa.

À minha amiga, Natália Costa por toda trajetória juntas, pelo amadurecimento pessoal, ao nosso reconhecimento de nossa potencialidade e beleza negra. Nossa transição capilar nos uniu tanto e por meio dela, aprendemos juntas, choramos, apoiamos-nos e hoje, nossa amizade está mais sólida do que nunca. Obrigada por tudo, irmã.

Ao Prof. Dr. Pedro Santana, pela participação na banca, contribuições ao trabalho e pelas boas memórias das disciplinas que você ministrou no curso de História.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Danilo Luiz Marques, por toda atenção e disponibilidade. Aqui fica meu singelo carinho por toda a referência que você é para nós que pesquisamos sobre escravidão em Alagoas.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes, com todo carinho e respeito, venho aqui expressar o meu agradecimento por ter sido essa pessoa crucial não somente na academia, mas na vida. Obrigada por me nortear e orientar de forma tão incisiva e ao mesmo tempo, sensível nessa pesquisa. Aos diálogos, conselhos acadêmicos e pessoais, por me “lapidar” como você mesmo diz, sempre me empoderando e me mostrando os caminhos das pedras, de forma coerente e consistente. Te levarei comigo sempre.

*“Somos filhos dos escravos
E estamos a fim de tirar essa máscara,
Revelando a história
De um povo roubado, adulterado, e negado a ser feliz
Um povo castrado, lesionado, e negado a ser feliz”
(Edson Gomes)*

RESUMO

A partir da década de 1980 a historiografia brasileira passou por um processo de renovação em decorrência da Nova História, fato que impactou profundamente os estudos sobre a escravidão no país. As pesquisas alagoanas no campo da escravidão também foram perpassadas por alterações que vieram a incluir novas narrativas, temáticas, fontes e conceitos. Este trabalho tem como objetivo investigar de modo crítico como a historiografia local construiu um conhecimento histórico sobre a escravidão em Alagoas. Para tanto realizamos uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica. Como critérios de análise, observamos a formação acadêmica dos autores, seus lugares institucionais de produção e as épocas das publicações, bem como cada obra e seus respectivos temas, objetivos, referenciais teóricos, fontes, dados e estudos de caso, argumentos, teses centrais etc. Tomamos como corpus de análise as obras historiográficas alagoanas, dividindo-as entre aquelas produzidas entre a primeira metade e início da segunda metade do século XX, e aquelas desenvolvidas após década de 1980 conforme uma emergente renovação historiográfica. A investigação nos fez perceber que, em Alagoas, houve um crescimento de número de pesquisas que tomam a escravidão como objeto de estudo, porém houve significativa mudança da interpretação historiográfica. As primeiras obras possuem determinadas limitações como: as narrativas coletivas que se sobressaem, a parca existência de estudos de caso, o acesso majoritário às fontes de registros oficiais, as quais selecionavam narrativas que buscavam marginalizar escravizados e conseqüentemente, viabilizar o discurso da instituição escravista. Em contrapartida, nas obras que correspondem à inovação historiográfica, percebemos que a presença dos cativos vai além da dicotomia entre senhor e escravo. Nessas narrativas, os sujeitos submetidos à escravidão são protagonistas em diversos âmbitos sociais e culturais, nos quais praticam variadas formas de resistência: o trabalho das mulheres escravizadas nas ruas das cidades e as suas articulações sociais e políticas, o trabalho nos quilombos, o fortalecimento de vínculos entre os escravizados, a construção de relações de parentesco, as associações em irmandades, as tentativas de deslocamento geográfico em busca da liberdade etc. As novas construções do conhecimento histórico sobre a escravidão em Alagoas renovam-se por meio de variações temáticas, de fontes, conceitos, dados, estudos de caso e interpretações que tendem a valorizar e evidenciar as trajetórias dos cativos em busca de liberdade, mesmo sem perder de vista os vínculos institucionais com o escravismo que lhes limitavam as possibilidades de ação.

Palavras-chave: Historiografia Alagoana; Escravidão; Revisão Crítica.

ABSTRACT

From the 1980s on, Brazilian historiography went through a process of renewal as a result of the New History, a fact that deeply impacted the studies on slavery in the country. The researches on slavery in Alagoas have also undergone changes that included new narratives, themes, sources and concepts. This paper aims to investigate critically how local historiography has constructed historical knowledge about slavery in Alagoas. To this end, we carried out a qualitative research of bibliographic review. As analysis criteria, we have observed the academic background of the authors, their institutional places of production and the times of publication, as well as each work and its respective themes, objectives, theoretical references, sources, data and case studies, arguments, central theses and others. We took as corpus of analysis the historiographical works from Alagoas, dividing them between those produced between the first half and beginning of the second half of the 20th century, and those developed after the 1980s according to an emerging historiographical renewal. The investigation made us realize that, in Alagoas, there has been an increase in the number of researches that take slavery as an object of study, but there has been a significant change in the historiographical interpretation. The first works have certain limitations such as: the collective narratives that stand out, the scarce existence of case studies, the majority access to the sources of official records, which selected narratives that sought to marginalize slaves and consequently, to enable the discourse of the slavery institution. On the other hand, in the works that correspond to the historiographical innovation, we notice that the presence of captives goes beyond the dichotomy between master and slave. In these narratives, the subjects submitted to slavery are protagonists in several social and cultural spheres, in which they practice several forms of resistance: the work of enslaved women in the streets of the cities and their social and political articulations, the work in the quilombos, the strengthening of bonds among the enslaved, the construction of kinship relations, the associations in brotherhoods, the attempts of geographical displacement in search of freedom, etc. The new constructions of historical knowledge about slavery in Alagoas are renewed through thematic variations, sources, concepts, data, case studies and interpretations that tend to value and highlight the trajectories of the captives in search of freedom, even without losing sight of the institutional ties with slavery that limited their possibilities of action.

Keywords: Historiography of Alagoas; Slavery; Critical Review.

APRESENTAÇÃO

Meu ingresso na Universidade Federal de Alagoas teve início no ano de 2016. Ainda muito imatura com relação a academia, tudo foi muito novo para mim como os próprios conhecimentos sobre questões de gênero e raça, era algo muito distante e superficial, aliás, nem eu me entendia enquanto uma mulher negra. Ao entrar na Ufal Campus Sertão, no curso de História, experienciei as disciplinas ofertadas, no entanto, somente após o quinto período que comecei a me identificar com os assuntos sobre questões de gênero. Não só pelo meu reconhecimento enquanto mulher, mas por me reconhecer numa região extremamente patriarcal, conservadora e machista que tende a perpassar entre as gerações, a moralidade e os “bons costumes.”

Ao longo de minha vida, sempre ouvi comentários machistas que inferiorizavam as mulheres. Ao longo do curso de História fui aprendendo que esses discursos não é algo natural ou divino, mas sim uma construção histórica resultado de acordos e sentidos, entre sujeitos que dominaram poderes políticos estruturais da história, sujeitos masculinos. Essa curiosidade me acompanhou durante muito tempo, eu queria estudar a perspectiva das mulheres na construção da história, mas, tive dificuldade em encontrar orientação, recortar um tema, um período histórico.

Foi então que conheci o Abí Axé Egbé. Mas apesar de saber da existência do grupo na Universidade, foi só nos últimos períodos do curso que comecei a me aproximar do Abí. Em novembro de 2018, houve o “II Ciclo de Formação Docente do Abí Axé Egbé: Experiências Negras em Alagoas”, o evento oficial do grupo. Me inscrevi, participei das rodas de conversa e oficinas. Mas foi na oficina de “Cores, formas e poder: usos e sentidos dos turbantes” que me despertou algo. Eu estava num momento sensível, deixei de alisar quimicamente o meu cabelo e decidi assumi-lo natural, foram exatamente nove meses de um processo longo, um tanto inseguro, mas que eu sabia que logo mais estaria me reencontrando. Ao mesmo tempo em que o evento do grupo ocorria, eu estava nos momentos finais da minha transição capilar e foi na oficina, que descobri que meus cachos não são apenas estéticos: é ancestralidade, empoderamento e muita força interior. Além da parte prática de ensino do uso dos turbantes, houve também uma parte teórica sobre os significados, sentidos do corpo feminino, estética e cabelo, logo, vi na narrativa do Abí Axé Egbé uma possibilidade de explicação da história por óticas femininas.

Em dezembro de 2018, entrei oficialmente para o Grupo de Extensão que tem como metodologia, rodas de conversa, aprendizados sobre as oficinas e como ministrá-las, ensaios artísticos, apresentações culturais e em paralelo, o desenvolvimento de pesquisas. É neste cenário que dialoguei com o Prof. Dr. Gustavo Gomes, sobre o interesse em pesquisar sobre mulheres e raça, já que foi por meio do grupo me reconheci enquanto uma mulher negra. Mas, com a pandemia do Covid-19 no ano de 2020, em meio a este momento conflituoso e amedrontador, houve uma pausa nos estudos. Posteriormente, com a volta das aulas do primeiro semestre experimental, houve a disciplina de Escravismo no Brasil ofertada pelos Profs. Drs. Gian Carlo do Campus A.C Simões e Gustavo Gomes do Campus Sertão. A disciplina iniciou com uma bibliografia internacional sobre escravidão, nacional e por último, para encerrar a disciplina, a historiografia alagoana sobre a escravidão.

Contudo, em meio aos conhecimentos sobre a historiografia alagoana da escravidão, surgiu-me a inquietação em querer conhecer, pesquisar sobre a produção local. Transformei minha curiosidade em objeto de estudo para entender as pesquisas historiográficas alagoanas sobre escravidão. Me encontrei neste campo de estudo e como resistir de variadas formas, além dos palcos do Abí Axé Egbé, agora por meio da produção acadêmica.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Fontes e metodologia	18
2	AS PRODUÇÕES ALAGOANAS: OS CLÁSSICOS DA HISTORIOGRAFIA DA ESCRavidÃO	23
3	RENOVAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: AS PRODUÇÕES ALAGOANAS SOB NOVAS PERSPECTIVAS.....	37
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 1980 a historiografia passou por renovações ao trazer novas abordagens nos estudos voltados aos grupos sociais marginalizados, como por exemplo, os escravizados¹. Diante do campo teórico-metodológico da História Social sob influência do historiador inglês Edward Palmer Thompson, o conceito de experiência foi utilizado em pesquisas com perspectivas socioculturais. A partir de uma historiografia que introduz determinados grupos sociais subalternizados enquanto temas de estudo, a experiência se mostra como um fator fundamental para entendermos, por exemplo, as especificidades dos sujeitos escravizados, tendo em vista a possibilidade de rompimento com os discursos coloniais ao passo que parte para uma perspectiva na qual os cativos se tornam sujeitos de saberes, consciências e práticas, já não sendo mais descritos como “coisas”. Esta coisificação do escravizado se refere à ideia do indivíduo que é submetido a alguém, um sujeito sem vontade própria, “onde as condições extremamente duras do cativo teriam destituído os escravos da condição de pensar o mundo a partir de categorias socioculturais próprias” (OLIVEIRA, 2019). De acordo com a historiadora Silvia Hunold Lara, as mudanças nas produções que tendiam a colocar o escravizado enquanto “coisa” e a quebra de paradigma com as influências políticas e desdobramentos teóricos thompsonianos, persistiam numa perspectiva que incluíam os sujeitos marginalizados (LARA, 1995).

Os estudos que fomentavam a coisificação do escravizado delimitaram perspectivas hegemônicas em detrimento de uma narrativa que incorporasse debates a partir de uma perspectiva própria dos “dominados da história”, como, por exemplo, os escravizados². Desde as décadas de 1970 e 1980, intelectuais como Florestan Fernandes,

¹ Sabemos que o termo “escravo” é registrado nas fontes históricas escritas e que esse conceito define um ser destituído de humanidade. Enquanto historiadores, somos cientes de que essas fontes localizam relações de poder que significam e constroem posições históricas de sujeitos. A crítica às fontes nos permite reconhecer os jogos de poder construídos e reproduzidos na linguagem, que não é imparcial. Essa consciência nos faz repensar limites e possibilidades dos usos e apropriações que podem ser feitos dos termos e expressões cada época. Neste sentido, preferimos utilizar os termos “escravizados(as)” em vez de “escravos”. Como bem expressam Taille e Santos (2012, p.8-10): “Enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores. [...] Estar escravizado instaura tensão entre a continuação e a mudança, diferentemente de ser escravo, que se fecha na estabilidade e na manutenção da condição.”

² A História tinha seu padrão de cientificidade: documentos escritos, registros oficiais do Estado-Nação, epistemologias e conceitos eurocentrados. Ao explicar isso, não pretendemos estigmatizar ou julgar inválida as produções historiográficas de outras épocas, mas caracterizar alguns de suas características e efeitos, considerando as condições de possibilidade que a delimitaram.

Roger Bastide, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni³ desenvolveram estudos e pesquisas para contrapor Gilberto Freyre, iniciando-se uma quebra de paradigma e uma nova forma de análise da escravidão, mas o fizeram abordando prioritariamente as estruturas de dominação e exploração conforme a ótica dos colonizadores (OLIVEIRA, 2019).

Para eles, a escravidão é pedra basilar no processo de acumulação do capital instituída para sustentar dois grandes ícones do capitalismo comercial: mercado e lucro. A organização e regularidade da produção para exportação com larga escala - de que dependia a lucratividade - impunham a compulsão ao trabalho. Para obtê-la, coerção e repressão seriam as principais formas de controle social do escravo. (QUEIROZ, 2007, p.106).

Esses intelectuais definem “a violência como vínculo básico da instituição escravista” (QUEIROZ, 2007). A ênfase na violência, a exploração e a maneira como juridicamente esses aspectos estruturam a organização do Estado-Nação, legando um presente marcado pelas desigualdades socioeconômicas e raciais foi a perspectiva predominante.

Influenciadas por teorias marxistas clássicas, estas narrativas retratam a estrutura e a divisão social em classes a partir de uma explicativa econômica que de forma muito limitada observou a cultura e o cotidiano. Em contrapartida, a revisão investida, sobretudo, pela História Social Inglesa, enfatizou que as experiências humanas são movidas por um somatório de diversas variantes, não sendo somente determinadas pela condição econômica. Assim, tendo-se em vista as maneiras em que os sujeitos pensam, sentem e se mexem na história. A História Social afirma a existência de pluralidade de resistências, cotidianos e negociações que não passaram simplesmente pelas revoltas, pela luta armada, mas também por estratégias simbólicas, como a comunicação, a linguagem, a cultura, tradições orais, manifestações ritualísticas, estéticas, mobilidade social, reconstrução das instituições como a família, percebendo-se o papel da mulher etc. A partir de Thompson, a cultura ganhou notoriedade teórica e metodológica enquanto esfera de influência histórica. Vê-se que os sujeitos estão em classes sociais e culturas distintas, mas também, que existem, no interior de classe, outras variáveis que perpassam as

³ Essas mudanças ocorreram porque as críticas e mobilizações sociais e políticas, de esquerda, que denunciavam as estruturas de desigualdade no Brasil, fizeram os cientistas sociais analisar a história do país para compreendê-las e explicá-las, o contexto no qual os cientistas sociais da época estavam inseridos, também é responsável por essa mudança de perspectiva.

subjetividades dos indivíduos: pessoas de diferentes pertencimentos e categorias interagem e fazem a história.

A experiência, ausente como conceito da ortodoxia marxista, é o terreno comum em que os trabalhadores se reconhecem enquanto classe, mas, acima de tudo, os define como sujeitos de sua própria história, não sendo, portanto, definidos apenas pela posição econômica que ocupam em uma estrutura predeterminada e coerciva, por mais basilar que sejam as relações de produção na história da luta de classes. [...] Consciência de classe para ele não era apenas o reconhecimento das condições materiais e da dominação socioeconômica resultante disso; significava também a compreensão do conjunto de valores, ideias, tradições, manifestações culturais e religiosas de cada grupo humano, que os diferenciava e, ao mesmo tempo, aproximava os seus membros. Em nosso entendimento, a sua definição de consciência de classe corresponde, fundamentalmente, à própria definição das possibilidades de representações sociais dos sujeitos, das identidades, como seriam chamadas atualmente. [...] A relação da experiência com a consciência de classe, resultaria na identificação ou formação de uma classe social. (MEIRA, 2014, p.9-11)

As abordagens influenciadas por um marxismo clássico limitam o entendimento historiográfico sobre a escravidão e nisso precisou-se avançar através das fontes e de uma teorização que desse conta de novas questões e dados que os historiadores encontravam nas fontes. Entender a contribuição de Thompson para essa renovação da História Social é algo muito importante.

No prefácio de “A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade” (1987), Thompson nos apresenta uma concepção de classe, diferente da clássica definição marxista. Ressalta-se uma constituição da classe operária formada por homens e mulheres, sujeitos que têm relações, não somente econômicas, mas também sociais.

Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas [...] a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1987, p. 9-10)

O que nos permite compreender que “uma classe relaciona-se com outra. A classe se define pela sua história e como formação social e cultural, que só adquire existência ao longo de um processo histórico que envolve as experiências dos trabalhadores” (FELIX, 2008). Mas, é a partir dessas relações entre os trabalhadores que se constrói a experiência ou o conjunto de experiências que são partilhadas em comum. A

potencialidade científica desse conceito reside em construir narrativas contra-hegemônicas àquelas plasmadas como verdadeiras, absolutas e, portanto, oficiais.

A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que nasceram [...]. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987, p.10).

Estas relações denotam um conjunto de troca de saberes, como enfatiza Thompson ao pensar no conceito de cultura em sua obra “Costumes em Comum”. Para ele a cultura é um conjunto de práticas em que “há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole” (1998, p.17). Logo, podemos entender a cultura como uma rede de significados que não partem de um processo linear e tampouco é produzida restritivamente por uma classe social. Propomo-nos a entender a cultura enquanto um lugar que está sujeito a trocas de experiências que conseqüentemente são submetidas às modificações e redefinições que compõem este lugar de saber.

Se anteriormente havia uma preocupação em analisar a história a partir de uma visão macrossocial, o revisionismo teórico-metodológico proporcionado por pesquisadores como Thompson ajudaram a ampliar análises e a reconstruir narrativas, o que potencializou a Nova História. Como por exemplo, perceber os indivíduos excluídos em suas respectivas sociedades como sujeitos históricos ativos e que constituem possibilidades, resistências, redes de sociabilidades, indicando seus relativos poderes de ação por meio de suas experiências e culturas. Essas transformações paradigmáticas influenciaram a produção brasileira sobre a escravidão.

Nessa lógica, nos anos 1970 e mais intensamente ao longo de 1980, foi sendo estruturado na historiografia nacional um novo enfoque interpretativo da escravidão. Amadurecia o desejo de se desvencilhar das análises estruturalistas realizadas pelos revisionistas. Aportes teóricos diferentes foram acionados para pensar o escravismo, dentre estes, destacaram-se a Nova história Francesa, o neo-marxismo de Thompson, além dos renovados estudos das historiografias estadunidense e italiana.

Muitos pesquisadores promoveram inflexões na História da escravidão; seria dada especial atenção ao papel dos escravos como agentes da História, contrastando com a teoria coisificadora dos mesmos, capitaneada pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, então aninhado na Escola Paulista de Sociologia. Autores(as) como Robert Slenes, João José Reis & Eduardo Silva Maria Helena Machado, Sidney Chalhoub, Sílvia Hunold Lara, Hebe Maria Matos, inscreveram o escravo como sujeito ativo nas relações escravistas e, desde então, vêm perscrutando nas fontes documentais diversos indícios das inter-

relações estabelecidas entre senhores e escravos. (OLIVEIRA, 2009, p.42)

É a partir desta nova História Social que se expandem as perspectivas, uma historiografia que insere o escravizado enquanto sujeito ativo na corrosão do sistema escravista e que constrói subterfúgios para sua própria sobrevivência. Há uma ampliação temática nos estudos escravistas a partir de abordagens como o gênero⁴, parentesco, cotidiano escravo, resistências quilombolas, redes de sociabilidade, práticas culturais etc. Alicerçados por este campo historiográfico, alguns historiadores e seus respectivos estudos serão mencionados nesta seção para que possamos traçar brevemente algumas das contribuições feitas até então com o objetivo de compreender alguns exemplos práticos sobre como se transformou essa historiografia social da escravidão no Brasil.

Uma das contribuições historiográficas que insere a perspectiva da história das mulheres ao estudar o cotidiano de mulheres escravizadas, é a historiadora Maria Odila Leite (1984), em sua obra “Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX” em que reconstrói o cotidiano feminino e suas formas de sobrevivência no contexto escravagista. A autora enfatiza o caráter político da mulher que trabalha sob condições nas quais seu cargo é tido como marginal tanto para o seu contexto social quanto para a História dominante.

Outra historiadora importante ao se pensar numa nova historiografia da escravidão é a Silvia Hunold Lara (1995), que evidenciou a influência de E. P. Thompson na experiência negra em seu estudo intitulado “Blowin in the Wind: E. P. Thompson e experiência negra no Brasil”. A partir de suas referências thompsonianas, defende a presença da narrativa dos “excluídos” na historiografia brasileira e não somente as narrativas sobre os seus modos de vida. A autora propõe o exercício do caráter analítico na relação senhor-escravo pela ótica dos próprios escravizados.

Um outro clássico de referência aos estudos sobre a escravidão e cultura afro-brasileira é o historiador norte-americano Robert Slenes “Na senzala uma flor” (1999). Sob referência teórica de Edward P. Thompson, Slenes analisou práticas da cultura afro ressignificando o conceito de cultura afro-brasileira. Sua narrativa ressalta uma ideia da família escrava não como vulnerável, mas sim, uma importante instituição para os escravizados. Inicialmente sua análise referia-se às famílias enquanto instrumentos de

⁴ Por isso, o gênero é um conceito válido para entender as relações de poder no escravismo, além de demarcar um posicionamento em defesa da epistemologia feminista para a interpretação histórica (REIS, 2017, p.18).

submissão realizadas pelos senhores de escravo, chamando-as de “política de dominação senhorial”. No entanto, Slenes teve acesso a fontes que ressignificaram a sua leitura sobre a família, como instituição cultural original e mediadora de relações de poder, de ações de resistências à política de dominação senhorial.

Solange Rocha tem sua contribuição aos estudos escravistas mediante sua tese de doutorado “Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual” (2007), na qual busca entender de que maneiras, negras e negros, fossem eles escravizados ou não, estabeleceram seus arranjos familiares, juntamente aos subterfúgios nas possibilidades de liberdade e resistência. A autora também enfatiza a luta de homens e mulheres em oposição ao processo de subordinação com o intuito de reconstruir seus laços familiares.

João José Reis (2008), em seu artigo “A revolta dos Malês em 1835”, relata o planejamento da revolta dos negros muçulmanos na Bahia do século XIX, como também a contenção das autoridades com a descoberta da possível revolta dos escravos. Segundo o autor, os escravizados urbanos tinham variadas atividades, tendo variados tipos de trabalhos.

As ocupações dos presos por suspeita de participação na revolta de 1835 refletem a variedade de atividades desempenhadas pelos escravos urbanos. Havia entre eles lavradores, remadores, domésticos, pedreiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, armeiros, barbeiros, vendedores ambulantes, carregadores de cadeira, entre outras atividades. (REIS, 2008, p.5)

O breve artigo, narra o evento da revolta dos malês a partir de fontes como os depoimentos dos malês presos em 1835, nos inquéritos policiais e processos judiciais no Arquivo Público do Estado da Bahia.

A historiadora Suely Queiroz (2010), em “Escravidão negra em debate”, relembra os pensamentos polêmicos sobre a instituição escrava, a partir do historiador e sociólogo Gilberto Freyre, sintetizando as questões controversas e identificando os conceitos utilizados no contexto histórico na qual foram surgidas, como também, apontando os novos discursos que divergem do pernambucano, estabelecendo um paralelo entre a historiografia clássica e a nova historiografia.

Flávio dos Santos Gomes e Lilia Schwarcz (2018), em “Dicionário da escravidão e liberdade”, reúnem 50 textos críticos em forma de comemoração crítica aos 130 anos de abolição, para se pensar aspectos inerentes ao escravismo como as resistências, família,

leis, gênero, parentesco, fazendo um panorama das maneiras nas quais os rastros do escravismo se instalaram em nossa sociedade atual.

Estes são alguns dos historiadores que tem como características um novo olhar na produção historiográfica brasileira. Seus discursos retratam as narrativas que eram invisibilizadas e marginalizadas, contribuindo para a quebra de paradigma iniciada na década de 1980 e se debruçam no século XXI com o reconhecimento do papel do sujeito escravizado enquanto indivíduo importante socialmente, a partir de suas práticas socioculturais. Estas produções, após a década de 1980, têm seu destaque por propor uma historiografia diversa, pois apesar das pesquisas tomarem os escravizados como protagonistas, os trabalhos inserem novas perspectivas a partir de diferentes possibilidades como a religiosidade, linguagem, relações de parentesco, resistência escrava, gênero etc. Estas perspectivas se mostram como elementos que se opõem à historiografia tradicionalista em que não se estabeleciam recortes que diversificassem as questões, as temáticas e as fontes das produções.

Cada vez mais, as visões escravas da escravidão e da liberdade, em confronto com as visões senhoriais e de outros grupos, têm sido objeto de investigação e têm propiciado diferentes questionamentos sobre as interpretações e explicações históricas tradicionalmente aceitas a respeito do tema. (LARA, 1995, p.50)

A partir dessa mudança paradigmática na história do escravismo, pretendo analisar como a historiografia alagoana construiu um conhecimento histórico acerca da escravidão e compreender se, e a partir de que momento, ela abre-se a novas temáticas.

1.1 Fontes e metodologia

Realizamos aqui uma pesquisa qualitativa, procedendo a uma revisão bibliográfica de modo crítico, ou seja, situando historicamente as condições de possibilidade da produção de cada obra confrontando-as entre si para identificar aproximações, distanciamentos, tensões, limitações e avanços nas interpretações historiográficas.

Em nossos critérios de análise referente às produções, nos atentaremos aos autores, filiações institucionais e épocas de produção; bem como as questões centrais das suas pesquisas, os referenciais teórico-metodológicos utilizados, as fontes, os sujeitos abordados, os argumentos e teses etc.

Buscamos identificar quais contextos foram analisados nas diferentes produções bibliográficas, os lugares sociais dos autores, as suas perspectivas e referenciais teóricos, bem como identificar quais as limitações que vedaram aspectos importantes na produção do conhecimento, como, por exemplo, as questões de gênero na produção historiográfica alagoana. Neste caso, por exemplo, diante das produções, busco compreender como a historiografia descarta e inclui a narrativa feminina e, de que forma mulheres aparecem, seja como sujeitos de pesquisa histórica, seja enquanto produtoras/autoras de conhecimento historiográfico, tendo em vista a predominância masculina nas produções.

Uma das maiores dificuldades encontradas para a realização dessa produção é diante do difícil acesso às fontes, pois muitas delas já são em si, obras raras. Tenha-se em vista, também, que esta pesquisa foi desenvolvida em meio à pandemia da Covid-19, o que impôs alguns obstáculos para a sua realização como, por exemplo, a falta de acesso à biblioteca da Universidade e, além disso, a dificuldade financeira para a obtenção de obras importantes para nossa análise. Contudo, pude encontrar materiais essenciais para esta pesquisa por meio de plataformas da internet, acervos digitais e do apoio dos líderes de diferentes grupos e órgãos da própria Universidade Federal de Alagoas UFAL tais como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABÍ), o Equipamento Cultural Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Escravidão e Sociedade na Época Moderna (NESEM), os quais compartilharam comigo seus acervos digitais de estudos e mediaram relações em favor do desenvolvimento desta pesquisa.⁵

É importante afirmar que a própria organização deste TCC se deveu aos dados encontrados nas obras analisadas, não só em termos cronológicos, mas também de ordem institucional e de perspectivas epistemológicas. Isso nos leva a menções importantes:

O papel do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) para as produções alagoanas. Segundo Sobral,

Nos dias que se seguem o IHGAL é frequentado por diferentes segmentos sociais e promove distintos estudos sobre os aspectos culturais e sociais do estado de Alagoas, com o objetivo de preservar e divulgar a cultura alagoana. Sendo o IHGAL, uma instituição preservacionista possuidora de um vasto acervo documental de objetos bi e tridimensionais que remetem a memória social e cultural alagoana, organizada com espaços distintos para cada tipologia de acervo, faz-se necessário apresentar sua estrutura identificando sua configuração espacial e a distribuição do seu acervo. (SOBRAL, 2016, p.172).

⁵ Agradeço os aprendizados, partilhas e apoios proporcionados pelos Profs. Drs. Danilo Marques (NEABI/UFAL); Gustavo Gomes (Abí Axé Egbé/UFAL); e Gian Carlo Silva (NESEM/UFAL). Este trabalho atesta também a relevância da produção científica articulada institucionalmente.

Fundado no ano de 1869, o IHGAL é o segundo a surgir no país voltado para os estudos de História, Geografia e Ciências Sociais, contendo cerca de quatro mil documentos referente a História de Alagoas, garantindo o acesso a acadêmicos e pesquisadores. A existência ininterrupta do instituto alagoano é basilar para as pesquisas historiográficas. Enquanto acervo de fontes documental e iconográfica, o IHGAL é um espaço institucional importante para as produções do conhecimento histórico sobre a escravidão em Alagoas.⁶

Sobre as narrativas produzidas pela instituição, cabe-nos um olhar analítico tendo em vista o perfil de narrativas construídas mediante jogos de poder, com determinadas reproduções que invisibilizavam negros e negras escravizados(as). De acordo com Jeferson Silva (2014) em sua tese “O que restou é folclore”, há ausência nas escritas que evidenciam a figura do negro, tendo em vista as fontes oficiais que documentam o sujeito num lugar de passado, como se com o fim da escravidão, os negros findaram junto com a instituição. Embora as produções mais clássicas terem sido produzidas por uma classe mais abastada do Nordeste e principalmente, na região sudeste onde os discursos se alinham ao pensamento freyriano, Silva enfatiza ao longo de sua tese, vozes dissonantes que abordam a figura do negro na historiografia alagoana, nos contos crônicos e nos contos literários.

A produção do autor faz críticas ao IHGAL, mas de forma indireta, mencionando alguns autores que tiveram seus trabalhos publicados pela instituição, bem como: Abelardo Duarte e Alfredo Brandão, mas além destes autores, segundo o site do próprio instituto os autores: Craveiro Costa, Félix Lima Júnior, Moreno Brandão, Paulo Silveira, Raul Lima e cerca de mais quinze⁷ produtores de conhecimento compuseram suas pesquisas em livros e periódicos do IHGAL, contendo trabalhos sobre a história de Alagoas. Em seu acervo consta mais de sessenta periódicos⁸ alagoanos desde o final do século XIX, mas, importante frisar que muitos dos períodos não estão mais disponíveis para consulta tendo em vista à fragilidade dos documentos. Dentre os autores citados, quatro deles serão mencionados ao longo desta pesquisa ao que cerne suas respectivas contribuições historiográficas, inclusive, ressaltamos que Craveiro Costa, Félix Lima Júnior, Alfredo Brandão e Félix Lima Jr, todos analisados no próximo capítulo sobre a as

⁶ Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2019/junho/em-nova-fase-instituto-historico-e-geografico-mantem-viva-a-historia-de-alagoas>> acesso em: 17/06/2022

⁷ Os autores citados de acordo com o site oficial do Instituto, são apenas os mortos.

⁸ Os periódicos estão organizados no site do IHGAL contendo os títulos dos jornais e os anos em que os jornais estavam em atividade.

produções clássicas da historiografia alagoana da escravidão, eram sócios e pesquisadores do IHGAL.

O papel histórico da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no desenvolvimento e divulgação de pesquisas científicas sobre a história da escravidão em Alagoas. O decreto para o funcionamento do curso de História na UFAL foi autorizado no ano de 1952, mas só foi reconhecido dois anos depois, em 1954 no Campus A.C Simões na cidade de Maceió. Já a UFAL Campus do Sertão é fruto do processo de expansão das Universidades Brasileiras durante a gestão do Governo Lula em 2010 e o Curso de História assim como os demais cursos de licenciatura do Campus do Sertão vai ao encontro da demanda da formação superior de profissionais de ensino para região da mesorregião do Sertão Alagoano e circunvizinhança. A importância da formação docente também se coaduna com a possibilidade de valorizar a partir do local/regional: a história, a sociedade e a cultura do/no Sertão.⁹

É a partir deste cenário que foi possível a realização desta e outras produções que antecederam esta pesquisa, transformando-se em referência para os novos alunos do curso de História que posteriormente, viera a se especializar na área de escravidão e pós escravidão em Alagoas. Destacamos aqui, algumas produções historiográficas importantes para este cenário da Nova Historiografia Alagoana da Escravidão: Danilo Luiz Marques (2016) “Sobreviver e Resistir: Os caminhos para liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió”, Gian Carlo de Melo (2017) “Escravidão e possibilidades de alforrias no período colonial: Capitania de Pernambuco – Comarca das Alagoas” (2017), Wellington Silva (2017) “A liberdade requer limites: O fundo de emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886), Marília Araújo (2018) “Família e relações de parentesco de escravizados: Água Branca/Alto Sertão da Província de Alagoas (1850-1888)”, Fábio Castilho (2021) “Mulheres escravizadas em Alagoas: Resistência e protagonismo nos periódicos locais (1870 e 1880)” e entre outros.

Mediante as considerações apresentadas, o presente trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro consiste nesta introdução onde indicamos o tema, objeto de estudo, justificativa e metodologia desta pesquisa, situando-a brevemente no contexto mais geral da produção historiográfica da escravidão.

Já no segundo capítulo, contextualizamos cronologicamente os primeiros estudos de historiadores alagoanos que direcionam suas pesquisas em torno do escravismo. Consideramos o período entre a década de 1920 até 1970 onde foram produzidas obras já

⁹ Disponível em: <https://sites.google.com/site/historiaufalsertao/apresentacao> acesso em: 26/06/2022

consideradas clássicas sobre o tema. Elas são caracterizadas pelo predomínio de abordagens centradas numa perspectiva pautada a partir de documentos oficiais e macro-narrativas. Entretanto, elas não correspondem a um mesmo tipo de perspectiva teórico-metodológica.

No terceiro capítulo analisamos as possibilidades de renovações bibliográficas, mencionando as novas produções historiográficas a partir da década de 1980, na qual ocorre uma mudança de paradigma na inserção dos escravizados e escravizadas, considerando-os sujeitos ativos, por suas próprias óticas, leituras, estratégias e práticas.

Por fim, a partir das análises realizadas, reunimos as questões estabelecidas mediante ao que foi evidenciado. Quais foram os avanços e as limitações nas produções, de quais modos as escravizadas aparecem nestas pesquisas, os sujeitos são abordados com identidades próprias e para além das relações específicas que perpassam a dicotomia entre senhor e escravo, como a inserção da história das mulheres passou a ter relevância nas produções, tendo em vista, o pouco debate sobre as escravizadas na historiografia tradicional, esses são alguns questionamentos sobre os quais refletimos ao longo deste trabalho. Esta pesquisa problematiza os conhecimentos produzidos acerca de um campo historiográfico, contribuindo, assim, com uma síntese crítica diante do atual *status* da produção do conhecimento sobre a história da escravidão em Alagoas. Tal estudo poderá contribuir como indicativo analítico para estudiosos em suas pesquisas futuras.

2 AS PRODUÇÕES ALAGOANAS: OS CLÁSSICOS DA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO

Para iniciarmos as discussões acerca das primeiras construções da historiografia alagoana sobre a escravidão, é preciso atentarmos às perspectivas nos quais escravizados e escravizadas são evidenciados. Uma tarefa importante ao explorarmos a historiografia alagoana é determo-nos ao contexto em que as obras foram lançadas, para que possamos compreender as contribuições e limitações dos autores em suas respectivas produções. Primeiramente, precisamos saber qual lugar social dos autores para que tenhamos um conhecimento norteador para construirmos nossos discursos e questionamentos. Entender as perspectivas ideológicas, econômicas, sociais e culturais, nos permite compreender o contexto e a razão no qual se foi construída determinada narrativa.

As primeiras pesquisas embora importantes para a historiografia alagoana, não tomavam a escravidão como objeto de estudo. O foco era direcionado para a emancipação da comarca de Alagoas, ocorrida em 1817, o objetivo era contar uma história que justificasse a construção da imagem de Alagoas e seu povo a fim de definir novas configurações políticas, econômicas, sociais e culturais: um território, marcos temporais evolutivos, uma organização social, uma produção econômica típica, uma identidade cultural etc. Objetivando fortalecer investimentos políticos da elite local, a emergente historiografia alagoana se debruçava em construir narrativas factuais, hierarquizantes e folcloristas.

Isso explica a forte presença do positivismo e da eugenia na historiografia, onde determinados grupos sociais não eram tidos como agentes históricos tampouco suas narrativas tornaram-se fontes para determinadas produções. A inferioridade de sujeitos de cor também se referia à uma condição biológica, “(...) em outras palavras é a passagem da concepção biologicista, a qual conferia o negro a alcunha de ser inferior” (SANTOS, 2014, p.14). Porém, apesar da historiografia tecer narrativas e discursos tradicionalistas que tinham como objetivo os estudos a partir de contextos macros e coletivos, como as próprias instituições, alguns autores que serão citados adiante produziram obras referentes à comarca de Alagoas, mas também, sobre a religiosidade negra e práticas de resistência.

Apesar de determinadas pesquisas deterem-se a outros questionamentos que ligeiramente fogem do nosso campo de estudo, estas produções se fazem importantes para

a análise em torno da construção de uma historiografia alagoana da escravidão, sobre a presença do negro na história.

A primeira obra que iremos abordar é do início do século XX, do autor maceioense Craveiro Costa, intitulada “*História das Alagoas*” (1928). João Craveiro Costa trabalhou como caixeiro-servente no comércio¹⁰ e jornalista. Escreveu para jornais, ocupou cargo no Instituto Histórico em 1923 e no ano seguinte, ingressou na Academia de Letras em 1924. Além disso, foi pioneiro ao discutir assuntos econômicos e sociais a partir de estatísticas numéricas.

Em sua obra o autor retrata a história do território alagoano a partir de um resumo didático. Apesar de não ser um estudo no qual toma as narrativas de escravizados e escravizadas, existem algumas ressalvas que podemos mencionar aqui, diante do desenvolvimento social, cultural, econômico e político, como também a presença negra escravizada em Alagoas. Um dos momentos em que se aborda a presença escrava na comarca é a partir da invasão holandesa, que mesmo após o “insucesso na Bahia” (COSTA, 1928, p. 26) o evento se repete seis anos depois na década de 1930.

Uma esquadra neerlandesa de 70 navios e 8000 homens de desembarque estava em frente à Capitania de Pernambuco, quase ao desamparo de protecção militar. [...] A situação militar contrastava com a opulência pernambucana, oriunda da indústria assucareira em franca prosperidade, produzida por mais de 100 engenhos mantidos pelo trabalho da numerosa escravaria os quaes criaram a aristocracia rural, celebrada pelos cronistas contemporâneos, pela ostentação espantosa do luxo, nas casas senhoriais, no aparato das relações mundanas, na exibição das cavalariças e na riqueza exagerada e deselegante da indumentária. (COSTA, 1928, p. 27-28)

A população no que viera ser futuramente já obtinha cerca de 30.000 pessoas, incluindo índios, “integralizados no viver coletivo e transformados em elemento poderoso de trabalho, se bem que inconsciente elemento social” (COSTA, 1928, p.28). Um elemento muito importante é citado pelo autor acerca da luta do domínio do Brasil, um evento atípico em que senhores de escravos abandonaram seus lares, caracterizando uma fuga dos dominadores holandeses.

Realizou-se, então, um dos episódios mais comoventes desse período sombrio da luta pelo domínio do Brasil. Quase toda gente, senhores de engenho tanto de Pernambuco como da Goyana e da Parahyba, com a

¹⁰ Trabalhou no comércio como caixeiro-servente na Olympho Ether & Companhia, uma casa comercial em Maceió, permanecendo como auxiliar de comércio até os 26 anos. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/craveiro-costa-historiador-estatistico-politico-escritor-e-jornalista.html>> acesso em: 25 de abril de 2022

escravaria, o gado e os haveres transportáveis, abandonou os lares reproduzindo as cenas dolorosas de um novo êxodo bíblico. Cada qual, porém, tinha sua razão de ordem pessoal na fuga. Uns, figuras comprometidas perante o inimigo pelo relevo de suas atitudes no pelito sangrento, levados pelo temor do castigo; outros, possuidores de cabedais facilmente conduzíveis, arrastados pelo desejo de melhor acauteá-los; poucos, talvez, pelo sentimento da dignidade patriótica... Do mesmo modo muitos ficaram. Não foram poucos os que por necessidade ou conveniência dobraram os joelhos e sujeitaram-se ao jugo dos holandeses. (COSTA, 1928, p.85-86)

Um fator importante a ser mencionado com relação a este episódio é a forma como Costa menciona e justifica a fuga dos escravizados. Como uma forma de “unir o útil ao agradável”, os escravizados viram nesta oportunidade de desmonte do senhorio português uma forma de fugir das condições que estavam inseridos e alcançar seu desejo de liberdade. Para Craveiro Costa, dentre as possibilidades de resistência, a fuga se mostra como uma das mais executáveis.

Centenas de escravos, aproveitando aquele momento de pânico e sofrimento, que os igualava aos senhores, debandaram, refugiando-se nas serras das Alagoas, sob a proteção única do deserto vigiado pelas palmeiras solitárias. Esconderam-se a 30 léguas da costa milhares de negros, que pelos maus tratos recebidos dos senhores brutais e pelo natural desejo de liberdade assim recuperavam a vida livre na terra natal. (COSTA, 1928, p.86-87)

Na historiografia alagoana, há uma forte presença da escrita sobre o Quilombo dos Palmares. Este lugar de resistência negra é referência no que cerne aos estudos do escravismo no Brasil e na obra do autor Craveiro Costa é destinado um capítulo sucinto referente ao território palmarino. Com um resumo incisivo, a escrita faz um breve relato com pontos cruciais desde a sobrevivência no quilombo, o rapto de mulheres palmarinas, o trabalho, as tentativas de aniquilação do quilombo, até o mito referente a morte do líder Zumbi dos Palmares.

O sítio como ponto estratégico, não podia ser melhor. A 30 léguas da costa, entre o rio Mundahú e o riacho Jundiá, a sudoeste da actual cidade de União, pela encosta oriental da Serra da Barriga, longe, bem afastados dos centros povoados, onde viviam a vida miserável do cativo, milhares de negros estabeleceram uma república, abrigando-se a liberdade das tradições e costumes natais. Era o mocambo principal do território mocambo alagoano, cujo ajuntamento teve começo durante os primeiros dias da invasão dos holandeses. O asilo sertanejo, que o direito de viver livremente buscara naquela região, oferecia aos fugitivos uma topografia que lhes trazia a recordação saudosa da terra africana. (COSTA, 1928, p.57)

Os cativos foram agentes na construção da república e na criação de quilombos, revoltados com as condições neles inseridas, “entregaram-se á indolência – legítima reação do muito que trabalharam sob a tortura do azorrague” (COSTA, 1928, p.58). Diante deste comportamento em que Craveiro Costa referiu-se aos cativos, o historiador Gustavo Gomes afirma que,

Os estereótipos representam atitudes negativas com relação a uma pessoa ou a todo um grupo, baseando-se em comparações nas quais o mundo tido como referência é o mundo do sujeito que interpreta e estereotipa. Essa atitude provém da necessidade de alguns grupos agredirem, enfraquecerem e dominarem outros. (GOMES, 2013, p.83 *apud* SILVA, 2010)

Nas entrelinhas de uma produção é perceptível quais os sentidos das palavras utilizadas determinados autores quiseram atribuir, os adjetivos demonstram, marcam e indicam quais posições os autores tomam ao expor suas narrativas. A escolha do adjetivo “indolência” atribuindo-lhe aos cativos, aparenta uma certa marginalização desses sujeitos, classifica-os num lugar de subalternação. Contudo, as escolhas e classificações de adjetivos atrelados a determinados grupos sociais, refere-se também ao contexto histórico no qual o autor está inserido, suas perspectivas e ideologias, demonstram quais discursos ele defende.

Segundo o alagoano Craveiro Costa, os cativos foram acusados de raptos de mulheres das cercanias que possivelmente foram as sabinas¹¹ da república negra, e com o crescente populacional no território palmarino, naturalmente surgia-se a necessidade de trabalho: “Entregaram-se aos labores da agricultura. Estabeleceram a autoridade e com ella a disciplina” (COSTA, 1928, p.58). O quilombo sofreu diversos ataques, continua o autor, e a cada evento conflitante, as autoridades lidavam com a resistência dos negros que zelavam por sua liberdade.

Sob o governo de Caetano de Mello e Castro, cessado o domínio holandês, restabelecida a vida regular da capitania, resolveu-se a pedido das populações vizinhas, dar combate decisivo a Palmares. Vieram 1.000 homens das milícias paulistas, comandados por Domingos Jorge Velho. [...] e toda essa tropa marchou contra a federação palmarina, atacando-lhe a sede, entre o Mandahú e o Jundiá, na encosta da serra da Barriga, em território alagoano. Os combates que se travaram foram medonhos. [...] O cerco durava já dois meses quando de Alagôa do Sul

¹¹ “Sabinas” representa o rapto de mulheres, sendo um dos episódios ligados à origem Romana. Iansen, M. O rapto das sabinas. História e outras histórias História, preservação do patrimônio histórico e debate de questões atuais, 2016. Disponível em: <<https://martaiansen.blogspot.com/2016/05/rapto-das-sabinas.html>> acesso em: 25 de abril de 2022.

vieram mais esforços. [...] a fortaleza resistiu heroicamente mas o exército transpôs o último empecilho. (COSTA, 1928, p.59)

A narrativa de Craveiro Costa referencia-se em alguns mitos referentes à morte do líder Zumbi. Dentre elas, o suicídio junto com seus companheiros ao atirar-se de uma montanha. Neste ponto, se debruça uma narrativa que ressalta a heroicidade e a coragem, uma maneira de dizer que estes sujeitos não foram mortos pelas tropas paulistas.

A lenda refere que, quando a transposição da última¹² estacada decidiu a vitória, o *zumbi*, à frente dos defensores da república, correu para o ponto mais alto da montanha e, sublime no seu sacrifício, de lá se precipitou acompanhado pelos que o seguiam. Centenas de corpos rolaram pelas escarpas da montanha, num suicídio em massa, que só um sentimento de liberdade justifica. [...] o suicídio libertara milhares de negros. Os que sobreviveram foram vendidos para longe. As terras dos Palmares, divididas em lotes, foram dadas em sesmarias aos capitães vencedores. (COSTA, 1928, p.60-61)

A outra teoria é de que Zumbi realmente entregou-se para as tropas paulistas e, conseqüentemente, morto. Craveiro Costa reforça a resistência dos negros de Palmares como o “maior protesto contra o despotismo que uma raça infeliz traçou a face do mundo” (COSTA, 1928, p.61).

Todavia é preciso acentuar que documentos existem, de absoluta autenticidade, que destroem a versão heroica do suicídio do *zumbi*. O chefe palmarino foi entregue aos atacantes pela traição de um mulato seu válido debaixo da palavra, que se lhe deu em vosso nome de se lhe segurar a vida por recear ser punido pelos crimes que tinha cometido. E o que consta de uma carta de ei-rei ao governador da capitania, escrita em 25 de agosto de 1696. (COSTA, 1928, p.61)

Apesar do objetivo de a produção não ser necessariamente o cotidiano de escravizados e escravizadas, comumente suas narrativas, Craveiro Costa aborda ligeiramente sobre a busca dos escravizados por liberdade. Porém, importante mencionarmos que o autor defende a partir de um fato isolado, heroizando a figura de Zumbi dos Palmares. A menção ao Quilombo dos Palmares e a figura dos escravizados, mostra-se de forma ambígua, em dado momento elogia-os e depois aparenta desclassificar estes sujeitos, além de direcionar a obra evidenciando-os, retrata-os em breves páginas.

A próxima obra é “*O negro em Alagoas*” (1934) do historiador Alfredo Brandão, a produção traz questões referentes às estratégias de resistências dos negros escravizados

¹² As citações de Craveiro Costa estão de acordo com o que o autor escreveu na obra, as faltas de acento ou acentos irregulares, respeita a forma como foi escrita.

no território alagoano. Inicialmente, contextualiza-se a historicidade da Comarca de Alagoas ainda pertencente à Capitania de Pernambuco, enfatizando a história do negro desde o começo da colonização, “[...] devemos concluir que o primeiro negro apareceu em Alagoas quase com o primeiro branco” (BRANDÃO, 1934, p.19). Adiante, tais aspectos são discorridos para compreendermos algumas especificidades do negro em Alagoas, como por exemplo, religiosidade, linguagem e estratégias de resistência.

Entretanto, percebe-se um destaque referente aos subterfúgios de resistências criado pelos escravizados, sobressaindo algumas possibilidades de resistências, como por exemplo, as fugas para as matas e para outras localidades, como também as estratégias de bom comportamento. No capítulo referente ao Quilombo dos Palmares, a obra menciona os caminhos nos quais os negros percorreram até sua chegada ao local abandonado num “ponto insalubre”¹³ (BRANDÃO, 1934, p.28), que futuramente se transformara no maior Quilombo das Américas.

A respeito da procedência etnolinguística no que diz respeito à Alagoas, Brandão afirma que a linguagem é de origem bantu que significa “gente”, palavras como: “nanica, fula, kamafonge, samba, quingonga, gonga, capionga, bamgo, gerumba, quibungo, kibaca” (BRANDÃO, 1934, p.20), provém de palavras africanas que foram empregadas na comarca de Alagoas e para tal afirmação, Brandão diz que pela escassez de documentações locais, “tudo levaria a indicar a uma procedência bantu” (BRANDÃO, 1934, p.20), diante desta informação, o autor afirma

Esse grupo abrangia os habitantes de uma vasta região situada entre o 5º grau de latitude e o sul do continente africano, limitando-se a oeste com o golfo de Guiné e a este mais ou menos com as margens do Zambeza. [...] O estudo das designações geográficas alagoanas, muito vem auxiliar a idéia da procedência bantu, dos negros, visto como se reconhece que todos os vocábulos pertencem à língua **kibunda**, ou simplesmente **bunda**, falada principalmente pelos Angolezes. (BRANDÃO, 1934, p.20)

Ao analisarmos as obras sobretudo da primeira metade do século XX, entendemos que por se tratar de um momento conflituoso nas produções sobre a escravidão e principalmente, ao papel do escravizado, o contexto no qual estamos analisando as produções, certifica-se que a história oficial era influenciada pelos critérios eugenistas¹⁴

¹³ A característica do lugar enquanto um “ponto insalubre” refere-se a um lugar abandonado.

¹⁴ A eugenia foi elaborada por Francis Galton (1822-1911) no final do século XIX, com uma explícita preocupação com a evolução da raça humana, no que diz respeito tanto às características físicas (como a cor dos olhos, por exemplo), quanto às não físicas (como a inteligência, largamente estudada por Galton).

e biológicos, a raça negra carregava estigmas que lhe foram impostas por uma elite intelectual.

No Brasil, a preocupação científica e conceitual com o negro e sua cultura formaram um *corpus* livresco a partir do advento da república. Em fins do século XIX, os intelectuais assumiram o compromisso de pensar a nação brasileira e reorganizá-la. Naquele contexto de mudanças institucionais, precisava-se analisar a população negra que não era mais escrava e fluía dentro de possíveis conceitos de cidadania em que os “novos” lugares a serem ocupados por essa população começavam a ser redefinidos. (GOMES, 2013, p. 26).

Diante de seu discurso, Alfredo Brandão nos inquietou ao tratar do processo de cristianização e relações entre senhor e escravo. Importante frisar a influência do escritor Gilberto Freyre (1900-1987), autor de uma das obras mais populares do Brasil, “*Casa Grande & Senzala*” (1933), que influenciou as perspectivas sociais na produção de Alfredo Brandão sobre o escravismo.

Segundo o alagoano, a religião cristã fora bem aceita pelos escravizados, não houve resistências com relação ao processo de cristianização. De acordo com Brandão: “O negro aceitava sem a menor relutância essas ideias religiosas; ouvia missa, rezava terço, benzia-se e encomendava a Deus” (BRANDÃO, 1934, p.22). Essa narrativa harmônica com os discursos tradicionais, corrobora com a amenização da instituição escravista, juntamente com o processo de catequização como forma de dominação. As estratégias foram realizadas das mais diversas maneiras possíveis e das formas mais executáveis naquele momento, inclusive o bom comportamento, a fim de esperar-se futuramente uma espécie de troca, a conquista da liberdade. São possibilidades.

As “boas relações” entre senhor e escravo, evidente na narrativa de Alfredo Brandão, reflete as relações sensíveis e afetivas.

Muitos fazendeiros eram amigos de seus escravos; viam neles os auxiliares de suas prosperidades e assim tratavam com humanidade, - davam-lhes o alimento e as vestes mais ou menos necessárias, cuidavam-lhes de suas moléstias, asseguravam-lhes o repouso dominical, concediam-lhes o sábado para cultivarem os seus roçados e aboliam os castigos corporais, ou por outra, apenas os reservavam para os recalcitantes, ou aqueles que tinham notável pendor para o crime.

[...] A inspiração de Galton para criação da eugenia veio da leitura do livro *A Origem das Espécies*, de seu primo Charles Darwin. Galton se preocupou com aquilo que interpretava como sendo a degeneração da espécie humana e, dessa forma, se interessou em desenvolver uma “ciência” que impedisse esse processo a partir de cruzamentos seletivos. Assim, o objetivo primário da eugenia era aplicar os pressupostos da seleção natural, descrita por Darwin para a natureza, aos seres humanos. Dessa forma, a eugenia se identificava com a história natural (futuramente biologia) do seu tempo. (TEIXEIRA, SILVA. 2017, p.63-68)

As senzalas não eram esses antros de imundícies como os descreve ou como delas fala “o poeta dos escravos” e outros autores. Alguns senhores de engenho, ricos, caprichavam em terem vistosas senzalas, sendo mesmo algumas caiadas e de portas pintadas. [...] O negro era propriedade do branco, era quem, com o seu trabalho, lhe enchia as arcas de moedas, portanto, é claro que o senhor cuidando do escravo estava cuidando de si próprio. (BRANDÃO,1934, p.42-43)

Outro ponto essencial para nosso estudo e que nos chamou a atenção, especificamente, foi a menção ao pós-abolição. Analisemos a seguinte afirmação: “No Brasil, com a extinção da escravidão, desapareceu o ódio de raça” (BRANDÃO, 1934, p.53). O que percebemos em sua narrativa é a desconsideração dos jogos de interesse por trás da natureza destas “boas” relações sociais. O discurso “cuidando de si próprio”, referente a figura do senhor, aparenta uma narrativa romantizada juntamente com as expressões utilizadas, tais como amizade e humanidade. É um discurso que ameniza o caráter perverso da instituição escravista e que corrobora com a inferiorização do negro, desconsiderando quaisquer narrativas que estabeleça o sujeito escravizado numa condição de centralização de poder.

Sobre o alagoano, Alfredo Loureiro Brandão nasceu em Viçosa/AL em 19 de fevereiro de 1874, foi um historiador, médico, militar brasileiro, com condições econômicas favoráveis. Seu lugar social reflete sua boa condição econômica e conseqüentemente, demonstra seus argumentos pautados numa narrativa que tende a amenizar a instituição escrava. Ainda sobre os argumentos de Brandão, pensamos que o marco temporal estabelecido a partir do pós-abolição não implicou no fim do “ódio de raça”. Pela ótica historiográfica contemporânea, o 13 de maio de 1888 significou formalmente o fim da escravatura no Brasil, e isto é fato. Entretanto, não nos permite dizer que a abolição emancipou o ódio e a discriminação racial, contrariamente, mantiveram negros e negras numa condição marginal, inclusive nos dias atuais. Os efeitos do pós-abolição refletem o racismo estrutural, herdeiro da instituição escravista, que reconfigurou suas estratégias de inferiorização de pessoas negras por meio de instituições que regem nossa sociedade. Portanto, consideramos que este discurso serviria para reforçar uma imagem harmoniosa da sociedade brasileira, negando os conflitos sociais.

A seguinte obra a ser analisada, é intitulada “*Negros muçulmanos das Alagoas: os malês*” (1958) do escritor maceioense Abelardo Duarte. Nascido na capital alagoana em 18 de maio de 1900, foi médico e escritor, fundador da Faculdade de Medicina de Alagoas, sendo um dos destaques da época. Sua obra tem o objetivo voltado para a presença dos malês em Alagoas, mais precisamente no município de Penedo.

O discurso de Abelardo Duarte visibiliza as práticas culturais e religiosas dos negros malês, colocando-os em evidência. O escritor enaltece sua produção ao trazer em primeira mão a “existência de negros Malês nas Alagoas, firmando em definitivo o assunto em bases de documentação, além de mostrar documentadamente, que tais tipos negros mantiveram práticas de cultos organizados” (DUARTE, 1958, p.20). Para adentrarmos às práticas dos malês, a obra sintetiza a extensão da islamização no continente africano, o processo de aculturação e as diversas crenças islamizadas até sua chegada nas terras brasileiras. Com a vinda de africanos ao Brasil por meio do tráfico de escravizados, o maometismo veio a florescer em algumas comunidades da Bahia, do Rio de Janeiro e de Alagoas, mantendo o culto de forma organizada (DUARTE, 1958).

Em sua pesquisa, Duarte cita alguns autores da historiografia brasileira que produziram suas pesquisas sobre o islamismo no Brasil, dispondo de diferentes perspectivas analisadas, tais como Nina Rodrigues, Manuel Quirino, Etienne Brasil, Arthur Ramos, José do Rio, Luiz Vianna Filho, Édison Carneiro, Gustavo Barroso e Waldemar Valente.

O que podemos perceber em seu discurso é a legitimação de fatos que geraram uma resistência negra contra um poder hegemônico, no caso, a instituição escrava e a instituição cristã. A preocupação em citar sua produção como inovadora na historiografia dialoga com a sua crítica aos documentos oficiais e não-oficiais, refere-se a uma balança em que a narrativa dos grandes homens se sobressai, enquanto a história dos grupos marginalizados é excluída. O autor afirma que fatos de grande relevância foram deixados de lado e são permanecidos em silêncio na historiografia e nas páginas da história da pátria.

Há, acerca da escravidão no Brasil, guardados nos escaninhos dos arquivos públicos e esquecidos no fundo das gavetas, muitos documentos inéditos, que escaparam da destruição que se verificou em 1888, bem como fatos de maior importância histórica e social permanecem em silêncio nas narrativas dos historiadores e nas páginas dos compêndios de história pátria. Não foi sem razão que, tratando da revolta dos negros ocorrida em 1838, em Vassouras, na Província Fluminense, disse o historiador Gustavo Barroso que “ainda está para ser devidamente escrita, com todos os pormenores, a história da escravidão no nosso país.” (DUARTE, 1958, p.29)

E é por meio da religiosidade dos negros malês em Penedo, que é exposto a influência afro-islâmica no município alagoano que reuniu, no passado, um dos mais populosos centros de negros, não por sua quantidade, mas por sua condição religiosa, “do território alagoano, Penedo foi, ao que se sabe, o único ponto onde houve culto negro-

maometano perfeitamente organizado” (DUARTE, 1958, p. 37). Apesar de toda essa narrativa de um culto ortodoxo organizado, as revoltas chamadas por Abelardo Duarte como “contra aculturativas” refletem as resistências negras em Penedo apesar de uma religiosidade ortodoxa. O que pudemos constatar é que enquanto a religião e a cultura festiva retratam uma presença fortalecida pelo culto dos negros malês, conseqüentemente nos deparamos com uma resistência contra o processo de aculturação.

Esta dualidade de sentidos pressupõe a instabilidade social daquele contexto. Não basta dizer que houve uma forte influência de uma religiosidade afro-islã no município de Penedo, cabe enfatizar os subterfúgios encontrados para a manutenção de sua fé, opondo-se a um sistema dominador cristão.

As reações contra aculturativas do Negro no Brasil assumiram importância considerável, muito maior do que julgaram alguns dos nossos historiadores e sociólogos. [...] As revoltas, as insurreições tinham, porém, outro aspecto, embora fossem igualmente, manifestações contra-aculturativas: eram reações ativas hostis, diretas, visando a inversão dos papéis e dos valores sociais e econômicos; a dominação invés da submissão. [...] Justíssimo é dizer que o Negro não foi, em absoluto o elemento conformado, passivo, resignado que alguns têm procurado escrever e impinguir. (DUARTE, 1958, p.44)

De fato, a religiosidade passou por transformações, perpassando por um processo de “sincretismo acentuado”, como cita Abelardo Duarte, o que diluiu o islamismo em outras religiosidades locais e que de acordo com Arthur Ramos¹⁵ e Alfredo Brandão¹⁶, afirmam que houve um culto ou seita malê em Alagoas, logo, “a existência de traços-negro muçulmanos nas Alagoas, afora os evocados, revela-se ainda nas *sobrevivências* religiosas, mas já estão fortemente diluídas com outros cultos” (DUARTE, 1958, p.55). Segundo Arthur Ramos, “Xangô tem um culto popularíssimo entre os negros e mestiços do Brasil, a ponto de o seu nome se -estender, em algumas regiões do Norte, como Alagoas e Pernambuco, as próprias cerimônias fetichistas, como *synonimo*¹⁷ de *candomblé* ou *macumba*. [...]” (RAMOS, 1940, p.44). A produção de Abelardo Duarte contribui para uma historiografia em que o negro não é limitado apenas à sua condição de escravizado, mas de forma ativa e contribuinte, social, culturalmente e politicamente. Seu discurso critica as narrativas que caracterizam os negros numa identidade passiva e conivente com as relações de submissão, omissão e marginalidade.

¹⁵ RAMOS. **O negro brasileiro**. 1º volume etnografia religiosa – 2ª edição aumentada. COMPANHIA EDITORA NACIONAL, São Paulo – Rio – Recife – Porto Alegre, 1940.

¹⁶ BRANDÃO. **Os Negros na História de Alagoas**. Maceió, Comissão Estadual do Centenário da Abolição, 1988, p.19-53.

¹⁷ Escrita de acordo com o autor Arthur Ramos.

A última obra alagoana a ser analisada é do historiador Félix Lima Júnior, intitulada “*Irmandades*”, escrita na década de 1970. Félix Lima Júnior nasceu na capital alagoana em 6 de março de 1901, foi um escritor atuante na imprensa alagoana e, apesar de não ter formação acadêmica, fazia parte de uma elite intelectual da época, sendo membro da Academia Alagoana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e da Comissão Alagoana de Folclore, inclusive, foi o primeiro presidente do Banco do Brasil em Alagoas.¹⁸

Especificamente nesta obra, o alagoano retrata as Irmandades alagoanas que há quase 300 anos existiram, com o propósito de auxiliar seus membros e a comunidade. Foram instituições religiosas que acatavam as leis da Igreja Católica, provinham de especificidades de grupos distintos que eram divididos, como uma forma de organização social. Cor, condição social, ritos, costumes, leis e moral, são alguns dos critérios que podem divergir as irmandades entre si, o que pode significar instituições mistas que se coincidem e se distanciam a mesmo tempo.

Porém, dentre as dezesseis instituições descritas apenas traremos alguns dos exemplos encontrados para discutirmos com relação à figura do escravizado. As irmandades legalmente constituídas são dos séculos XIX e XX analisadas pelo autor, contabilizando dezesseis instituições religiosas, criadas antes e após a abolição da escravatura. Contudo, o que desde já podemos afirmar são as dissemelhanças entre as irmandades, pois apesar de terem objetivos em comum, nem todos os negros em suas respectivas condições sociais foram aceitos nestas irmandades.

As duas primeiras irmandades que nos chamaram atenção são do início do século XX: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a de São Benedito, ambas acolhem de forma privativa “pessoas de côr”, africanos e escravizados. Diferentemente das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, na instituição do Bom Jesus dos Martírios do século XIX, os escravizados não poderiam adentrar: “[...] de acordo com o art. 1º, podiam ingressar na Irmandade católicos de ambos os sexos, ‘menos os cativos e libertos...’ [...] Os irmãos analfabetos não poderiam se eleitos para cargo nenhum” (LIMA JÚNIOR, 1970, p.21). Neste caso, nos atentamos às restrições dos indivíduos que poderiam integrar-se à instituição, o que se assemelha com a irmandade de Bom Jesus dos Passos, pela não aceitação de cativos e libertos. Constatamos que os escravizados não eram aceitos, entretanto, com relação às pessoas de côr, não é mencionado se havia

¹⁸ Disponível em: < <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco-es/mapeamento-cultural/alagoanos-ilustres/felixlimajunior#:~:text=Escritor%20e%20historiador.&text=Filho%20de%20F%C3%A9lix%20Alves%20Bezerra,no%20jornal%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o%20escolar.> > acesso em: 15/04/2022

permissão. Podemos supor que pessoas negras e escravizadas não eram acolhidas de acordo com a restrição da própria instituição.

Porventura, as Irmandades alagoanas mencionadas por Félix Lima Jr. se assemelham de acordo com seus critérios. Algumas das instituições, em nossa análise, se detinham ao fator econômico, como é o caso da irmandade de Nossa Senhora do Livramento do século XIX, que era prevista em lei a não permissão de idosos, pois este fato está ligado ao interesse de encontrar acolhimento ao se ver “próximo da morte”. De acordo com o art. 2º:

E porque alguns velhos por se verem chegados à morte, procuraram, por negócio, entrar na Irmandade para terem seguro o enterro e sufrágios, não tendo feito algum serviço na Confraria, acordam os irmãos assinados que não se aceite nela homem ou mulher de 50 anos para cima, se que dêem de sua entrada 16\$000, pagando daí por diante o anual de 320 réis como o dos demais irmãos; e querendo qualquer irmão remir-se, tendo mais de 50 anos, dará, além de sua entrada, 50\$000. Os que não tiverem mais de 50 anos só darão 25\$000, e não pagarão mais anual, nem ficaram mais obrigados a cargo algum desse ônus, exceto aos que quiserem voluntariamente prestar-se. (LIMA JÚNIOR, 1970, p.30)

Analisamos por meio de descrições das Irmandades que as instituições se assemelham e se distanciam a partir de critérios importantes para cada uma. A tríade formada por pessoas de cor, religião, condição social/econômico, foram as que mais se sobressaíram aos atributos declarados para participar destas instituições. Diante desta percepção, pudemos compreender que apesar destes espaços acolherem determinados grupos sociais, não necessariamente auxiliaria a todos, justamente por não atender aos critérios solicitados. No entanto, isto não significa dizer que as irmandades deixaram de cumprir seu papel, o que nos interessa é dizer que, visivelmente, por meio de seus critérios as irmandades religiosas obtinham certas limitações referente ao amparo de pessoas sem condições econômicas e de cor.

Um fato curioso nos chamou a atenção, a fundação de uma irmandade por um homem de cor. Segundo Félix Lima Júnior,

“No dia 3 de maio de 1833 um homem de côr, Manoel Luís Correia, e outros, pôr ele convidados, fundaram, nesta cidade, no Consistório da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios. José Antônio Rodrigues foi o primeiro Provedor eleito. Três anos depois, contando com o concurso dos demais irmãos e com o dinheiro dado pelos fiéis, edificou modesta capela no mesmo local onde foi erguido, em 1874, o suntuoso templo que honra a cidade e que todos admiramos na Praça Marechal Floriano Peixoto, então conhecida como Largo dos Martírios. Entre as pessoas que muito o auxiliaram, destacou-

se Jerônimo da Costa Belém, igualmente pessoa de cor. Trinta anos depois, não tinha a Irmandade patrimônio e nem sequer compromisso. Regia-se pelo do Rosário. (LIMA JÚNIOR, 1970, p.21)

O autor cita Craveiro Costa ao retratar sobre o processo de organização da Irmandade, “a irmandade foi organizada por gente humilde, homens de cor, inclusive escravos, com o consentimento prévio dos seus senhores, a confraria dos Martírios, com o correr dos tempos aristocratizou-se” (LIMA JÚNIOR, 1970, p.19) e conseqüentemente, homens pretos e pobres foram desalojados, contudo, a partir dessa mudança, de acordo com o art. 1º, o ingresso na Irmandade seriam os católicos, mas não os irmãos pretos e pobres (LIMA JÚNIOR, 1970). O que se inicia enquanto uma instituição criada por um homem de cor para auxiliar outros sujeitos de cor, findou-se numa irmandade que atende somente a católicos, brancos e não pobres. Percebemos que, apesar de ter existido irmandades fundadas por negros, o contexto histórico em que essas instituições estavam inseridas não permitiam uma completa inclusão de pessoas negras, não cristãs e pobres.

Nos detemos a alguns fatores importantes que foram perceptíveis na análise das obras aqui mencionadas. Primeiramente, há convergências e divergências entre os discursos, conceitos, contextos analisados e lugares sociais dos respectivos autores. O que, de fato, nos oferece muitas considerações para os estudos sobre a historiografia alagoana em que tomam os sujeitos escravizados como temas de pesquisa. Por outro lado, há alguns pontos que precisamos ressaltar e que, conseqüentemente, nos interliga ao capítulo seguinte.

É evidente que na primeira metade do século XX os estudos que tomam como temática escravizados e escravizados são de maneiras limitadas, sobretudo, o feminino, como se escravizadas não compusessem a realidade social no contexto histórico escravista. No entanto, podemos atrelar a escassa inserção do cotidiano feminino das escravizadas ao contexto no qual foram produzidas, tanto que as produções analisadas datam da primeira metade do século XX e algumas da segunda metade do mesmo século. Mas, não estamos afirmando aqui que não houve pesquisas que acentuaram as práticas negras em meio ao contexto escravista, como é o exemplo do autor Abelardo Duarte que apesar de estar num lugar social elitista para a época, sua escrita se debruça à presença religiosa malê dos negros em Penedo.

Portanto, o contexto não propiciava um recorte temático que contemplasse as narrativas de determinados grupos sociais para os estudos historiográficos. Como já mencionado na introdução desta pesquisa, os *Annales* na década de 1929 quebraram paradigmas ao introduzir a interdisciplinaridade nos estudos históricos, o que abriu

caminhos para novos estudos, inclusive, a história das mulheres. Desta forma, isso explicaria em partes a escassez das produções que tomam como tema o feminino nas produções historiográficas escravistas alagoanas. Porém, pudemos verificar que algumas das obras que analisamos foram produzidas já no contexto da segunda metade do século XX.

Outro fator importante a ser levado em consideração são as pesquisas realizadas majoritariamente por homens. Esta predominância nas produções historiográficas no campo de pesquisa da escravidão é, de fato, notória. As fontes utilizadas em sua maioria são de homens e em sua maioria, brancos. Portanto, a partir desta inquietação, no próximo capítulo iremos apresentar as novas possibilidades das mudanças historiográficas, como por exemplo, as produções sobre escravidão sob a perspectiva de escravizados e escravizadas como também, pesquisas realizadas por mulheres que direcionam suas produções sob uma perspectiva que evidenciam os sujeitos escravizados para além de sua condição, a partir de suas relações cotidianas, suas estratégias de sobrevivência e resistência, mobilidade espacial e social, religiosidade e relações de parentesco etc.

Quais fontes autores e autoras alagoanas utilizaram para evidenciar a presença negra juntamente, suas relações sociais, culturais, familiares e suas redes de sociabilidade? Quem são estes sujeitos? Quais eram suas estratégias de resistência? Suas narrativas são exibidas de maneira heroificada? Estes são alguns dos questionamentos que iremos apresentar no próximo capítulo.

3 RENOVAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: AS PRODUÇÕES ALAGOANAS SOB NOVAS PERSPECTIVAS

Diante das novas produções historiográficas a partir da Nova História, durante a década de 1980 as pesquisas que tomam como temática a escravidão, impulsionaram novos olhares e perspectivas. Narrativas foram ampliadas e debates importantes foram inseridos numa historiografia em que não se restringe às problematizações de pesquisas já existentes, mas que protagoniza sujeitos, a partir de lugares diversos para além daquele já visto, a subalternidade. Família escrava, cultura, religiosidade, mulheres, resistência e luta pela conquista da liberdade e sobrevivência, são alguns aspectos que veremos nos trabalhos que serão mencionados, como forma de enriquecer o debate e analisar outros pontos a partir de novos arranjos estabelecidos. Além de enfatizar estas produções mais recentes enquanto pesquisas diversificadas ao tratar de temáticas referente ao contexto histórico escravista, contam com diferentes sujeitos e narrativas que vão além da dicotomia entre senhor e escravo.

Importante deixarmos claro aqui, a importância do processo de investimentos em educação pública do Governo Federal a partir do Reuni que não somente influenciou as novas produções, mas também nas políticas públicas que reestruturam a produção científica no Brasil. Ampliou vagas em pós graduação com disponibilização de bolsas no país, sobretudo no Nordeste, com a criação de novos Campi e Institutos Federais e consequentemente, concursos para docentes efetivos.

Como uma das determinações mais abrangentes, destacamos o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro, particularmente a partir dos anos 2000 (Período dos governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-atual)). As estratégias desse modelo de desenvolvimento, segundo os documentos oficiais, têm como objetivo a inclusão e a proteção social, com radical redução da pobreza e promoção de igualdade de oportunidades para todos. Entre os princípios que deverão nortear as ações ressalta-se o “respeito à diversidade e às especificidades regionais e locais nas suas dimensões econômica, social, política, ambiental e cultural” (PROGRAMA DE GOVERNO – COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 3). As linhas do novo modelo de desenvolvimento já estavam postas no “Programa de Governo 2002”, da Coligação Lula Presidente, tais como: a ampliação do emprego e da renda per capita, que proporcionaria a formação de um forte mercado interno e a “ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social e nos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, junto com políticas de distribuição de renda” que proporcionariam o crescimento sustentado “a médio e longo prazo”. Quanto às ações do Estado para a ampliação da infraestrutura econômica e social, podemos incluir as políticas de educação superior, dirigidas tanto ao setor público como ao privado, como detalharemos

mais à frente. Nesse sentido, compreendemos que o processo da expansão e interiorização do ensino superior, notadamente das universidades federais, está vinculado às políticas e ações de desenvolvimento regional do país. (CORAL, 2016, p.102-103)

Diante do processo de expansão e interiorização das universidades públicas, resultou-se na introdução de historiadores que compõem o que chamamos hoje de uma Nova Historiografia Alagoana. Fundado em 2012, o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O objetivo é oferecer-lhes a oportunidade de aperfeiçoar sua formação profissional na área de pesquisa e ensino de História e contribuir para a produção intelectual de Alagoas, melhorando a qualidade do ensino nas escolas da rede básica e ocupando espaços em Institutos de pesquisa que trabalham com história e memória do território alagoano e também fora dele.

O PPGH da UFAL tem como área de concentração Poder, Cultura e Sociedade, abrangendo conceitos, debates teórico-metodológicos e temáticas específicas dessa área. Essa perspectiva mais generalizante justifica-se pelo propósito de aglutinar, em torno de um eixo dialogante, os diferentes perfis dos professores/pesquisadores e suas diversificadas produções intelectuais que compõem o curso, marcando uma identidade múltipla em constante dinamismo baseado na pluralidade. Relações de poder e práticas e representações culturais construídas pela sociedade em diversos recortes geográficos (Alagoas, Brasil, África, América Latina e Europa) e temporais (medievalidade, modernidade e contemporaneidade) constituem a identidade do Programa de Pós-Graduação em História da UFAL. O PPGH possui duas linhas de pesquisa: Linha de Pesquisa 1: Relações de Poder, Conflitos e Movimentos Sociais, Linha de Pesquisa 2: Culturas Políticas, Representações, Discursos e Narrativas. O corpo docente conta com 21 professores e dentre eles, 5 docentes trabalham com temáticas voltadas para a escravidão: Danilo Luiz Marques, Flávia Maria Carvalho, Gian Carlo de Melo Silva, Luana Teixeira e Osvaldo Batista Acioly Maciel¹⁹. A partir desta contextualização, entendemos que o processo de investimentos nas Universidades Públicas brasileiras sobretudo, as sertanejas, foram e são responsáveis na inserção de discentes com condições socioeconômicas menos favoráveis, com a possibilidade de bolsas de estudo que auxiliam na manutenção de alunos em graduações e pós graduações. Sem os investimentos nas Universidades Públicas brasileiras, não haveria uma renovação historiográfica.

¹⁹ Disponível em: <<https://ichca.ufal.br/pos-graduacao/mestrado-em-historia/corpo-docente>> acesso em: 12 de maio de 2022.

A partir das novas produções na historiografia, houve uma crescente pesquisa sobre as narrativas de escravizados e escravizadas. Com o efeito da diversidade dos campos da história, as metodologias, sujeitos, narrativas e conceitos, refletem a pluralidade de temáticas garantindo novas discussões a partir de singularidades do contexto social escravagista, ampliando perspectivas que auxiliam no entendimento histórico das relações cotidianas. Contudo, para iniciarmos as menções e discussões sobre as novas produções alagoanas, destacaremos de forma cronológica estes materiais importantes nesse atual cenário historiográfico alagoano que propuseram novos direcionamentos e evidenciaram a potencialidade do escravizado enquanto sujeito ativo socialmente, movimentando as estruturas do sistema escravista com suas práticas de resistência e sobrevivência no cotidiano.

As primeiras duas obras são do alagoano Dirceu Lindoso, tendo como característica os estudos que introduzem o estado alagoano como referência para a historiografia, por meio da cultura, resistência negra, belezas naturais e sobretudo, um lugar de histórias que vão além das narrativas oficiais. Dirceu Accioly Lindoso nasceu em 31 de julho de 1932, em Maragogi. Foi bacharel em Direito e Ciências Sociais pela Faculdade de Direito de Alagoas e na década de 1960 atuou como conferencista e professor em cursos de graduação e pós-graduação em Universidades brasileiras como a UFRJ e a UFBA. Historiador, redator, editor e consultor de diversos periódicos e editoras nacionais e internacionais, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e da Academia Alagoas de Letras, ocupou a direção do Museu da Imagem e do Som, a Secretaria de Cultura de Maragogi e a consultoria para Assuntos Culturais da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA).²⁰

A obra “*A interpretação da Província: estudo da cultura alagoana*” (2005), de Lindoso, objetiva-se explicar e debater o conceito de cultura alagoana. No entanto, não é uma produção que tem como centralidade a escravidão, porém, por meio de seu conceito de cultura, estabelece possibilidades de análises relacionadas ao negro.

É impossível perceber a cultura alagoana sem sociedade alagoana. E a sociedade alagoana é composta de classes sociais, que se estruturam em alianças, em contradições e oposições. Como então se pode conceber um ideário cultural que não reflita, como produto social, essas oposições socialmente determinadas? Uma cultura é um estado social de ideação, mas não é um estado social isento de suportes sociais objetivos, fundamentados na condição de produção, apropriação e circulação dos produtos sociais. (LINDOSO, 2005, p.54)

²⁰ Disponível em: <<http://www.adufal.org.br/Conteudo/5486>> acesso em: 24/05/2022

A partir de seu conceito de cultura, o autor relaciona a cultura alagoana como um palco repleto de especificidades como as composições de classes sociais e alianças feitas por meio das diferentes classes sociais, o que acaba incluindo outras camadas sociais além das elitizadas. Apesar de não ser uma obra voltada ao escravismo em Alagoas, a passagem do autor abre um leque de reflexões mediante uma classe marginalizada, negros e negras escravizadas enquanto sujeitos ativos socialmente e que constroem suas próprias culturas por meio das relações cotidianas. As resistências religiosas, por exemplo, são mencionadas por Lindoso enquanto um dos valores culturais de atividades sociais. Por meio desta religiosidade negra, sobretudo, a partir de sua resistência, o autor confronta a narrativa do também historiador Alfredo Brandão, mediante sua tese apresentada no 1º Congresso Afro-Brasileiro em Recife, no ano de 1934. O historiador Alfredo Brandão afirma que há uma fragilidade da resistência religiosa dos negros no estado alagoano, tendo em vista a cristianização submetida pelos senhores de escravos (LINDOSO, 2005).

Esse ensaio esboça também a teoria bastante original da *bondade* do senhor de escravos de nossa Província. Confessava candidamente que as *represálias de escravos contra os senhores são raras*. Essa opacidade histórica por uma situação social inconstantemente deixava escapar os movimentos coletivos de escravos contra o sistema da escravidão – os Palmares, os permanentes redutos papa-méis (quilombolas) das matas provinciais e a participação de escravos na Guerra dos Cabanos [...] Esquecia-se também, no caso da religiosidade dos escravos negros, da existência dos 12 terreiros tradicionais de Maceió, sendo os mais antigos o de Mestre Félix de Jaraguá, provavelmente um centro de culto jeje mina, e o de Tia Marcelina, que datavam do século XIX. (LINDOSO, 2005, p.94-95).

Partindo desta pontuação de Brandão, consideramos que sua narrativa se alinha a um discurso freyriano ao definir o caráter bondoso do senhor de escravo. Esses dois discursos, de Alfredo Brandão e Dirceu Lindoso, são interessantes por dois motivos: primeiramente, Alfredo Brandão, em sua passagem no 1º Congresso Afro-Brasileiro em Recife no ano de 1934, caracterizou as relações escravistas a partir de um lugar de caridade, onde o senhor de escravo tende a ser amigável com seu escravo, afirmações como “(...) é claro que o senhor cuidando do escravo cuidava de si próprio.” (BRANDÃO, 1934, p.43) e outra passagem diante da religiosidade negra, Brandão afirma,

Em Maceió e em diversas localidades do Estado, existiam duas seitas – a dos **xangôs** e a dos **malés**. (...) Deve-se notar que esses ritos já se achavam muito mesclados com ideais católicas e espiritas, pois ao lado dos ídolos pagãos eram encontradas imagens de Cristo e de Nossa Senhora, havendo ainda espécies de médiuns a quem denominavam pai

ou mãe de santo, - negros ou negras históricos que sendo tomados **pelo santo** caíam em estado de êxtase e davam para adivinhar ou profetizar. (BRANDÃO, 1934, p.23)

No entanto, no mesmo ano e no mesmo congresso, foi apresentado sua obra “O negro na história de Alagoas”, uma produção que exalta o negro no estado alagoano e que conseqüentemente, traz questões inerentes ao escravismo. Mas, ao contrário da citação de Brandão pacificando a relação entre o senhor e o escravo, na obra “O negro em Alagoas” o escritor traz importantes pontuações no que cerne os subterfúgios de resistências dos negros na luta contra a instituição escrava. Ora, se houve resistência, as relações sociais, culturais e políticas, por conseguinte minimamente foram conflituosas, o que vai contra toda sua ideia de que as relações escravistas foram amigáveis e bondosas. Mas, é claro que apesar dessa contradição de Alfredo Brandão, o autor é referência na historiografia alagoana sobre o escravismo em Alagoas, portanto, o cenário em que suas obras foram lançadas, seu lugar social, contexto histórico e posicionamentos ideológicos, são inegáveis para que possamos compreender suas contribuições e limitações.

Como já abordado, esta produção de Lindoso apesar de não necessariamente tratar sobre a escravidão em Alagoas, o historiador retrata que a história da cultura alagoana também foi construída por sujeitos negros, principalmente quando o autor evidencia a religiosidade negra e não sujeitos em condição subalterna.

A próxima obra que iremos analisar é a “*Razão Quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica*” (2007). Também de autoria do escritor Lindoso, trata-se de uma produção descritiva sobre o universo no qual o autor chama de mocambeiro-quilombola referente ao Quilombo dos Palmares, evidenciando sua cultura e dando protagonismo a negros e negras por meio de seus estudos históricos, o que segundo o autor é uma contra narrativa aos argumentos oficiais dos colonizadores (LINDOSO, 2007). O lugar retratado na pesquisa, é Alagoas diante de uma forte influência negra, vista por Dirceu Lindoso como “terra de muitas águas, e sua geografia é, na verdade, uma peculiar hidrografia. [...] Alagoas é, pois, o país das águas” (LINDOSO, 2007, p.28). Partindo do lugar geográfico analisado, Lindoso aborda o estado alagoano de forma saudosista e ao mesmo tempo, afirmando ser um espaço de resistência negra e de uma cultura popular em meio ao contexto escravista. Sua produção não está preocupada em heroizar e trazer o protagonismo apenas a Zumbi dos Palmares, tampouco narrar como se deu a construção do território palmarino, nem como ele se findou, mas sim, trazer fatos corriqueiros que passam despercebidos na historiografia tradicionalista. Seus referenciais teóricos estão baseados a outros autores clássicos da

historiografia brasileira como Alfredo Brandão, Luiz Sávio de Almeida, Décio Freitas, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e entre outros.

A obra é dividida em três seções com subtópicos referentes à formação de Alagoas, o escravismo, a cultura e a sociedade palmarina. Partindo do surgimento da Comarca, até ao episódio do Quilombo dos Palmares.

A comarca de Alagoas surge em 1774. O espaço alagoano passa 199 anos sem divisão administrativa, um espaço geográfico denominado pela abundância das águas, e daí o nome *alagoas*²¹, pelas muitas que existem de norte a sul. Só no século XVIII, depois da destruição do Quilombo dos Palmares e da ocupação flamenca de Porto Calvo, Alagoas aparece como um espaço de ocupação político-administrativa, ainda que precária. (LINDOSO, 2007, p.32)

A produção contextualiza o período escravista para que o leitor compreenda historicamente como se deu essa instituição e quais grupos foram colocados à mercê dela. Ressalta as diferenças entre a escravidão clássica e moderna, mas também critica as tendências de que nós, enquanto sociedade, temos de acreditar que com o fim da instituição escravista, a mesma se encerrou e que todos os problemas inerentes a ela estão resolvidos (LINDOSO, 2007). O que também tem um valor importante para a obra, são as descrições sobre o cotidiano do Quilombo dos Palmares, o trabalho diário entre os indivíduos, as ambições e as condições em comum, “a vontade de serem livres, a vontade de recriarem suas culturas numa coisa diversa, mas unitária, que é a cultura palmarina e quilombola” (LINDOSO, 2007, p.20). Outra identificação cultural é a poliandria quilombola, em que mulheres teriam de quatro a cinco homens como parceiros (LINDOSO, 2007), o que na verdade, vai além de um modelo de relacionamento, já que para o ingresso de um homem no Quilombo, a condição poliandrica teria de ser acatada e por meio dela, as mocambeiras tomariam um lugar de destaque no mocambo.

A partir do códice 265 – PE do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa de 8 de novembro de 1677, Lindoso trouxe uma narrativa de um “espia” (LINDOSO) para observar o cotidiano do Quilombo dos Palmares. Por meio da citação, pudemos verificar o protagonismo feminino nas relações familiares, no trabalho, na administração do quilombo. Segundo Lindoso,

São as mulheres que são representantes dos Conselhos dos Maiorais, e o papel delas vai além do trabalho coletivo nos campos cultivados. São elas que respondem pela produção do quilombo diante do Conselho dos Maiorais. [...] O que predomina numa poliandria são as relações

²¹ Escrito em minúsculo de acordo com a grafia do autor Dirceu Lindoso.

matriarcais, a mãe comum de diferentes pais. É a mulher única que dá sentido família à anomia criada pela pluralidade de homens que cabe a cada mulher. É a mulher, por ser mãe de todos os filhos de seus homens, que forma a família quilombola. (LINDOSO, 2007, p.75)

De acordo com o alagoano, sua produção rompe com as narrativas coloniais que tendem a inferiorizar negros e negras, além de subalternizar suas existências. O que de fato, ao analisarmos seu trabalho, pudemos observar a potencialidade de sua narrativa que vai de encontro com outras referenciais que abordam os debates sobre o Quilombo dos Palmares, mas que o faz de maneira sutil e ligeiramente, ocupando pouco espaço na pesquisa. Isso pode estar relacionado a variadas questões, como a falta de fontes, o contexto histórico que leva autores e autoras tomar determinados discursos coniventes à sua conjuntura histórica, sua realidade social, econômica, cultural e política.

Etnologizei as culturas palmarinas em vez de, como antigamente os historiadores, heroizá-las. [...] Muda o ponto de vista, porque a história que escrevi não é mais uma história vista do copião da casa-grande, mas uma história na perspectiva dos negros escravos, dos brancos pobres, dos índios migrantes e dos mestiços indígenas. É uma história difícil de ser avaliada pelos padrões historiográficos conservadores, e com notícias e que nos foram dadas pelos que destruíram os redutos quilombolas e suas cercas reais. [...] O objetivo de minha etno-história crítica é desconstruir o modelo conservador de nossa história colonial, e preparar uma modificação no conceito de História. (LINDOSO, 2007, p.22-23)

A partir de uma perspectiva negra que enfatiza o histórico de resistência e cultura negra no estado de Alagoas, o alagoano Dirceu Lindoso evidencia a criação do Quilombo dos Palmares e seu sistema interno, como o trabalho, as relações matrimoniais, as estratégias e a coletividade dos mocambeiros como um “fenômeno cultural de imensa expressão social” (LINDOSO, 2007, p.19), envolvendo o que ele chama de “etnografia histórica” que tem como objetivo desconstruir o modelo conservador e apresentar uma nova perspectiva que atua de maneira em que negros e negras mocambeiros sejam atuantes em uma história oficial e não apenas objetos de pesquisa historiográfica. Por um outro lado, ao tratar de sua “ruptura epistemológica” em que o autor define sua própria pesquisa, algumas das fontes utilizadas foram produzidas por europeus ao tratarem sobre a instituição escrava ao contextualizar sobre a vinda de africanos para a América. Mediante essa questão, Lindoso defende que ao falar sobre a escravidão, teria de abordar os estudos das diferenças entre a escravidão clássica que criou a Grécia e Roma “as altas culturas sem as quais não seria criada a cultura ocidental moderna; e na escravidão moderna de negros africanos apenas manteve, na colonização da América, o lado arcaico

da cultura colonial” (LINDOSO, 2007, p.22). Diante disso, entendemos que a contribuição de Dirceu Lindoso está alinhada à uma perspectiva que valoriza seu lugar de origem, destacando a importância deste lugar por ter sido palco do maior Quilombo das Américas. Por meio desta, ressalta uma série de acontecimentos, estruturas, narrativas, simbologias, sujeitos, instituições e sobretudo, a cultura negra palmarina. A menção de Lindoso às formas de escravidão ocidental, refere-se à uma contextualização mais ampla e menos minuciosa comparado à narrativa da Comarca de Alagoas juntamente com a cultura palmarina, realizada de forma descritiva e ao mesmo tempo, enaltecendo estes sujeitos por meio de suas práticas cotidianas.

A próxima produção é o artigo intitulado “Cotidiano e resistência escrava em Maceió na segunda metade do século XIX” do autor Danilo Luiz Marques (2011), publicado nos anais do XXVI da ANPUH, em São Paulo. O alagoano possui Graduação em História pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2008), mestrado (2013) e doutorado (2018) em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com período de estágio sanduíche na Michigan State University (2017), nos Estados Unidos e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da UFAL – Universidade Federal de Alagoas. O artigo tem como objetivo analisar o cotidiano dos negros em Maceió e as formas de alcançar a liberdade. Diante das possibilidades de liberdade escrava, os escravizados mobilizavam-se afim de buscar novas alternativas para a conquista de sua emancipação, o que poderia vir a acontecer de determinadas formas.

A resistência somente se configurava fora do discurso político estabelecido, pois consiste em movimentos espontâneos de revolta ou de reivindicações de condições de sobrevivência do cotidiano de grupos que nem sempre estão organizados institucionalmente, por um partido político ou por uma consciência nítida de classe social. (MARQUES, 2011, p.2 *apud* DIAS, 1998, p.255)

Embora houvesse a possibilidade de emancipação, os escravizados não seriam vistos de outra forma pela sociedade escravista apesar desta nova condição. A partir de práticas na conquista de se tornar livre, havia uma ilusão de que, mesmo após a alforria, o indivíduo seria visto como todos os outros na sociedade, “configurava-se, portanto, uma série de conflitos sociais que caracterizavam o cotidiano daquela época” (MARQUES, 2011, p.2), a raça vinha em primeiro plano quando se tratava em marginalizar determinado grupo. A carta de alforria nos parece algo muito simbólico, uma vez que possuía um valor imensurável para os escravizados, no entanto, desde os caminhos para

alcançar a liberdade e mesmo após conquistá-la, as raízes da escravidão cooperavam para que a vida desses sujeitos fosse marcada pelo ódio à raça.

O discurso de Marques se opõe àquela de Alfredo Brandão que, como vimos antes, afirma a inexistência de conflitos entre senhores e escravos, negando toda e qualquer possibilidade de resistência negra que não tenha sido a fuga para o quilombo dos Palmares.

Esta concepção nega todo um processo de constituição de práticas de liberdades ocorridas na cidade de Maceió ao longo do século XIX. Escolhemos a temporalidade de 1850-1888, por que consiste no período em que o movimento abolicionista ganhou força no Brasil, e este período abarca desde a criação da Lei Eusébio de Queiroz até a abolição, lembrando que os protagonistas de nossa pesquisa são os negros (escravos e libertos), portanto temos como eixo norteador escrever uma história de busca pela liberdade, enfocando sua participação no processo de abolição, visto por grande parte da historiografia brasileira da primeira metade do século XX como produto de uma elite que tem seus fundamentos nos ideais europeus que estavam em vigor na época. (MARQUES, 2011, p.1-2)

Conforme Marques, apesar da capital maceioense não ser um centro urbano populoso no país, aconteceram variadas situações que nos interessam ao pensar no cotidiano da resistência escrava: revoltas de escravos, clubes abolicionistas e constantes conflitos em torno da abolição. Estratégias de sobrevivência foram realizadas de formas diversas e que poderiam vir auxiliar o escravizado na busca pela alforria. Para constatação, a partir de fontes documentais, o autor obteve fatos importantes para sua análise de pesquisa.

[...] A partir de uma revisão da historiografia tradicional e da análise de documentos como jornais, cartas de alforrias, artigos sobre posturas municipais de Maceió, processos criminais e inventários, propomos historicizar o cotidiano dos negros da cidade de Maceió, dando um enfoque na busca pela alforria, que foi dada das mais variadas formas. (MARQUES, 2011, p.2)

A década de 1870 é um momento importante na conquista da liberdade dos escravizados, inclusive, a Lei do Ventre Livre vem para agregar neste processo em que a escravidão se propôs libertar de forma gradual os escravizados. Mas também, é um contexto que favoreceu estes sujeitos, já que em 1881 foi criada a Sociedade Libertadora

Alagoana com o auxílio do professor Francisco Gomes da Silva²² tendo sua sede em Maceió e a Sociedade Libertadora Alagoana tinha o objetivo de complementar os valores das alforrias dos escravizados, caso estes não tivessem o valor total. Embora já existissem outros grupos abolicionistas como a Comissão Libertadora de Escravos e o Clube abolicionista, a Sociedade Libertadora Alagoana foi a que teve mais destaque no estado (MARQUES, 2011) tendo em vista seu grau de influência na época.

Portanto, o breve artigo de Danilo Luiz Marques, ressalta as formas de resistência de escravizados em meio ao contexto escravo na capital maceioense. Sua narrativa se opunha aos discursos hegemônicos que tendem a legitimar a instituição escrava, e conseqüentemente, estar conivente com as heranças dessa instituição nos dias atuais. Mas esta narrativa referente aos escravizados não se encerra aqui, a nossa próxima análise é do mesmo autor, porém, agora trataremos de seu livro.

Intitulado “Sobreviver e resistir: os caminhos para liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888)” do autor Danilo Luiz Marques (2016), o livro trata das trajetórias de vida, luta e resistências de escravizadas da Maceió da segunda metade do século XIX tendo um olhar mais direcionado para as escravizadas e africanas livres, em meio ao contexto escravista e o processo de emancipação. Marques retrata desde as chegadas de escravizadas e africanas livres no porto de Maceió até os anos em que foram criadas leis emancipacionistas que tinham como intuito “melhores condições de trabalho”. Neste meio tempo, é abordado os cotidianos de homens e mulheres na luta contra a hegemonia senhorial e as formas de opressões vivenciadas pelos escravizados. Algumas das fontes utilizadas para a produção desse livro, são o Acervo Histórico do Arquivo Judiciário de Alagoas – AHAJ, Arquivo Público de Alagoas – APA, Biblioteca Nacional – BN, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL e outras referências historiográficas de historiadores alagoanos e autores que produziram obras sobre o processo de escravatura em Maceió, em outros estados do Nordeste e Centro-Sul.

²² De acordo com o site História de Alagoas, “um dos mais importantes líderes da mobilização em prol da libertação dos escravos em Maceió foi o professor Francisco Domingues da Silva [...] Francisco Domingues iniciou seus estudos ainda no município de Alagoas e depois no Seminário de Olinda. Não foi possível identificar se concluiu algum curso superior. [...] Republicano e abolicionista radical, Francisco Domingues participou ativamente de vários movimentos e instituições envolvidas com estas causas. Com o advento da República em 1889, recebeu a patente honorária de Tenente-coronel e depois de Coronel. [...] Era um dos participantes, em 18 de setembro de 1881, da reunião que fundou a Sociedade Libertadora Alagoana. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/francisco-domingues-e-a-historica-sociedade-libertadora-alagoana.html>> acesso em: 19 de maio de 2022.

O destaque dessa obra está no protagonismo das mulheres negras. Como já mencionado anteriormente, o papel feminino enquanto objeto de pesquisa na historiografia tradicional estava atrelada a um “não lugar”, já que as produções mais tradicionalistas tendiam a generalizar os escravizados, retratando-os a partir de um único discurso, a condição marginal. Ao contrário dessa historiografia, a obra de Danilo Marques trata de forma clara o papel da mulher negra na sociedade escravista, apontando não só as dificuldades individuais, mas mencionando suas formas de sobrevivência, resistência e suas redes de sociabilidade a partir de seu cotidiano.

A obra inicia-se com uma análise contextual da capital alagoana, contemplando seu crescimento ao longo do século XIX e principalmente a sua potencialidade enquanto polo comercial de açúcar, algodão, fumo e farinha de mandioca. É importante entendermos a relevância mercantil da capital alagoana para o fortalecimento do tráfico na região que estava ligada à cana de açúcar, pois, “as exportações de açúcar através de clientes, comerciantes, estrangeiros e senhores de engenho, fixavam moradia na cidade” (MARQUES, 2011, P.43). Com o crescimento mercantil, Maceió iniciou seu processo de urbanização a partir da década de 1840, porém com traços rurais ainda marcantes. O crescimento urbano da cidade de Maceió decorreu ao longo do século XIX, acompanhado também de um crescimento demográfico, “no cenário urbano, os cativos transitavam com extrema agilidade pelas ruas da cidade e desenvolveram sociabilidades que proporcionavam a busca pela sobrevivência, assim como oportunidades de resistência” (MARQUES, 2016, P.53). A presença das mulheres negras no contexto escravista foi marcada pelo trabalho doméstico, como quitandeiras ou comerciantes, criava-se ali uma rede de sociabilidade negra entre as escravizadas articulando suas práticas de resistência. Fuga, atos de revolta, assassinatos, obediência ao seu senhor como forma de adquirir mais facilmente sua liberdade, foram maneiras estabelecidas pelas escravizadas como forma de resistir à instituição escravista.

E para a contenção desses atos, as autoridades utilizavam de artifícios para que os escravizados não fugissem ou organizassem atos de rebeldia. Pretos nas ruas em período noturno teriam consequências e de acordo com o documento da Biblioteca Nacional, era pedido providências a respeito “dos pretos e capoeiras que depois do anoitecer foram encontrados com armas ou em desordem” (MARQUES, 2016, P.59). Segundo o autor, anúncios em jornais referentes às fugas de mulheres que lutavam contra sua condição de escravizada eram recorrentes e isto revela o cotidiano das escravizadas da Maceió oitocentista (MARQUES, 2016). Contudo, as notícias de fugas de mulheres escravizadas nos jornais da época, de maneira descritiva nos informa as condições, descrições da

aparência e motivos para o ato de fuga. Com um tom escravagista “os jornais do século XIX apresentavam um teor criminalizante sobre a população cativa, mas é uma importante fonte para captar o comportamento de uma sociedade escravista” (MARQUES, 2016, p.60).

Mas além das fugas, o trabalho também era uma das facetas das escravizadas e africanas livres. A venda de doces, frutas e os próprios serviços domésticos eram meios de acumular pecúlio²³ para a compra de sua própria alforria. Logo, podemos observar que o trabalho foi um alicerce essencial para a sociedade escravista, ressaltando a presença feminina, mas também, a mulher enquanto protagonista e responsável pelos desenvolvimentos de processos econômicos, sociais e culturais. A quantidade de mulheres escravizadas em Maceió durante a segunda metade do século XIX era superior à população masculina, portanto, era constante a presença feminina no cotidiano da cidade (MARQUES, 2016). As recusas das escravizadas em prestar determinados serviços lhe traziam prejuízos, o confronto direto com seu arrematante poderia lhe distanciar ainda mais de sua liberdade, mas, contando que estas mulheres eram cientes de seu contexto histórico, suas estratégias eram baseadas em informações que lhe beneficiariam, até com um bom comportamento e a prestação de bons serviços, “demonstrar obediência e submissão também, conforme mencionado, foi uma estratégia de liberdade adotada por muitos cativos (MARQUES, 2016, p.100 *apud* MARTIN, 2006, p.147), como é o caso da escravizada Feliciano que teve sua alforria após a morte de seu proprietário, conquistou sua liberdade a partir da estratégia de um bom comportamento.

Mas é claro que os meios “ilegais” para a “liberdade efetiva” seriam mais ágeis, tendo em vista os quatorze anos que teriam de ser prestados para a solicitação de sua emancipação. Aqui destaca-se os subterfúgios para contornar a condição de escravizada, tanto que, “apesar do Estado ser uma das poucas alternativas da sociedade com quem poderiam contar, em muitas vezes esse apoio não era efetivo” (MARQUES, 2016, p.98). Portanto, as movimentações pelas cidades faziam com que escravizados, escravizadas e africanas trocassem suas informações com relação aos seus direitos de liberdade. Essa rede de apoio ressalta a resistência desses sujeitos além de demonstrar, que não eram alheios a seu contexto.

As estratégias das mulheres escravizadas refletem sua constante resistência. A movimentação feminina no contexto escravista está marcada por sua participação ativa no trabalho e na sua disputa por sobrevivência diante das condições que lhe foram

²³ O pecúlio é a o acúmulo de dinheiro para a compra de sua liberdade.

impostas violentamente. Como é o caso da africana livre Bendita que lutou por sua emancipação, inclusive, há ofícios na Curadoria dos Africanos Livres de Alagoas que revelam vários requerimentos de Bendita para a sua liberdade. Sua vida foi marcada por uma árdua luta para se contrapor à escravidão e obter sua emancipação, já que mesmo com sua condição de africana livre, em seu desembarque em 1850 ela ainda foi obrigada a prestar serviços a um arrematante particular (MARQUES, 2011). No processo de conjuntura final da escravidão no Brasil, com a lei do Ventre Livre²⁴ promulgada em 1871, a instituição iniciou seu processo de liberdade gradual, o que significa dizer que apesar deste direito significativo, quaisquer atos contrários ao sistema escravista, a liberdade poderia ser desconsiderada.

Sociedades abolicionistas da década de 1880 tiveram impacto na sociedade escravista por beneficiar escravizados. Em 1881, foi criada a Sociedade Libertadora Alagoana com sede em Maceió, por meio de campanhas e meios de comunicação como jornais e por meio deste veículo de comunicação, apresentaram seu caráter abolicionista auxiliando escravizados na complementação do pecúlio para o valor da compra de sua alforria. Essa rede de sociabilidade negra em meio ao contexto escravista reforça a narrativa de que os sujeitos escravizados lutaram e resistiram contra a hegemonia institucional. As mulheres negras escravizadas e africanas livres são reflexos dessa resistência negra diante do cotidiano escravo, violento e humilhante em que as mesmas viviam. Como já exposto, a participação ativa nos processos econômicos da sociedade escravista da segunda metade do século XIX, analisada por Marques, está inserida numa nova historiografia que protagoniza as narrativas e discursos, das escravizadas.

O artigo “Experiências entre a escravidão e a liberdade: os africanos livres na Província de Alagoas (1850-1864)”, do autor Moisés Sebastião da Silva (2013). O autor possui licenciatura em História (2012) pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, e Mestrado em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA²⁵. Sua pesquisa tem como temática as experiências dos africanos livres no contexto escravista. A categoria social analisada no artigo supracitado é o africano livre, mas as fontes para análise dessa condição social se mostram como uma problemática para realizar tal tarefa, tendo em vista a lacuna documental a respeito do escravismo em Alagoas e mais precisamente sobre tal categoria. O grupo analisado, demonstra a dualidade entre ser livre,

²⁴ “Foi a promulgação da lei de 1871 que garantiu a liberdade para os filhos de escravizados por conta da alta dos preços dos cativos, ocasionada pela conjuntura do fim do tráfico atlântico.” (MARQUES, 2011, P.124)

²⁵ Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/3939240/mois-es-sebastiao-da-silva>> acesso em: 25/04/2022

mas estar submetido a uma sociedade escravista que apesar de sua condição de liberto, sua vida inteira seria traçada por uma série de fatores que invisibilizou suas histórias e ceifou suas vidas.

Contudo, o cotidiano destes africanos livres é analisado para que se tenha uma melhor análise a partir de suas relações familiares, trabalhistas, espirituais, suas dinâmicas e sociabilidades negras que em conjunto partilham das mesmas condições.

Criada na campanha para a abolição do comércio atlântico de escravos, essa categoria designava os africanos que fossem emancipados por estarem a bordo de navios envolvidos no tráfico ilegal, ou que fossem apreendidos em terra como “recém-importados” (MAMIGONIAN, 2000: 72). Tal categoria existiu em todos os territórios alcançados pela ação britânica (IDEM, 2009: 216-217) e, no Brasil, aproximadamente 11 mil africanos a integraram, ou seja, foram portadores da condição de “africano livre” (IDEM, 2005: 391). Embora legalmente não fossem escravos, esses africanos foram obrigados a viver um período sob a “tutela” do Estado, sendo distribuídos para servir em instituições e obras públicas e a concessionários particulares. [...] (SILVA, 2013, P.1-2)

Apesar da condição de africanos livres, Guilherme, Benedito e Braz, não viviam de acordo com a sua condição de liberto. Ser negro no contexto escravista só reforçava a inferioridade com relação a outros sujeitos.

[...] Embora juridicamente livres, não tinham liberdade para escolher onde e quando trabalhar, quase sempre não recebiam remuneração e podiam, ainda, não gozar de mobilidade espacial – apontam para uma temática em plena expansão e para uma dimensão até pouco tempo atrás negligenciada pela historiografia tradicional. (SILVA, 2013, P.3)

Como mencionado pelo autor, a historiografia tradicional tem um limitado debate sobre a condição dos africanos livres. A historiografia dos “grandes homens” privilegia determinados grupos sociais e suas narrativas em detrimento a outras perspectivas e discursos que historicamente foram deixados à margem. A escravidão se insere nesta perspectiva enquanto um campo de pesquisa que se debruçou mais sobre a própria instituição do que daqueles que sofreram e tiveram suas vidas diretamente atingidas por ela. Com a ampliação de estudos, novos conceitos, narrativas e metodologias, as produções priorizaram a diversidade de temáticas inserindo aqueles que tiveram suas narrativas silenciadas.

Traçando um paralelo com o artigo de Moisés Silva e o conceito de experiência de Thompson²⁶, as relações cotidianas dos africanos livres a partir de sua consciência enquanto juridicamente livre, as revoltas, sociabilidades e resistências, foram resultados desta troca de experiências e respectivamente da consciência de suas condições. Tendo em vista o africano livre enquanto uma categoria “melhor” do que a condição de escravizado, as formas de provar a sua liberdade também eram necessárias para conquistar sua emancipação. Apesar dos africanos livres apresentarem um grau de “liberdade” na sociedade escravista, suas experiências se aproximavam das vivências de escravizados e escravizadas na busca por dignidade e liberdade em sua totalidade. Contudo, percebemos uma resistência mesmo após a abolição relacionado à liberdade dos cativos, em que mesmo com a legalidade da lei, novas formas de dominação foram elaboradas.

A próxima produção para nossa análise neste é da autora Luana Teixeira cuja tese de doutorado intitulada “Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado” foi defendida na cidade do Recife em 2016, na Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e também em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012)²⁷. O trabalho de pesquisa de Teixeira tem como tema o comércio interprovincial em Alagoas, evento que já fora abordado pelos primeiros estudos historiográficos alagoanos, contudo, uma das problemáticas a serem pautadas nessa pesquisa é referente às lacunas sobre o papel do comércio interprovincial no desenvolvimento do país.

A pesquisa tem como objetivo entender em nível nacional e regional o comércio interprovincial de escravos, trazendo os primeiros dados de sua vigência no estado de Alagoas. A análise quantitativa foi realizada afim de estabelecer quantos escravizados foram exportados para outras partes do Império, sobretudo o Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 2016) e traçar seus perfis, compreendendo o volume deste acontecimento que fez com que os negócios escravistas alagoanos se movimentassem.

A história do comércio interprovincial não tem heróis, mas a experiência de milhares de escravos que foram inseridos no comércio pressionou as relações sociais e teve como efeito colocar mais água no

²⁶ Diante da perspectiva thompsoniana, os estudos brasileiros sobre a categoria de africanos livres cresceram bastante. Um exemplo, a tese de doutorado de Beatriz Mamigonian que trata das transformações do trabalho (2012). Alinnie Moreira também é citada, Enidelce, Bertin (2006), Afonso Florence (2002), Jorge da Prata de Sousa (1999), são exemplos de pesquisas que partem de uma renovação historiográfica (SILVA, 2013).

²⁷ Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/8670429/luana-teixeira>> acesso em: 26/06/2022

caldeirão transbordante da sociedade escravista brasileira no Segundo Reinado.” (TEIXEIRA, 2016, P.20)

Edward P. Thompson também é um dos referenciais teóricos da autora em sua produção. O referencial ao historiador inglês refere-se às experiências de trabalho que, de forma violenta, escravizados e escravizadas vivenciaram por meio da cabotagem, ou seja, pelo transporte via marítimo entre as províncias. Portanto,

A perspectiva de que a experiência dos indivíduos e grupos é produzida a partir da vida material e que essas contribuem para o processo histórico é a base teórica que sustenta a hipótese sobre a mudança nas relações sociais produzidas pelo comércio interprovincial. (TEIXEIRA, 2016, p.20).

Mas para adentrar na configuração do que foi de fato comércio interprovincial, a autora explica a sua pretensão ao falar “comércio interprovincial” em vez de “tráfico interprovincial”. A partir de uma inquietação proposta pelo autor alagoano Tavares Bastos, a autora atentou-se ao emprego da palavra no Correio Mercantil em 1861, “o tráfico é hoje apenas uma lembrança do passado” (TEIXEIRA, 2016, p.19 apud TAVARES, 1861). A partir desta inquietação, Teixeira defende que,

No uso comum, tráfico passava a estar imbuído da ideia de ilegalidade. Percebe-se que foi a partir da história da proibição do comércio transatlântico e de sua burla que o termo tráfico aos poucos foi tomando o sentido estrito de comércio ilegal, que hoje é tão corriqueiro. Portanto, pode-se inferir que esses textos nos quais se associa o termo “tráfico” para tratar do lícito comércio interprovincial, fazem parte da história da consolidação do sentido pejorativo do termo. [...] Defendo, portanto, que “tráfico interprovincial de escravos” não é o termo mais adequado para tratar dessas negociações no Segundo Reinado. É possível que no dia a dia, no cotidiano, no interior das comunidades escravas, entre aqueles que eram prejudicados por este comércio, ou fossem críticos a ele, “tráfico interprovincial” fosse um termo corriqueiro. Não obstante, considerando que a palavra “tráfico” foi re-semantizada ao longo do século XIX para imbuir nela o sentido do contrabando de escravos africanos, creio que o termo “comércio” é o mais adequado para se escrever a história das transações legais de compra e venda de cativos entre as províncias do Império.” (TEIXEIRA, 2016, p.21-22)

O emprego da definição de “comércio interprovincial” caracteriza este evento de maneira clara e objetiva, um determinado tipo de comércio que faz ligações com outras localidades próximas. É importante frisar, o forte impacto do comércio interprovincial de escravos para os próprios escravizados, tendo em vista a obrigatoriedade nessa “mobilidade” espacial. Referente a proibição do comércio interprovincial, a solução

encontrada pelos comerciantes foi justamente o fator indispensável que era a manutenção da mão de obra e lucro, respectivamente (TEIXEIRA, 2016). Logo, até o ano de 1881, o comércio interprovincial foi responsável por grandes concentrações de escravizados levados da região Nordeste para o Sudeste do Brasil e, conseqüentemente, gerando escassez de mão de obra em outras regiões.

Autores como Robert Slenes, Hebert Klein, Emilia Viotti e Robert Conrad, dentre estes, os dois últimos são responsáveis por abordar o comércio interprovincial de escravos enquanto um campo de estudo na historiografia. A partir de seu cruzamento de fontes, a autora Luana Teixeira afirma que,

[...] o fluxo de escravos do Nordeste para o Sudeste não seria uma resposta simples à demanda do segundo. Por outro lado, os grandes proprietários açucareiros do Nordeste não teriam se desvencilhado de forma abrupta do trabalho escravo. Teriam sido, portanto, majoritariamente outros setores produtivos da região que teriam “perdido” escravos para o sudeste. Esse argumento redimensiona completamente o papel do comércio interprovincial de escravos no processo da abolição brasileira. (TEIXEIRA, 2016, P.51)

Como aponta a autora, além dos lucros financeiros, o comércio de escravizados para as províncias do sudeste tinha como um de seus efeitos políticos desestruturar as relações de sociabilidade entre os escravizados. É importante levar em consideração as movimentações de negros e negras em torno do sistema escravista, pois, diante da possibilidade de viagens forçadas, quaisquer escravizados poderiam ser deslocados para uma outra província e jamais recuperar contato com seus familiares. Decerto que os deslocamentos forçados ao longo do comércio interprovincial, teria como intuito além de desestruturar essas sociabilidades, faturar a partir das vendas e impostos, já que apesar da fatura açucareira no Nordeste, o Sudeste vinha gerando lucro para comerciantes e senhores de escravizados.

Ou seja, trata-se aqui de colocar a questão sob o olhar da história social, questionando, por um lado, o quanto o comércio interprovincial teria afetado as relações escravistas nas províncias de origem dos escravos e, por outro, o quanto ele teria influenciado na experiência dos cativos que foram inseridos no comércio e migraram forçadamente para fora da província. (TEIXEIRA, 2016, P.51)

Os jogos de interesse por trás da migração forçada no comércio provincial podem de fato ter afetado os negócios escravistas como Teixeira afirmou, já que a exportação de

escravizados de imediato sinalizava uma perda de taxa total de escravizados sob seu domínio, desestabilizando não somente os senhores, mas também as relações cotidianas entre os escravizados.

Uma das problemáticas na produção da tese é com relação à falta de fontes sobre os números das taxas de exportação de escravizados. Contudo, para melhor se basear, o livro de passaportes de Maceió, estima a quantidade de 6.410 escravizados exportados para outras províncias, porém, “arriscar-me-ia a propor que entre oito e dez mil escravos do comércio passaram pelos portos alagoanos ao longo do Segundo Reinado” (TEIXEIRA, 2016, P.57). Portanto, como já evidenciado, a grande taxa de exportação para o Sudeste causou uma queda de quantidade de escravos na província alagoana do Segundo Reinado. Apesar de ser um contexto no qual as mortes naturais ocorriam com frequência, além da Lei do Ventre Livre do ano de 1871, existiam outros fatores responsáveis pela queda progressiva de indivíduos, “pode-se aventar que entre 1848 e 1882 - ou seja, o período de grande incidência do comércio interprovincial - Alagoas viu a população escrava diminuída em cerca de 10 mil cativos” (TEIXEIRA, 2016, p.58). Inclusive, não somente por Maceió influía o comércio interprovincial, tendo em vista a grande influência de Penedo, por meio do Rio São Francisco também ocorriam deslocamentos de escravizados por este porto. Independentemente da capital, Penedo foi o segundo polo exportador de Alagoas.

Por meio do Livro de Passaportes de Maceió, a autora pôde identificar, a partir das categorias registradas, algumas características dos escravizados exportados. Idade, cor, destino e sexo, foram algumas descrições encontradas e que nos ajudam a compreender quais eram os preteridos para a migração forçada, tendo em vista os jogos de interesses nas escolhas dos escravizados. A partir das análises, a quantidade de indivíduos exportados pelo comércio interprovincial é equilibrada entre os sexos, no entanto, em determinados anos, a taxa de exportação feminina teve maior intensidade, dentre as respostas à esta alta demanda de escravizadas, além da sua mão de obra, a reprodução natural também era importante na conjuntura da proibição do comércio transatlântico de escravos.

Considerando a pequena diferença entre os sexos dos escravos exportados pelo Porto de Maceió, e supondo que esta relação se mantivesse para toda a província, percebe-se que o comércio interprovincial não influenciou sobre a proporção entre os sexos dos escravos em Alagoas. O que é confirmado pelos dados demográficos, demonstrando o contínuo equilíbrio de homens e mulheres na população cativa ao longo do Segundo Reinado. [...] Portanto, concluiu-se que o comércio interprovincial de cativos muito pouco influenciou para

alterar a relação entre os sexos da população cativa de Alagoas. Por outro lado, a grande incidência de mulheres jovens exportadas teria reduzido a capacidade desta mesma população de continuar reproduzindo-se naturalmente.” (TEIXEIRA, 2016, p.79)

Mas outra característica analisada é com relação à idade dos escravizados. Tinha-se preferência por cativos mais jovens, independentemente do sexo, “[...] percebe-se que 31% dos cativos exportados tinham entre 15 e 21” (TEIXEIRA, 2016, p.80). A preferência por jovens para o comércio interprovincial pode estar relacionada a sua vitalidade, conseqüentemente, seu trabalho poderia não ser em sua província de origem, tendo em vista a sua idade como um nicho isolado para a execução de tal trabalho em uma outra província.

No ano de 1839 a capital do estado alagoano²⁸ deixa de ser Marechal Deodoro e passa a ser, desde então, a cidade de Maceió, diante de seu crescimento político-econômico, logo, “a cidade de Maceió conheceu um notório desenvolvimento urbano e econômico e consolidou-se como principal cidade da província” (TEIXEIRA, 2016, p.118). A partir da inserção de escravizados enquanto um produto, esta condição viabilizou ainda mais a possibilidade da mobilidade entre as províncias, intensificando ainda mais os negócios. Entretanto, as relações comerciais nem sempre se restringiam aos jogos de interesse comercial, mas, às vezes também, político.

Outro ponto que surge diante do interesse da venda dos escravizados, mostram que nem sempre as ameaças e a moral resolviam as más condutas dos escravizados, a sua venda era uma alternativa dos senhores de se livrar do sujeito escravo insubmisso.

E que o comércio para longe tornou-se a uma ótima opção para senhores tratarem dos casos de escravos insubmissos. Afinal, que vizinho compraria um escravo fujão? Mas a léguas de distância de casa, senhores poderiam dormir tranquilos. O problema já não lhes pertenceria mais. (TEIXEIRA, 2016, P.225)

Percebemos que, a partir das fontes e da abordagem do comércio interprovincial de escravizados em Alagoas, Luana Teixeira percebeu indícios de formas de resistência escrava que ameaçavam o funcionamento da ordem escravocrata. As articulações também

²⁸ Inclusive, o município de Penedo também teve seu destaque no estado, diante de sua quantidade populacional e influência religiosa negra, como já mencionado na sessão anterior na obra “Os negros muçulmanos nas Alagoas: os Malês” do autor Abelardo Duarte (1958), onde configura o município enquanto um espaço de resistência religiosa, negra e de grande influência econômica. No entanto, a queda da população de Penedo se sobressai e os motivos não se deram pelo comércio interprovincial, mas também por conta da epidemia de cólera de fins de 1855 a 1856.

geraram momentos de instabilidade na fluidez do próprio comércio interprovincial, os escravizados resistiam contra a mobilidade forçada, as fugas mostraram-se como o meio mais viável para livrarem-se desta condição e reconstruir seus laços familiares a fim de alcançar a possibilidade de voltar para sua localidade, mesmo diante de toda ameaça de ser capturado novamente.

A reação violenta ao comércio não foi sistêmica, mas existiu, isto é um dado importante. Mais comum, no entanto foram as fugas. O longo trânsito entre o ponto de origem e o destino final propiciava bons momentos para escapar, mas também há de se considerar que fugir em um lugar desconhecido exigia uma grande dose de ousadia e coragem. Ainda assim, houve escravos que optaram por esse recurso, mesmo que pensado apenas como uma estratégia de negociação. [...] O sucesso de uma fuga era efetivamente difícil, mas a tentativa era viável. Podia funcionar apenas como uma forma de negociação ou ser efetivamente uma opção viável ao destino que havia sido determinado pelo senhor. [...] No entanto, a opção pela fuga é tanto mais complexa quando visava a impedir a separação de entes queridos, porque ela mesma produzia uma separação. Ainda assim, é o caráter definitivo da ruptura do comércio que mais devia pesar. (TEIXEIRA, 2016, p.233)

Contudo, o papel do comércio interprovincial se deu como um meio de fortalecer financeiramente o comércio interno, e sendo um dos mais significativos eventos da instituição escravista, este evento desestabilizou sociabilidades negras que tiveram de recalculas suas formas de resistir. Os interesses dos senhores em vender seus produtos, os escravizados, conseqüentemente adiantava a migração destes sujeitos e logo, não descartando as tentativas de fuga neste intervalo de tempo na viagem entre as províncias.

O comércio interprovincial gerou acordos rentáveis e também conflitos, tendo em vista a não aceitação em forma de resistência dos escravizados que mais sofreram com o comércio. Portanto, a tese de Luana Teixeira, além de analisar o termo até então empregado pela historiografia como “tráfico comercial”, a autora problematiza o uso e traz um novo conceito para melhor empregar e definir este evento histórico, explorando este contexto a partir de seus integrantes, os comerciantes, senhores e escravizados, apontando as nuances entre estes lugares extremos a partir das experiências em meio ao comércio interprovincial.

A próxima produção, é o artigo intitulado “Escravidão e possibilidades de alforrias no período colonial: Capitania de Pernambuco – Comarca das Alagoas” (2017) do autor Gian Carlo de Melo que inclusive, é um dos organizadores do livro “História da escravidão em Alagoas: diálogos contemporâneos” no qual este artigo está inserido. Gian Carlo de Melo é licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (2005), mestre em História Social da Cultura Regional pela mesma instituição

(2008), doutor em História do Norte e Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2014). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colonial e Imperial atuando principalmente com os seguintes temas: História da Escravidão e da Liberdade, História da Família, História das Mestiçagens, História do Cotidiano, Documentação Eclesiástica e História da Igreja Católica, Sociedade Colonial e Imperial. Possui dissertação e doutorado com fontes eclesiásticas de batismos e casamentos, sobre o Pernambuco em fins do século XVIII e início do XIX. Desenvolve estudos sobre Alagoas através dos projetos de Pesquisas "História da Escravidão em Alagoas" que abrange os séculos XVI e XIX, e líder do Grupo de Pesquisa NESEM (Núcleo de Estudos Sociedade e Escravidão na Época Mestiçagens - séc. XVI-XIX).²⁹

Com a expansão da cana em Alagoas, houve a necessidade do trabalho do homem e da mulher negra (MELO, 2017) e a partir do crescimento do número de escravizados e das relações de trabalho, segundo o autor, “com o passar dos anos e a presença cada vez maior de escravos, surgem as primeiras libertações, que vão dar origem a um elemento novo, com uma condição diferenciada entre os negros: são os homens e mulheres forros” (MELO, 2017, p.31). O artigo tem o objetivo de analisar as diferentes maneiras de se alcançar a liberdade, desta maneira, a partir de alguns registros de alforrias e produções historiográficas, Melo analisou como eram inseridos os alforriados que tinham status diferenciados na sociedade colonial, seja em Alagoas ou no restante do país. A partir de cartas, registros, documentações de batizados, o autor exemplifica aspectos pontuais que revelam práticas cotidianas na luta para conquistar a liberdade ou as subcondições para o alcance desta, como também, quais sujeitos tiveram vantagens ao conquistar a carta de alforria (MELO, 2017).

Ampliando nossas observações, vale lembrar que, no mundo colonial, os forros tinham um papel significativo, fosse simbólico para os demais cativos, que poderiam ter esperanças de alcançar a liberdade, ou como uma massa que legitimava o poder, como lembra Mathias (2012, p.299), ao afirmar que “para obter sua legitimação social, a elite necessariamente deveria interagir com todos os segmentos da sociedade”. Neste processo de negociação é que podemos vislumbrar as negociações dentro da escravidão que favoreceram os cativos e seus descendentes a participarem mais ativamente da formação social do Brasil.

Em sua definição do termo alforria, Sheila Farias, citada por Vainfas (2001, p.30), apresenta a existência de três maneiras para o ex-escravo asseverar a sua condição de forro na sociedade. São elas: a carta ou “papel de liberdade”, devidamente estruturada, com assinatura do senhor ou de alguém por ele outorgado e que poderia ser registrada em

²⁹ Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/3225908/gian-carlo-de-melo-silva>> acesso em: 26/04/2022

cartório; o registro nos testamentos, em que ocorriam as divisões dos bens e algumas alforrias podiam ser concedidas como reconhecimento da companhia e pelo trabalho exercido pelo cativo; por fim, a pia batismal, local em que, no momento do batismo, o senhor anunciava que forrava a criança.

Assim, a alforria foi uma prática social corrente no período colonial. [...] (MELO, 2017, p.32-33)

As fontes documentais são do período colonial das regiões de Penedo e Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul. Um estudo de caso, nos leva a compreender os jogos de interesse por meio da possibilidade da obtenção de alforria por meio da coartação³⁰, como é o caso do Padre de Manoel Pereira da Vila de Penedo no ano de 1713, em que concedeu a alforria ao seu escravizado Francisco “coartado em quarenta mil-réis” (MELO, 2020, p.33), como um exercício de piedade cristã. Este não foi o único alforriado pelo Padre, outros escravizados também tiveram sua liberdade pelo bom comportamento, um dos meios encontrados pelos cativos nas tentativas de obter a liberdade. Uma outra alforria é da escravizada Maria,

Já em Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul, encontramos a alforria de Maria, que foi libertada pela sua senhora Maria Joaquina no ano de 1788. Um ato que ficou registrado em cartório, como deveria ser feito em todos os casos para garantir a segurança do ex-escravo. [...] a mulatinha não foi alforriada na pia batismal. Sua senhora concedeu a liberdade posteriormente e fez questão de ratificar que sua vontade estava sendo realizada de forma “espontânea” por sua “livre vontade”. Os termos usados por Maria Joaquina para com Maria, o desejo de “que se utilize de sua liberdade de hoje em diante, como se fora de nascimento”, podem significar uma relação que extrapolou os limites entre senhora e escrava. [...] (MELO, 2022, p.36)

Segundo o autor, a partir das fontes do século XVIII, observa-se que foram poucos os homens e mulheres que conquistaram sua liberdade (MELO, 2017). Algumas das práticas mencionadas aqui, reforçam as maneiras encontradas diante da realidade de escravizados e escravizadas na tentativa de serem livres ou “sub-livres” se assim podemos dizer, representando um processo que iniciou-se no século XVIII e perdurou até os finais dos Oitocentos (MELO, 2017), contudo, a busca pela liberdade era um fato recorrente no cotidiano escravo, as estratégias conseqüentemente eram advindas das percepções do contexto em que os sujeitos escravizados estavam inseridos.

³⁰ Segundo Gian Carlo de Melo (2017) *apud* Eduardo França Paiva (2015), a coartação era uma subcondição, o que lhe poderia exercer alguns anos a mais de trabalho para o acúmulo de pecúlio como também, o cumprimento de algumas funções até a morte de seu senhor.

A seguinte obra é uma dissertação de mestrado intitulada “A liberdade requer limites: o fundo de emancipação e a liberdade na Província de Alagoas (1871-1886)”, do autor Wellington Silva, defendida na Universidade Federal de Alagoas em 2017 sob orientação do Prof. Dr. Gian Carlo. Wellington Silva é mestre em história cultural pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, atua na área de escravidão e liberdade em Alagoas e é colaborador no Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagem - (NESEM).³¹ A pesquisa é desenvolvida a partir do processo de libertação de escravizados no ano de 1871 e até 1886, a partir dos grupos que foram beneficiados pelo fundo de emancipação, juntamente as estratégias de escravistas e escravizados antes do período da abolição da escravatura. Um contexto importante para os abolicionistas, tendo em vista a modificação das estruturas da escravidão a partir da Lei Rio Branco de 1871³² como também, a criação do fundo de emancipação, concedendo aos escravizados o direito de acumular pecúlio para a compra de sua liberdade.

E é a partir desse contexto em que dois parâmetros são levados em consideração. À primeira vista, o Fundo de Emancipação possibilitava a liberdade dos cativos, onde o projeto auxiliava os escravizados inteirando o valor que lhe faltara para a compra de sua liberdade, ou seja, o cativo inicialmente já teria de ter um valor acumulado. Mas por um outro lado, esta faceta favorecia os escravistas, levando-se em consideração o processo gradual da concessão da liberdade aos escravizados, juntamente a própria presença de escravocratas no processo de alforria.

O fundo de emancipação alterou a rotina do sistema escravista nos seus últimos anos de vigência. A partir da realização de matrículas com descrições de nome, sexo, cor, estado e aptidão para trabalho etc., o governo teria uma estimativa da quantidade de escravizados, e caso a matrícula não fosse executada, os proprietários estariam sujeitos a penalidades. Essas brechas legais foram bastante importantes para os escravizados, “[...] A província alagoana que, historicamente, é lembrada pelo quilombo dos Palmares, conviveu com outras experiências da dinâmica escravista” (SILVA, 2017, p.29). O autor traz esta reflexão ao que cerne os olhares limitados ao território alagoano, sendo, exclusivamente, a província marcada pelo combate e a representatividade do Quilombo dos Palmares. No entanto, apesar de toda representação de resistência negra, houve também outros eventos que marcaram a região, como por exemplo, a luta de escravizados e escravizadas na conquista da liberdade.

³¹ Disponível em: < <https://www.escavador.com/sobre/9660508/wellington-jose-gomes-da-silva> > acesso em: 02/05/2022

³² A Lei Rio Branco também conhecida como a Lei do Ventre Livre, foi promulgada em 28 de setembro de 1871 e determinava que os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir desta data estariam livres.

A década de 1880 foi marcada pelo controle da escravidão, sendo a primeira interferência do Império no comando da instituição, inclusive, intervenções no manejo dos senhores sob os escravizados. A legitimação de mecanismos como o próprio fundo de emancipação e a concessão da formação de pecúlio até então eram privilégios costumeiros acessados por alguns indivíduos, no entanto, tornou-se nesta década um direito legal. Um dos argumentos dos escravistas com relação à liberdade dos cativos é de que escravizados eram incapazes de viver em total liberdade devido a seu caráter marginal, um pensamento natural do contexto. Tanto que, havia influência dos senhores escravistas nas normativas que determinavam os meios nos quais os escravizados poderiam recorrer para conquistar seu pecúlio e comprar sua liberdade. Duplicação de jornada de trabalho e até o bom comportamento eram exigidos pelas regras para então, possivelmente, conquistar a emancipação.

Diante da obrigação da realização das matrículas dos escravizados anualmente por seus proprietários, o autor confronta este dever dos escravistas por meio de Robert Conrad³³, no qual o autor mostra que o fundo de emancipação foi um fracasso diante da pouca matrícula efetuada, incluindo a lentidão para a concessão das primeiras alforrias que só foram concedidas no ano de 1876. Tanto que houveram “liberdades particulares” tendo como finalidade o senhor prosseguir exercendo algum poder sobre os cativos. No entanto, não podemos negar que o fundo de emancipação foi um dos meios responsáveis por romper de certa maneira o domínio senhorial, abrindo brechas legais para que os cativos encontrassem métodos de liberdade.

Logo, havia um contraste que delineava o fundo de emancipação e as alforrias particulares: se de um lado havia uma inexpressividade numérica partindo do fundo de emancipação que libertou cerca de 1.503 cativos, por outro lado as alforrias particulares³⁴ atingiam os maiores números, cerca de 21.704 escravizados. Esta flexibilidade como um caminho de liberdade em que os cativos se deparavam, fragilizava a sua liberdade já que mais uma vez se tornavam reféns das obstinações senhoriais. Dado início à trajetória emancipacionista, os senhores tiveram de lidar com a gradatividade de sua autoridade perante os cativos, diante de novas leis e direitos adquiridos pelos escravizados, a grande numerosidade de concessão de alforrias particulares se dava como um modo dos escravistas ainda manterem sua autoridade.

³³ CONRAD, R. **Os Últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2.ed, 1878.

³⁴ A alforria particular era conquistada pelos cativos por meio de seu pagamento total. Já o fundo de emancipação era um projeto que auxiliava os escravizados inteirando o valor que lhe faltara para a compra de sua liberdade.

Essa continuidade de aspectos revela que os senhores continuaram influenciando as alforrias concedidas por intermédio do Fundo, no entanto, outros personagens também tiveram importante participação no processo, os componentes da junta classificadora, juízes municipais e os próprios escravos.

Tais detalhes evidenciam o caráter dicotômico que regia o período de liberdade gradual. Esse fato permitiu que todos esses personagens tivessem atuação significativa na etapa final do projeto. Logo, a associação desses aspectos foi responsável por retardar os caminhos da liberdade. (SILVA, 2017, p.76)

O ano de 1875 foi marcado pela primeira emancipação do Império, sua população cativa contava com cerca de 30.216 cativos, mas dentre essa numeração apenas 1.815 estariam classificados para conquistar a liberdade e entre esses, somente 89 escravizados foram emancipados pela província. Esta irregularidade na aplicação da lei está relacionada com a seletividade com que eram escolhidos os cativos a serem emancipados, como por exemplo, tinham como prioridade as famílias e mulheres acima dos doze anos para serem libertos. Mas, a lacuna diante da baixa emancipação se encontra direcionada ao dinheiro que era aplicado pelo Fundo de Emancipação que, por fim, não foi utilizado para emancipar os cativos, o que, conseqüentemente, proporcionou aos proprietários receberem altas quantias advindos de recursos dos cofres públicos.

As problemáticas surgem e com elas mostram a desigualdade na quantidade de emancipados, nos valores dos cativos e as divergências nas avaliações dos cativos,

A divergência nos valores das alforrias expõe o problema na formação dos mesmos; escravos que possuíam características semelhantes eram avaliados de forma distinta. [...] Podemos observar que todos os libertos exerciam a mesma profissão e possuíam idades equivalentes, porém, as avaliações foram divergentes, ou seja, não existem, aparentemente, fatores que validem tais diferenças. Na verdade, não estamos diante de uma situação atípica, pois a alta indenização funcionou como uma estratégia dos senhores na tentativa de assegurar seu direito moral e financeiro, e, assim, reaver parte dos valores investidos em seus cativos anteriormente. (SILVA, 2017, p.84)

Ou seja, mesmo com a legalidade do Fundo de Emancipação ao lado dos cativos como auxílio para a conquista de sua liberdade, jogos de poder estavam inseridos neste aporte abolicionista, já que muitas das situações nos insinuam que haviam meios que pareciam mais retardar a emancipação dos cativos já classificados do que auxiliar na liberdade. É importante ressaltar que o acúmulo de pecúlio se dava a partir de diversos trabalhos em que os escravizados realizavam, entretanto, apesar do fundo de emancipação ter sido uma ferramenta legal no estado alagoano, nem todos os municípios estavam na

mesma intensidade no que cerne a concessão da liberdade aos cativos, tanto que “o acesso à formação de pecúlio até então esteve limitado aos cativos de Porto Calvo” (SILVA, 2017, p.91). Configura-se que o município de Porto Calvo oferecia uma maior vantagem aos escravizados, dentre as vantagens,

Além da importância do ofício, o local de residência foi igualmente relevante para acumular o dinheiro. Todos os escravos que possuíam pecúlio moravam em Porto Calvo. Isso indica que, apesar do predomínio da lavoura do açúcar, o município possuía um mercado paralelo de escravos com ofício, que eram demandados devido às necessidades mais urbanas do local, que contava, na época, com uma população de 3.924 escravos. (SILVA, 2017, P.90-91)

A partir da citação acima, conclui-se que dependendo da região na qual escravizados e escravizadas estejam e mesmo conhecedores de seus direitos legais, eles enfrentariam mais um empecilho apesar de obter este aporte abolicionista, isto não lhes garantiam a emancipação, tratando-se, portanto, de um processo de liberdade gradual (SILVA, 2017), não um processo pleno em todo o estado alagoano.

Ao acompanharmos as alforrias concedidas pelo Fundo de Emancipação em Alagoas, notamos que procedimentos de liberdade passaram por adaptações. Dessa maneira, queremos ressaltar a natureza móvel no cumprimento da Lei; tais fatos revelam que o projeto de liberdade estava sujeito a interferências e alterações no ato da alforria. A fragilidade nas regras do Fundo não ocorre por acaso, na verdade, representam a ambiguidade da Lei e a conservação das prerrogativas do Estado na elaboração do projeto. (SILVA, 2017, p.92).

Na década de 1880, houveram diferentes contornos ao escravismo, a luta pela liberdade intensificou-se não somente por meios legais, as redes de sociabilidade foram importantes para o sistema de revoltas que aconteceram daqueles que não conseguiam a concessão de sua liberdade,

[...]As fugas, os assassinatos e as revoltas contribuíram para ampliar as contestações que o regime sofreu a partir de meados do XIX. Como vimos, os assassinos e fugitivos compõem o grupo de escravos que não poderiam ser libertos pelo Fundo de Emancipação. Dessa maneira, as disputas legais, em conjunto com a oposição aberta dos escravos, exigiam certa urgência em solucionar o problema da escravidão. [...] nas últimas décadas da escravidão, os cativos conseguiram superar algumas barreiras que lhes foram impostas durante os mais de três séculos do regime escravocrata. (SILVA, 2017, p.93-94)

Desse modo, entendemos que mesmo com o suporte do Fundo de Emancipação, as fugas e rebeliões aconteciam devido a não concessão da liberdade aos escravizados e escravizadas, tendo em vista que o processo lento de liberdade que se tornou a válvula de escape para o fim da escravidão juntamente com a Lei Rio Branco. Apesar das expectativas serem de libertar, quem estava na execução da Lei seriam os conservadores, e isso retrata a intervenção do Império de maneira ambígua, pois, apesar do concebimento das leis abolicionistas no auxílio do processo de libertação ainda que paulatina, o sistema também era conservador ao manter sob o domínio dos escravos, os filhos nascidos em 1871.

A próxima contribuição historiográfica é a dissertação da autora Fabianne Nayra intitulada “Os pardos da Vila do Penedo do rio de São Francisco: escravidão, hierarquias e distinção social em Alagoas (1758-1819)”, sua pesquisa foi defendida no programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Alagoas em 2019, tendo como orientador também o Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva. Doutoranda em História pela UFRPE, graduação em História pela UFAL (2015), mestra em história pelo PPGH-UFAL (2018), pesquisadora do Núcleo Escravidão e Sociedade na Época Moderna (NESEM - UFAL) no qual desenvolve pesquisas sobre a História de Alagoas, História da Escravidão, hierarquias-mobilidade-distinção social, raça, racismo e relações raciais.³⁵

A dissertação parte do pressuposto da quantidade superior de negros no estado alagoano, Fabianne Alves, contextualiza trazendo estatísticas do IBGE dos anos de 2005 e 2010 para informar o índice populacional, com a composição de pretos e pardos. Diante disso, a pesquisa é protagonizada pelos pardos da segunda metade do século XVIII em Penedo, a partir de suas buscas por ascensão e inclusão social, atentando-se para a diversidade do perfil desses sujeitos. A contribuição de sua pesquisa é atrelada a uma temática dissemelhante e diversificada, levando em consideração os estudos da historiografia alagoana da escravidão.

Para adentrar ao seu recorte temático, o conceito de qualidade³⁶ é utilizado para retratar as possibilidades de mobilidade espacial e ascensão social. Sendo a qualidade ou o conjunto de qualidades, meios de definir e organizar determinados grupos, a mobilidade espacial juntamente com a ascensão social poderia ser abalada. Tendo em vista a quantidade de negros e pardos na sociedade da Vila Penedo, nem sempre as possibilidades

³⁵ Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/9645821/fabianne-nayra-santos-alves>> acesso em: 02/05/2022

³⁶ O processo de classificação e organização da sociedade baseou-se nas características individuais para determinar a função e o lugar que cada indivíduo ocuparia no corpo social. Geralmente eram qualificados conforme as suas qualidades, como nação, origem geográfica, raça e cor. (ALVES, 2019, p.15)

de ascensão social eram alcançadas já que o termo “pardo” teve sua abrangência de significados e não ser restringido apenas a uma cor, mas sim “grupos de descendentes livres de africanos” (ALVES, 2019, p.28). A partir da classificação de Hebe Mattos sobre os pardos no século XVIII, a produção de Fabianne Aves se desdobra ao enfatizar as limitações dos descendentes já que o contexto implicava numa reprodução de comportamentos escravistas mesmo com sua condição de liberto. Os dados encontrados para introduzir na pesquisa não tiveram grandes contribuições mediante descrições a respeito das qualidades dos pardos de Penedo, o que dificulta a resolução do contexto e na identificação dos indivíduos e suas especificidades.

A partir desse quadro crescente de população de cor livre, as possibilidades de mobilidade e ascensão social foram se tornando menos limitadas. Assim, no século XVIII, pardo, pensando em um quadro mais conceitual digamos, era um termo cujo significado envolvia elementos que englobavam sim a cor da pele, mas também outros que dependiam das dinâmicas próprias da sociedade em que nasceram e viveram. Era também a forma de classificar indivíduos descendentes de africanos, que buscaram se afastar do tratamento por alcunhas depreciativas, como o termo mulato; que entravam em irmandades e ocupavam cargos de mesa; que ingressavam nas milícias e ascendiam a postos de mestres de campo, de sargento-mor, coronel, capitão nas milícias e iam à metrópole reivindicar cargos, patentes, honrarias, distinções que essas instituições os proporcionavam; eram doutores em letras e em direito, eram sacerdotes.

Em suma, eram homens e mulheres que a partir da alforria conquistada por seus antepassados africanos, conquistaram algum grau de liberdade para mover-se seja social ou espacialmente, entre as vilas e freguesias e até para fora da colônia, liberdade que ainda era acompanhada de limitações. De diversas formas e utilizando diversos espaços, instituições, estratégias e ferramentas, muitos dos pardos, embora vivessem em uma sociedade escravista e reproduzissem as práticas desse sistema – algo comum no contexto em que estavam inseridos -, já haviam se distanciado ao menos da experiência direta com o trabalho mecânico e compulsório e puderam exercer papéis e ocupar lugares que as trajetórias de seus antepassados trazidos da África não os permitia. (ALVES, 2019, p.34)

Tendo em vista as possibilidades de ascensão social como também a mobilidade social, duas instituições foram válidas para alcançar essa mudança de status social: a irmandade de São Gonçalo Garcia e o Regimento de Milícia dos Homens Pardos. A irmandade era um apoio espiritual, além de dar abrigo, assistência médica, como também um meio de auxiliar na compra da alforria e até enterros dignos, já que corpos eram normalmente abandonados ou jogados nas praias (ALVES, 2019). Logo: “dessa forma, junto à demonstração da religiosidade e da fé, a participação nas irmandades conferiu, aos seus associados, possibilidades de mobilidade social” (ALVES, 2019, p.62). Por outro

lado, não necessariamente as instituições religiosas acolhiam todos os pardos, pois haviam segmentos no qual as irmandades selecionavam para auxiliar os sujeitos e buscar atender suas carências diante de determinadas características. A partir do momento no qual a instituição religiosa deixa de atender os sujeitos pardos, já era motivo para procurar um novo espaço.

[...] A irmandade, dessa forma, se torna o lugar onde consolidam a distinção social que já vinham conquistando, na estruturada Comarca de Alagoas. Dessa forma, a devoção a São Gonçalo Garcia conferiu aos pardos um lugar social próprio e que os distinguiu das demais devoções praticadas por indivíduos com os quais eles não mais se assemelhavam. (ALVES, 2019, P.69)

Além das irmandades religiosas como meio de ascensão social, as milícias também representavam uma possibilidade de mobilidade espacial e ascensão social. As qualidades também eram necessárias para fazer parte da milícia dos homens pardos: nome, idade, lugar de nascimento, local de moradia, estado civil, filiação e profissão, eram importantes para a inserção na instituição e, também, são características bastante relevantes ao analisarmos as fontes para obtermos melhores informações e definições dos sujeitos, outro fato importante é identificarmos seu cargo na milícia para compreendermos quais os títulos sociais estes pardos conseguiram alcançar, nos assegurando dentro das possibilidades as chances de ascensão social.

A família de maneira estratégica era uma das possibilidades de ascender socialmente, inclusive, inserida no seio militar, as chances de conquistar essa mobilidade era maior, “enquanto estratégias de manutenção da mobilidade e distinção social entre os homens pardos na milícia na busca por ascensão na hierarquia interna dessa instituição e por inserção na rede de sociabilidades desses descendentes de africanos” (ALVES, 2019, p.107). As milícias dos homens pardos era garantia de uma perspectiva diferente do que os sujeitos viviam no cotidiano escravista, mesmo com a concessão da liberdade, a pessoa de cor estaria limitada às amarras de uma sociedade escravagista. Contudo, as instituições das irmandades religiosas e as milícias dos homens pardos eram meios legais de conquistar mobilidade social ou apenas uma distinção social, logo, a participação nas duas instituições conseqüentemente aumentava as possibilidades e complementavam as experiências dos sujeitos. Enquanto a milícia se mostrava um lugar de sentimento individual, a irmandade mostrou-se um lugar de coletividade entre os indivíduos.

[...] a participação numa associação religiosa proporcionava experiências que a milícia complementava e o contrário também é

válido. Pensando na rede de pessoas, por exemplo, a milícia colocou os pardos em contato com toda a sociedade já que era no espaço público das ruas que elas operavam, e a devoção a São Gonçalo Garcia, nos momentos de missa, de procissão, de confissão, aproximou os indivíduos milicianos e devotos dos civis que frequentavam a Igreja de São Gonçalo.” (ALVES, 2019, p.117)

O fato de integrar-se a duas instituições diferentes significava uma aceitação social. As pessoas interessadas em ingressar nestas instituições certamente tinham determinados perfis sociais aceitáveis já que era necessária uma contribuição orçamentária para a instituição. Contudo, ser pardo na Comarca de Alagoas era ter um lugar incerto na sociedade, as estratégias de ascensão social significavam uma tentativa de afastamento daquela realidade que lhe era imposta, o sujeito marginal que se assemelhava à experiência do cativo (ALVES, 2018). Desta forma, as estratégias de embranquecimento também eram válidas, como por exemplo, mudanças no comportamento, submeter-se a uma outra religião e cultura, eram meios válidos e acessíveis para a mudança de status social, se afastando da sua condição de marginal, as práticas de resistência também ocorriam de forma silenciosa.

Embora o trabalho de Fabianne Alves não tenha como objeto central a escravidão, mas sim as experiências de pardos libertos, sua pesquisa mostra estratégias de sobrevivência, resistência e mobilidade social das pessoas de cor. Suas estratégias dialogam, polemizam e recusam significados, instituições e práticas construídas pela experiência escravista no Brasil. É um trabalho que protagoniza pessoas não escravizadas, mas quem tem a possibilidade de escravização devido à sua cor, devido a esta característica, constroem suas estratégias, burlam o sistema, constroem e conquistam novos status sociais, evidenciando sua aceitação social.

A próxima contribuição a este cenário atual da historiografia alagoana da escravidão é a dissertação intitulada “Família e relações de parentescos de escravizados: Água Branca/Alto Sertão da Província de Alagoas (1850-1888)”, com produção de Marília Lima de Araújo, sob orientação do Prof. Dr. Gian Carlo. A autora possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Alagoas (2016), mestrado em História pela Universidade Federal de Alagoas (2018), doutoranda pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e integrante do Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagens - Séculos XVI - XIX (NESEM - UFAL). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente

nos seguintes temas: Brasil Império, Justiça, Violência, Escravidão e Sertão³⁷. Sua produção tem como cenário o alto sertão alagoano da segunda metade do século XIX, voltado para as relações cotidianas de parentesco de escravizados, comumente seus atos de resistência em meio ao contexto escravista.

Como tema central, o cotidiano da família escrava é analisado tendo como referência Robert Slenes (1988) ao tratar este conjunto familiar enquanto um jogo de poder que influenciou o sistema escravista. Além de Robert Slenes, Gilberto Freyre também é referenciado ao tratar da constituição familiar em defender a família enquanto um componente importante para a colonização portuguesa. Contudo, no final da década de 1950, duras críticas foram feitas a Gilberto Freyre, por Otávio Ianni, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e entre outros. As críticas são relacionadas à generalização do contexto escravista abordado por Gilberto Freyre no Nordeste brasileiro e expandindo essas questões específicas ao país inteiro. Outro ponto crítico refere-se ao mito da brandura escravagista, na qual Freyre define as relações cotidianas entre senhor e escravo enquanto “doces” (ARAÚJO, 2018). É a partir da década de 1960 e 1970 que estudiosos confrontam essa idealização da escravidão, contando com uma nova historiografia que a partir da década de 1980 traçaram novos rumos, narrativas, metodologias e conceitos, para alçar uma nova história, agora protagonizada por escravizados e escravizadas, ponderando não somente suas relações de trabalho, mas analisando seu cotidiano, redes de sociabilidade e, inclusive, a composição familiar enquanto um componente não estável. Emília Viotti (1970) e Suely Queiroz (1977) fazem parte dessa gama de pesquisadores que problematizam a generalização referente ao contexto escravista, alçando um olhar mais descritivo e pensante, acerca das relações cotidianas dos escravizados, ambas dirigindo-se ao gênero enquanto um fator determinante na sociedade escravista tendo em vista o desequilíbrio quantitativo dos sexos e a diferenciação dos sexos enquanto um fator para a instabilidade familiar.

A partir do cruzamento de fontes, dados foram utilizados para entender as especificidades das famílias escravizadas, tomando como método de pesquisa qualitativo e quantitativo, compreende-se algumas especificidades importantes para uma resolução consistente, “[...]buscaremos nos deter em duas tipologias de documentos que foram usadas em séries: os registros paroquiais e as inventariações” (ARAÚJO, 2018, p.26). É a partir destes dois documentos que são realizadas as pesquisas para compreender as formações das famílias, como também os bens deixados por entes falecidos.

³⁷ Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/6765707/marilia-lima-de-araujo> acesso em: 02/05/2022

É diante desta contextualização e cruzamento de dados que a produção de Marília Araújo se desenvolve e parte para o seu recorte territorial, a freguesia de Água Branca. O perfil demográfico da população de Água Branca na segunda metade do século XIX, é pautado na mão de obra escrava, agricultura, serviços domésticos e na confecção de objetos como roupas e redes, produzidas precisamente por mulheres e já com relação aos homens, a profissão de vaqueiro era exercida apenas por homens livres. No entanto, um dos pontos importantes a estabelecer nesta pesquisa, é a não dicotomia que foi exercida na historiografia tradicional da escravidão que reduz a sociedade apenas entre as relações entre senhor e escravo, mas além desta relação, a contribuição de Marília Araújo traz os vínculos com vizinhos, outros trabalhadores e imigrantes (ARAÚJO, 2018). Nesta produção, as mulheres tem uma grande evidência devido a sua influência na freguesia de Água Branca em meio ao contexto escravista.

O predomínio de mulheres é observado em todas as décadas e pode sinalizar uma certa preferência não somente dos senhores de Água Branca como também dos proprietários alagoanos. [...] Neste momento, podemos indicar algumas características da escravidão na freguesia de Água Branca. Os escravizados estavam principalmente em pequenas propriedades, havia um equilíbrio de homens e mulheres, com uma leve predominância das mulheres escravas em todas as décadas pesquisadas, porém, na década de 1870 o equilíbrio diminuiu, com uma baixa nos números de homens. As posses grandes com 20 ou mais cativos foram formadas majoritariamente por famílias de escravizados. O trabalho doméstico foi realizado pelas mulheres e o trabalho na roça pelos homens, mas ambos se dedicaram às duas atividades, que permitiam um contato com moradores de outras condições jurídicas. (ARAÚJO, 2018, p.44-45-46)

No sertão, ter mais de um escravo era sinal de poder e um bom status social e econômico, mas além do trabalho escravo, o comércio interprovincial também se tratava de mais uma forma de gerar lucro através da venda e da exportação de escravizados para outra província. Tendo como referência a produção de Luana Teixeira (2018) já mencionada nesta pesquisa, a autora Marília Araújo reitera a importância do porto de Maceió e Penedo como porto de exportação de escravizados para outras províncias. Em Água Branca, “[...]entre 1877-1882, foi um período de perda de mão de obra escrava na freguesia, as saídas de escravos foram maiores que as entradas” (ARAÚJO, 2018, p.70). As análises quantitativas das pessoas que foram negociadas para fora do município revelam um equilíbrio entre os sexos, expressando uma alta demanda de escravizados independentemente do sexo.

A Lei Rio Branco também é um dos pontos mencionados pela autora de forma crítica, por ter sido uma medida que adiou a abolição da escravatura definindo-a como um processo de liberdade gradual e não como uma medida eficaz para a corrosão do sistema escravista e, conseqüentemente, a emancipação dos escravizados. Outro fator a ser levado em consideração é a não liberdade total dos escravizados mesmo com a Lei Rio Branco, já que aqueles que tiveram a concessão ainda assim se viam dependentes de seus senhores, pois “procurava-se assegurar que o liberto continuasse em ‘proteção’ dos senhores, posto que, a escravidão teria “embrutecido” os escravizados, argumentavam muitos dos parlamentares” (ARAÚJO, 2018, p.81). Particularmente os estudos sobre os processos e mudanças entre as relações de senhores e escravizados no Alto Sertão são escassas, contudo, as informações ainda são limitadas para compreendermos como se consolidou e quais foram as reações advindas a partir da Lei Rio Branco.

Partindo para a centralidade do tema da pesquisa, os laços de compadrio, arranjos familiares, rituais de casamento e batismo, poderiam atestar uma estratégia de preservação familiar³⁸, tendo em vista o compadrio enquanto um fortalecimento de relações, fortalecimento de laços de solidariedade estaria relacionado a um fator decisivo: a busca por padrinhos livres e influentes poderiam trazer benefícios futuros, como por exemplo o aumento das possibilidades da concessão da alforria. Essa obtenção de recursos se inicia com o estreitamento de vínculos, reatualizar laços com pessoas livres e pessoas da própria família eram formas de alcançar algum tipo de proteção familiar.

O casamento também se encaixa enquanto mecanismo viável e estratégico na possibilidade de desfrutar alguma vantagem futura, como por exemplo o enlace com uma mulher não-escravizada possibilitaria ascendência livre (ARAÚJO, 2018), logo, a importância de construir e reafirmar laços de sociabilidade eram tão importantes quanto a condição de liberto. Os laços familiares, compadrio, casamento e a produção de inventários são jogos de poder e resistência ao escravismo, a intenção em reafirmar laços e construir alianças com pessoas libertas e influentes não era em vão, havia interesses materiais e simbólicos em questão.

Apesar da possibilidade de casamento entre os cativos ter sido validado, haviam baixas taxas de casamento entre escravizados, isso implica dizer que haviam motivos que

³⁸ Uma outra produção de Marília Lima Araújo intitulada “Família e parentesco espiritual: os compadrios e comadres de escravizados no sertão de Alagoas, freguesia de Água Branca (1864-1871)” está inserida no livro do Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé intitulado “SER(TÃO) NEGRO COM O ABÍ AXÉ EGBÉ: estudos e pesquisas interdisciplinares sobre as presenças negras no sertão alagoano”, que reúne 14 artigos produzidos por integrantes do grupo, abordando a interdisciplinaridade, experiências e as múltiplas formas de presenças negras no sertão.

levava escravizados e escravizadas a não constituírem o enlace. Seja por falta de pecúlio para a realização do matrimônio ou uma certa rejeição ao constituir matrimônio com sujeitos em condições restritas, com a Lei Rio Branco os matrimônios cresceram a partir da possibilidade de liberdade dos filhos que viessem a nascer após a lei.

O matrimônio certamente teve significados diferenciados para os nubentes que o requisitaram, em geral, podemos interpretá-lo como um paralelo com a liberdade, e acessado por uma minoria de escravos na freguesia. O casamento religioso foi pertinente para a ampliar e fortalecer a teia de relações desses indivíduos, para uma descendência livre, preservação dos vínculos familiares, integração à sociedade além de ser uma expectativa de mudança em suas condições materiais e jurídicas. (ARAÚJO, 2018, p.113)

A família monoparental³⁹ foi o principal arranjo familiar freguesia de Água Branca. No entanto, a constituição de famílias geracionais também registra as intenções em proteger seus filhos por meio do parentesco espiritual, como o batismo que possibilitava determinadas vantagens aos filhos diante das relações construídas com indivíduos em condição de liberto, logo, “apesar das limitações dos documentos, temos exemplos de famílias monoparentais que faziam parte de famílias geracionais e filhos naturais que contavam com a presença dos pais ou padrastos” (ARAÚJO, 2018, p.120)

Para identificar famílias monoparentais inseridas em famílias geracionais no Alto Sertão é necessário o entrecruzamento de fontes para rastreá-las no tempo como foi realizado nesta pesquisa para as libertas Rita, Maria e Luiza. As relações familiares dessas mulheres foram mantidas por um longo período, de modo a estabelecer uma linhagem materna. A permanência na mesma propriedade com os familiares resultaria em proteção e ajuda mútua, isso deveria ser importante para obtenção de recursos materiais, já que entendemos que tais recursos não eram conquistados de um dia para outro, que muito dependia de redes familiares e acordos desiguais com os senhores. Os *escravos* inseridos em famílias geracionais contariam com negociações iniciadas há décadas.” (ARAÚJO, 2018, P.132)

Mas as resistências das famílias além de estarem inseridas neste contexto de constituir laços a fim de conquistar vantagens e de preservação familiar, as resistências também se davam no cenário de possível separação das famílias. O comércio interprovincial era uma das principais facetas da instituição escravista responsável por separar milhares de famílias e para resistir a este comércio, as fugas dos cativos eram

³⁹ Mães que arcam individualmente com a criação de seus filhos(as) (ARAÚJO, 2018).

estratégias para que não fossem realizadas as vendas como também a não admissão da mobilidade espacial que faria com que familiares fossem dispersados entre províncias.

A venda para outra província representaria um passo atrás nas redes de solidariedades e autonomias, sem falar na separação da família [...] Segundo Luana Teixeira, a fuga foi uma das formas de resistência mais comum ao comércio interprovincial. (ARAÚJO, 2018, p. 167)

Portanto, a contribuição de Marília Araújo vem para somar nas produções do cenário sertanejo mais precisamente dos últimos anos da escravidão no país, o Alto Sertão é evidenciado a partir de um espaço tomado pela escravidão, mas carregado de resistência negra e escrava que lutou por meio de diferentes formas para alcançar sua emancipação ou ao menos a liberdade para seus descendentes. Os laços de compadrio, casamentos e famílias se enquadram no que chamamos de sociabilidade negra. Por meio de estratégias os cativos encontravam brechas na instituição escrava para alçar vantagens que lhe viera beneficiar, logo, a produção de Araújo auxilia para uma narrativa que além de representativa com o protagonismo do cenário sertanejo, também corrobora para uma historiografia da escravidão em que a narrativa de escravizados e escravizadas são estabelecidas a partir de um lugar de protagonismo e resistência.

A próxima produção é de autoria de Ismélia da Penha Balduce Tavares, mediante a submissão do seu artigo no 30º Simpósio Nacional de História no Recife. Intitulado “Participação e resistência da mulher no cotidiano da guerra dos cabanos: Alagoas – Pernambuco (1832-1850)” de 2019. Mestre em pelo programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2020 sob orientação da Prof. Dra. Arrizete Cleide de Lemos Costa e graduada em jornalismo (2012) pela Faculdade Integrada Tiradentes (FITS) em Maceió/AL.⁴⁰

Seu artigo tem como objetivo retratar a valorização da presença feminina na Guerra dos Cabanos⁴¹. Apesar de existirem variadas produções acerca desse evento, a participação feminina é pouca evidenciada nas pesquisas, “elas sempre transitavam em silêncio” (TAVARES, 2019, p.1). Autores como Dirceu Lindoso (2000) e Manoel Correia de Andrade (2005) são mencionados enquanto historiadores que produziram sobre a Guerra dos Cabanos e em suas produções mencionaram a participação feminina, no entanto, de acordo com Ismélia Tavares: “os documentos citados pelos historiadores

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/5332290/ismelia-da-penha-balduce-tavares>> acesso em: 02/05/2022

⁴¹ A cabanada foi um evento político que contou com indígenas, escravizados fugidos e libertos envolvidos, em revolta contra a instituição escrava no século XIX (MARQUES, 2020).

apontam frestas de luz sobre a participação feminina, porém ainda são residuais” (TAVARES, 2019, p.2), sendo os resquícios tratados mediante a presença feminina neste contexto conflituoso, são tratados de forma frustrante.

Por meio da análise do conteúdo a autora analisa as entrelinhas das produções, as narrativas que incluem o feminino. Periódicos como o diário de Pernambuco da década de 1834, por exemplo, é um documento também analisado, no entanto não lhe propõe uma boa problematização tendo em vista as informações que pouco manifestava a presença da mulher. Porém, apesar de não ter narrativas femininas, o uso da palavra mulher estaria sempre relacionado a algo inferior, a recusa ao evidenciar o feminino enquanto símbolo de resistência indica “uma seletividade no discurso com relação ao gênero feminino de forma a negar sua força de luta e resistência e, dessa forma, denota uma suposta fragilidade negando o seu protagonismo” (TAVARES, 2019, P.3). A isenção da luta feminina está retratada nos documentos oficiais, nas quais as mulheres não estão inseridas num lugar social de luta e combate como os homens, contudo, selecionar apenas os documentos tradicionais e entendê-los a partir do ponto de vista de uma elite historiográfica silencia, coloca à margem e desvalida toda e qualquer luta feminina em meio a contextos conflituosos, inclusive, não só o gênero é silenciado, a composição de gênero e a raça, são componentes de peso na exclusão de determinados grupos sociais.

O trabalho informal cotidiano também é abordado, pois, enquanto algumas mulheres estavam em guerra combatendo, outras trabalhavam no processo da fabricação de farinha.

O cotidiano da Guerra dos Cabanos por si só carrega uma força e uma marca no processo feminino de resistência. As mulheres foram responsáveis, pelos roçados que garantia a subsistência de todo o povo cabano, as mulheres fabricavam a farinha que culturalmente e historicamente constitui-se como um alimento de sustentação e força, aliada ao peixe, a caça, ou às frutas silvestres, alimentos segundo os relatos historiográficos, muito utilizados pelo povo das matas, pois, lhes garantia a subsistência. Não busco mulheres heroínas, mas evidências sobre suas presenças nos arranjos do cotidiano cabano, para que possamos ressaltar essas mulheres e suas vivências dentro de um polígono de extrema violência e o modo como teceram as diversas formas para sobreviverem. Essas mulheres teceram, com criatividade, o enfrentamento as adversidades e ao medo, criando uma relação social do trabalho de forma organizada entre si, para garantir a subsistência não apenas de suas filhas e filhos, mas para manter vivas as guerreiras e guerreiros que sobreviviam aos ataques simultâneos e constantes, realizados pela Força Nacional, aos Cabanos. (TAVARES, 2019, P.6)

Grupos sociais marginalizados possuíam suas redes de sociabilidade negra enquanto forma de articular suas práticas de resistência. Estas peculiaridades viviam presentes no cotidiano desses sujeitos e, por conseguinte, as formas de sobrevivência tecem a participação ativa desses grupos diante de um evento conflituoso. O cotidiano do feminino, de acordo com Maria Odila (2005), é como “área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência” (TAVARES, 2019 *apud* SILVIA DIAS, 2001). A construção de possibilidades está inserida neste cotidiano de resistência negra. Eni Orlandi (2007), ressalta que “no silêncio se constitui possibilidades porque quanto mais falta, mais possibilidades de sentidos existem” (TAVARES, 2019 *apud* ORLANDI, 2007). A rede de possibilidades e sentidos está presente na narrativa do cotidiano das mulheres cabanas que em meio às opressões e violências das elites rurais teceram suas respectivas vivências marcadas por combates, trabalho, resistência e luta.

Contudo, cada vez mais as produções brasileiras inserem o cotidiano de grupos que foram colocados à margem, sobretudo as mulheres negras na historiografia brasileira a partir de produções mais regionais. O exercício de identificar, analisar as entrelinhas e compreender o feminino no evento da guerra dos cabanos, apesar da intensa quantidade de documentos que visavam a mulher de forma inferior às capacidades do homem em meio a guerra, denota o feminino nas produções da atualidade num lugar de protagonismo e resistência, anulando preconceitos e estigmas que alocavam no gênero em forma de deslegitimar sua presença no cotidiano de uma sociedade escravista.

A próxima contribuição para o nosso balanço crítico da historiografia alagoana da escravidão é a dissertação de Ricardo Alves intitulada “Abolicionismo e trabalho juridicamente livre: um olhar sobre a História Social do trabalho em Alagoas (segunda metade do século XIX)” (2019) sob orientação de Osvaldo Batista Acioly Maciel. É Licenciado em História pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2008), mestre em História Social pela mesma instituição (2019), doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Tem experiência na área de História, atuando principalmente no seguinte tema: abolicionismo, imprensa, escravidão.⁴²

Sua dissertação tem como objetivo analisar a partir da segunda metade do século XIX a formação e atuação dos movimentos abolicionistas na província alagoana, principais grupos e sujeitos que lutaram contra a escravidão e identificar por meio do

⁴² Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/6119802/ricardo-alves-da-silva-santos> acesso em: 02/05/2022>

trabalho juridicamente livre pós Lei Áurea de n. 3.353, os novos meios de exploração ressignificados após a proibição legal da instituição escravista.

O historiador Ciro Flamarion Cardoso (1988) é referenciado diante sua menção referente à nova historiografia. Após os anos de 1960, novas abordagens e métodos na produção de uma nova historiografia a fim de corrigir erros e evitar certas tendências historiográficas que visavam descrever os escravizados enquanto “vítimas passivas”, sendo assim, uma historiografia produzida por uma elite branca (ALVES, 2019). Ou seja, este arco em que as produções tiveram, não somente abordou novos conceitos, mas também reverteu algumas fórmulas anteriores bastante argumentadas como a figura do escravizado passivo, mas agora, este mesmo sujeito é tido como objeto de estudo enquanto agente ativo socialmente e gerador de práticas culturais.

A resistência escrava não foi o único afronte à escravidão, situações diversas convergiram na aprovação da Lei Áurea de 1888 e com a mudança de estrutura, outras formas foram importantes para a luta antiescravista, dentre elas a coletividade da classe trabalhadora que enfrentara uma outra fórmula da escravidão mesmo com o seu fim. Além de utilizar o conceito de experiência de Thompson (1987) para abordar estes conjuntos de experiências entre classe trabalhadora e senhores, a historiadora Silvia Lara (1995) é mencionada ao recorte racial no que tange às experiências negras no Brasil em paralelo com Thompson.

Contudo, a pesquisa nos propõe entender alguns aspectos ocasionados após a abolição, como por exemplo, quais foram as organizações do trabalho antes e após abolição, atuação do movimento abolicionista (quem participava e quais seus interesses), além da participação dos escravistas neste movimento. Estes questionamentos reforçam a autoria dos movimentos abolicionistas e dos escravizados enquanto atuantes na luta contra o escravismo, pois, na historiografia brasileira da escravidão anterior à sua renovação havia um desprezo referente às múltiplas facetas dos sujeitos em resistir contra o escravismo. Diante das possibilidades de trabalho e mobilidade social, mesmo com a abolição da escravatura alguns fatores foram reorganizados para a manutenção do poder de uma elite ante a classe trabalhadora.

A repressão àqueles que não seguiam as “regras” ou que não eram disciplinados a um regime de trabalho deveria ser acompanhada de medidas que paulatinamente despertassem uma consciência de valorização do trabalho ou “o amor ao trabalho” de maneira que, a população pobre fosse incorporada “ao modo de vida” determinado pelos grupos dominantes. Essa determinação, por parte das elites e do governo, sobre os grupos subalternos levou ao desenvolvimento de

estratégias e de arranjos de trabalho para manter o controle sobre aqueles indivíduos. (ALVES, 2019, P.30)

Uma forma de controle dos corpos era por meio do trabalho, a rotina atrelada à ocupação das mentes dos sujeitos criara uma espécie de “amor ao trabalho”, a fim de controlar possíveis rebeliões que poderiam vir a ocorrer. A aceitação de que o destino de todos é o trabalho refere-se à condição de escravizado em aceitar passivamente seu papel na sociedade e para que fosse aceito enquanto cidadão, o trabalho constante e disciplinado era reverso aos sujeitos desempregados que conversavam nas ruas e que não tinham compromissos sérios.

A “preocupação” das elites com a abolição da escravatura seria que com o fim do trabalho compulsório, os escravizados se entregariam a uma vida ociosa e vadia, sendo eles africanos livres, escravizados, índios e brancos pobres, todos se encaixariam nesta condição de vadios caso não constituíssem um trabalho fixo. Contudo, apesar desse pensamento tender à ideais escravistas, alguns abolicionistas da época defendiam a necessidade de um cotidiano disciplinado (ALVES, 2019). Este consenso vindo mesmo de abolicionistas poderia também ser fruto de um pensamento de seu determinado contexto, no entanto não podemos deixar de lado que estes interesses, em tornar tradicional o trabalho regrado e totalmente disciplinado, provinha da instituição escravista.

Ao revisar a historiografia que trata do fim da escravidão e da consolidação do trabalho juridicamente livre, observamos que essa historiografia é unânime em utilizar o termo “transição” para definir a passagem do trabalho escravo para o livre. Não negando que realmente houve uma transição, mas entendendo que essa transição é muito mais complexa e que foi um longo processo que antecedeu a célebre data de 1888 e continuou no pós-Abolição, queremos enfatizar nesta pesquisa que durante o regime escravista coexistiam trabalhadores juridicamente livres, assim como no pós 1888 perpetuou-se práticas coercitivas dos tempos escravistas.[...] Dessa observação entendemos que grande parte da historiografia especializada na escravidão e na Abolição perpetuou essa noção de transição, sugerindo ou afirmando, dessa forma, que o trabalho livre predominou imediatamente após a Abolição, obscurecendo o fato de que a história em seu processo é uma construção com avanços e retrocessos, mudanças e continuidades, ações e reações. (ALVES, 2019, p.54)

Entendemos por meio desta afirmação a complexidade do contexto, já que o processo de desenvolvimento e declínio da escravidão não aconteceu de forma linear, diante dos acontecimentos paralelos à instituição não se pode considerar que houve uma simples transição da escravidão para a abolição. A exemplo disso, apesar da legalidade

do trabalho juridicamente livre, liberdade, possibilidades de ascensão social e mobilidade espacial, com o desenvolvimento do capitalismo uma nova fórmula concebeu a ideia da dependência do trabalho. Contudo, este novo modelo reforça ideais escravistas ao executar um trabalho compulsório com os mesmos interesses, deixando os trabalhadores reféns de um novo meio de controle.

Outro fator que contabilizou forças neste processo de abolição eram os movimentos abolicionistas, mais precisamente, a imprensa abolicionista alagoana. Com o ponta pé inicial da imprensa, clubes, organizações e jornais, estes meios foram criados para apoiar o movimento pró abolicionista e em meio a este cenário importante para aqueles que lutavam contra a instituição escravagista haviam outras imprensas responsáveis por consentir com ideais escravistas. Dentro deste contexto, havia a imprensa Lincoln e o Orbe, abolicionista e escravagista respectivamente.

O Orbe, no decorrer da campanha abolicionista em Alagoas, assumiu o posicionamento em defesa daqueles que se sentiam ofendidos e caluniados pelos abolicionistas. Suas colunas reverberavam as vozes dos proprietários temerosos de perder seu capital empregado na propriedade escrava. (ALVES, 2019, p.80)

Portanto, o Orbe representaria os movimentos dos senhores de escravos que estariam descontentes com a perda de sua mão de obra como também de seu capital financeiro. Inclusive, esta imprensa escravagista provinha de pensamentos conservadores da época na qual o feminino teria de ser subordinado ao sujeito masculino, “a mulher nasceu livre como o homem, tem naturalmente o gosto pleno de sua liberdade: entretanto pelo ato do casamento passa para o marido a administração de sua pessoa e bens” (ALVES, 2019, P.81 *apud* ORBE, 1884, p.2). Com um teor escravagista, o Orbe insinua que o direito civil é o que importa, indo contra o direito legal da liberdade dos escravizados e as mulheres, teriam de estar submetidas às leis civis em vigência e ao seu senhor.

Em oposição ao Orbe, duas outras imprensas abolicionistas convergiam seus ideais em prol da liberdade dos escravizados e fim do trabalho compulsório, apesar da contraditoriedade ao concordar com a suposição dos escravistas com relação às condições não favoráveis dos escravizados diante de sua condição de liberto e não estarem aptos, logo, “alguns diziam que o longo cativo os teria embrutecido, portanto, sem controle, a sociedade sofreria com o aumento dos crimes e das “maldades humanas” (ALVES, 2019, p.119). Contudo, como entendemos este evento enquanto um contexto não linear,

alguns descompassos são inevitáveis, principalmente quando nos deparamos com o evento no qual estes sujeitos estavam inseridos.

Em torno do *Lincoln*, outros periódicos o apoiavam na campanha abolicionista e também se identificavam como órgãos abolicionistas. Destacamos entre eles o *Gutenberg* que constantemente se reportava ao *Lincoln* reclamando sua atenção para situações que envolviam abusos de senhores e autoridades sobre os escravizados. (ALVES, 2019, P.84)

A dissertação de Ricardo Alves está inserida no contexto do processo de abolição da escravatura em Alagoas, no entanto, o enredo principal refere-se as resistências das classes subalternas a partir de seu cotidiano marcado pela instituição escravista e, em contraponto, o cenário deste contexto conflituoso em meio as lutas abolicionistas, os escravagistas se mostram superiores aos sujeitos marginalizados, contudo, “pois em História, o conflito social é refletor das transformações que se operam ao longo do tempo” (ALVES, 2019, p. 118). Esta luta entre dois pontos de poder revela, primeiramente, a insistência dos senhores em manter o trabalho compulsório, como também traz luz às narrativas dos trabalhadores juridicamente livres que, até então, suas narrativas eram evidenciadas a partir de um ponto de vista elitista tratando-o enquanto passivo.

Portanto, “[...]essas ações refletem a constante luta e resistência ao sistema escravista, desconstruindo o mito da passividade do escravizado e traz para a História, aqueles que antes eram silenciados ou mesmo esquecidos” (ALVES, 2019, p. 119). Além de denunciar o silenciamento na historiografia brasileira da escravidão mediante as narrativas de escravizados e escravizadas, reforça a resistência que estes sujeitos tiveram ao lidar com o trabalho juridicamente livre mesmo inseridos a um novo processo de opressão e dominação dos trabalhadores.

A próxima produção historiográfica alagoana da escravidão que trataremos aqui, é também do alagoano Danilo Luiz Marques. Seu mais recente livro “Sob a “sombra” de Palmares: escravidão e resistência no século XIX” (2020), tem como objetivo investigar os modos em que os escravizados e livres pobres, resistiram e procuraram de diferentes maneiras lutar contra a escravidão na Alagoas dos oitocentos. Estudos sobre episódios de insubordinação protagonizados por escravizados, libertos e livres pobres, que por meio desta, abalaram a instituição escravista. Por meio de fontes como jornais do século XIX, do Arquivo Nacional (documentação jurídica e policial) e no Arquivo Público de Alagoas (ofícios e correspondências policiais), Marques pode analisar três de variados momentos importantes na luta contra a escravidão.

Um fato importante, é a possível articulação entre as rebeliões escravas no Nordeste do país em que Marques afirma ter sido uma “rede de conspiração” entre as capitânicas nordestinas nos atuais estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia, “(...) os episódios de resistência escrava foram uma constante na Alagoas oitocentista.” (MARQUES, 2020, p.89). O alagoano afirma que o episódio de 1815 não foi um fato isolado, tendo em vista os acontecimentos na Bahia em anos anteriores e posteriores. A “conexão Nordeste” nos leva a argumentar que a possível rede de resistência entre os estados do Nordeste brasileiro, ressalta a ambição dos negros em obter êxito em suas articulações contra a instituição escrava, o que poderia potencializar as revoltas como foi o Natal de 1815: “era uma época propícia [...], como sempre, precederia a atenção dos homens e das famílias, do povo, enfim, entregues aos festejos e aos atos de fé religiosa” (MARQUES, 2020 *apud* DUARTE, 1958). Logo, diante deste evento que prenderia a atenção das autoridades, as possibilidades de insurreições⁴³ acontecerem eram mais fáceis. As festas, também eram momentos de celebração espiritual negra e, sobretudo, período de manter e construir laços por meio de redes de sociabilidade negra. Segundo Marques, tais informações demonstram a capacidade de planejamento e articulação dos escravizados, os quais conheciam os caminhos e as estratégias que precisariam percorrer para obter êxito (MARQUES, p.66, 2020).

A partir da descoberta de possíveis revoltas, as autoridades tomaram determinadas providências, “como a solicitação da colaboração de autoridades civis e militares e do auxílio de tropas formadas por cerca de 200 indígenas, as quais se juntaram às ordenanças políticas. (MARQUES, p.66, 2020). Com o receio de novos levantes diante do aprisionamento de escravizados, o policiamento foi uma forma de fiscalizar os cativos e também libertos, na tentativa de conter qualquer revolta. Alguns nomes de destaque foram mencionados na obra, para evidenciar a articulação de escravizados e insegurança das autoridades. O primeiro caso é o da escravizada Gracia.

Na tarde do dia 17 de agosto de 1815, em um contexto de pânico generalizado, muitos senhores de escravizados da Vila de Alagoas denunciaram alguns proprietários de pequeno porte que, temendo perdas econômicas, estavam escondendo cativos revoltosos. Nessa ocasião, foi presa a escravizada Gracia, de uma proprietária que nem se quer teve direito a sobrenome, denominada como “Florência de Tal”. Gracia figurava entre os principais personagens do episódio de 1815; tida pelos sediosos como “rainha”, recebia homenagens, uma dela

⁴³ Abordado também pelo historiador Abelardo Duarte em seu livro “Os negros muçulmanos em Alagoas” (1958).

consistia em ter seus pés lavados com vinho pelos insurretos. (MARQUES, 2020, p.72)

Referente a este acontecimento, percebemos que as redes de sociabilidade além de mobilizar escravizados e escravizadas, tende a enaltecer determinados sujeitos que se sobressaíam em determinados atos de resistência. Um outro personagem de destaque é o escravizado Inácio.

Outro nome de destaque que emerge na documentação das autoridades é o do escravizado Inácio, responsável pela segurança e distribuição das armas, tanto as de “pau tostado” como as de ferro. Essa informação evidencia que as formas de organização dos revoltosos eram conhecidas pelas autoridades, por isso a preocupação em proteger as munições de guerra. (MARQUES, 2020, p.73 *apud* SILVA, 2001)

Este episódio que segundo Marques foi uma “supostamente protagonizada pelos malês e com a adesão de outras etnias” (MARQUES, 2020, p.80) reforça uma narrativa escravizada que por meio de suas articulações, como as fugas e formação de quilombos abalaram diretamente o controle da hegemonia senhorial.

Outro evento abordado é referente aos papa-méis⁴⁴ ou como mais conhecidos, os cabanos. Os escravizados fugidos viviam nas matas de maneira estratégica, significando uma exclusão social na busca por uma liberdade longe de sua localidade, buscando uma fuga dos controles senhoriais, porém, as matas estariam relacionadas a “gente das matas” do que apenas uma convergência de fugas. Havia a participação de milhares de pessoas contando com homens, mulheres e crianças, sendo difícil controlar, pelo número de pessoas. A cabanada foi um evento político que contou com indígenas, escravizados fugidos e libertos envolvidos. Portanto, a junção desses indivíduos estaria relacionada a um “bem comum”, para atender as expectativas e necessidades dos fugitivos do cotidiano escravo (MARQUES). Importante salientar que o espaço em que os cabanos ocupavam era a mesma região do Quilombo dos Palmares, “uma coincidência geográfica” (MARQUES, 2020, p.88) demonstrando uma ameaça às autoridades alagoanas. O que auxiliou na força dos cabanos além de conhecerem as matas, eles tinham a simpatia do povo já que os viam como justiceiros, até porque as elites locais recrutavam caboclos a força e ainda destruíam as plantações para que os cabanos não abastecessem. As terras ocupadas pelos papa-méis eram férteis e bem irrigadas, plantava-se milho, cana,

⁴⁴ Os negros papa-méis eram escravizados fugitivos que se alimentavam de mel silvestre nas matas ao norte de Alagoas e ao sul de Pernambuco. Alimentos como frutos, peixes e mel, integravam a escassez da alimentação que os cativos viviam. (MARQUES, 2020, p.86)

mandioca, jerimum, cará, batatas, algodão e os trabalhos nas lavouras, em sua maioria, eram realizados por mulheres, as quais “tinham sempre uma arma ao alcance da mão” (MARQUES, 2020).

Nos três primeiros anos da Guerra dos Cabanos, o governo não se mostrou capaz de combater a população das matas, por outro lado, o periódico O diário de Pernambuco em 3 de março de 1834 dizia que os cabanos estavam em uma situação difícil pela falta de armamentos e em condições de miséria. A partir dessa observação, os periódicos se mostraram alinhados aos interesses dos oficiais em combater os cabanos, sobretudo, os escravizados fugidos e pobres livres, afim de o colocarem em suas condições anteriores.

O ano de 1834 foi um ano decisivo para a condução da guerra. De acordo com Manuel Correia de Andrade os governos provinciais esquematizaram um plano mais eficiente de combate aos inimigos, mobilizando todos os meios possíveis para derrota-los. (MARQUES, 2020, p.99)

A partir disso, foi dado um prazo de oito dias para que os cabanos abandonassem suas moradias, porém, mesmo em situação mais vulnerável os cabanos continuaram resistentes e camuflados nas matas, “evitando o confronto” (MARQUES, 2020, p.99). Embora seja um episódio marcante na luta escrava contra a instituição escravista, a historiografia deu pouco atenção a este episódio alegando que os cabanos revoltosos estariam alinhados à volta da monarquia e não da República. Nas produções do século XIX, a cabanagem é representada por meio da selvageria e marginalidade, essa descrição está associada às práticas de resistência dos cabanos em adquirir mantimentos e alimentos que para isto, saqueavam locais próximos das matas, gerando indignações.

Assim, cabe compreender que a adesão dos escravizados à cabanada mudou a feição da revolta. Ao lado da Balaiada, da Cabanagem e da Revolta dos Malês, se inseriu no bojo dos movimentos que lutaram pelo fim da escravidão no período regencial. As recordações de Palmares estavam vivas na memória popular, e muitos descendentes de palmarinos integraram o movimento [...] as recordações desse episódio aguçaram a imaginação dos escravizados, que viram na Cabanada mais uma oportunidade de luta pela liberdade. (MARQUES, 2020, P.91)

O próximo episódio é conhecido como Revolta ou Guerra dos Marimbondos e era formada por agricultores, pobres autônomos, agregados, jornaleiros, brancos ao lado de negros e mulheres ao lado de homens que lutavam contra a lei do registro civil que tinha o intuito de gerar possibilidades de reescravização por meio do registro civil e o censo geral, para contabilizar, descobrir e tornar público, o número de livres pobres no território

do Império do Brasil, com nomes, endereços e situação familiar entregues ao estado (MARQUES), o que viria possibilitar que grande parte da população que moravam em zonas rurais, fossem escravizados.

Os nomes “Revolta dos Maribondos” e “Ronco da Abelha” se devem ao barulho semelhante ao de um enxame de marimbondos ou abelhas que anunciava a aproximação da multidão [...] Os motins contra a “lei do cativo” foram um acontecimento singular, e estudá-lo contribui para uma melhor compreensão da conjuntura política do Império do Brasil na década de 1850, bem como das experiências de vida daquela “gente das matas” que continuava habitando as províncias de Alagoas e Pernambuco após a guerra dos Cabanos. (MARQUES, 2020, P.126)

A divisa entre Alagoas e Pernambuco é definida enquanto um palco de movimentação popular contra hegemônica, como foi os episódios de Palmares, os cabanos e os marimbondos (MARQUES). As possibilidades de escravização uniam sujeitos que lutavam por meio de suas práticas de resistência a fuga da instituição escrava, havia o medo de perder sua liberdade e conseqüentemente, adquirir uma instabilidade social. Segundo Marques (2020) “assim, enfatiza a importância de se atentar para o protagonismo exercido pelas camadas populares, nesse caso, por livres pobres e libertos que se sentiram ameaçados pela escravização ou reescravização” (MARQUES, 2020, p.127). O objetivo deste capítulo é analisar as maneiras em que as autoridades alagoanas agiram entre fins de 1851 e início de 1852, numa região conhecida e aterrorizada por “terrível falange dos papa-méis” (MARQUES, 2020, p.131). Lugares onde já aconteceram determinadas revoltas como o quilombo dos palmares, cabanos e os papa-méis, são regiões geográficas em que já ocorreram práticas de resistências, o que faziam com que as autoridades ficassem preocupados, logo, as autoridades imperiais e os senhores de engenho já esperavam outras possíveis revoltas.

Os homens livres, pobres e de cor que habitavam, na década de 1850, as zonas rurais do nordeste brasileiro teceram resistências diversas e “refinaram formas de protesto e de organização, multiplicando, em suas práticas cotidianas e estratégias de sobrevivência e representação, os significados da palavra politização” (MARQUES, 2020, p.133 apud SAAVEDRA, 2015).

Por meio de documentações sobre notícias das movimentações escravas em Alagoas publicadas no periódico Diário de Pernambuco e falas sobre determinadas autoridades que compuseram relatórios provinciais produzidos entre 1850-1855, as

autoridades temiam as revoltas e entendiam que controlar a população seria importante aos “interesses escravistas” (MARQUES).

A luta contra a “lei do cativo” não foi uma revolta contra o fim da escravidão [...], mas contra a ameaça de escravização ou reescravização de uma camada da população que se encontrava livre ou liberta. O que estava em jogo era o medo, um medo coletivo de “perder a condição de liberdade, lembrando que no Império do Brasil, a liberdade não era algo dado, constitutivo, para aqueles homens ela era condicional”. Viviam, assim, uma instabilidade social e cidadã. Constituído por camponeses, homens livres e libertos, esse momento, mesmo sendo repreendido por forças opositoras, foi vitorioso, pois conseguiu o seu objetivo: adiar o decreto do censo geral do Império, que só seria posto em vigor em 1872. (MARQUES, 2020, 148-149 *apud* OLIVEIRA)

O pós 1850 significou uma instabilidade ao sistema escravista que passou a viver seus últimos momentos. No entanto, apesar com a proximidade da abolição da escravatura, a manutenção da escravidão se deu de variadas formas, gerando novas revoltas e intensificando as mobilizações dos cativos e suas práticas de resistência, logo, “a fuga de escravizados para os quilombos era algo recorrente até a década de 1880, o que representaria uma forma de rejeição à instituição escrava juntamente à sua condição de escravizado” (MARQUES, 2020, p.152). Ao longo do século XIX existiu uma crescente de quilombos e por meio deles, se intensificavam os diálogos abolicionistas juntamente com as práticas de resistência, porém, apesar de muitos quilombos existirem em Alagoas, muitas autoridades negavam a existência de comunidades de escravizados fugidos, o que tranquilizaria a classe senhorial (MARQUES, 2020).

O Orbe, jornal de Alagoas, era um veículo de transmissão de informações alinhadas aos escravistas. Com a liberdade dos cativos, periódicos eram responsáveis por exibir informação de que o Brasil, segundo Marques “marchava para o abismo” (MARQUES, 2020, p.164). Suas opiniões estariam pautadas numa tentativa de manutenção da escravidão, exibindo fatos que tendiam a marginalizar e desmoralizar atos da população liberta e pobre. Alegando que os escravos tinham “horror ao trabalho por já terem trabalhado bastante” (MARQUES, 2020, p.167). Logo, “havia um abismo entre as leis e seu cumprimento na sociedade brasileira oitocentista e, no que tange à questão da *manutenção da escravidão*, isso se agravava em virtude da ideia costumeira de *propriedade* inerente ao mundo senhorial” (MARQUES, 2020, p.171).

O Nordeste, mais especificamente Alagoas, Pernambuco, Bahia e Recife, foram palco de resistências negras que lutaram contra a escravidão e por meio delas, pudemos

verificar que estes agentes históricos não estavam alheio ao seu contexto, ao contrário, tinham consciência de suas condições e cotidianamente sobreviviam diante das mais variadas condições que anulavam suas existências, articulando suas práticas de resistência para conquistarem sua “liberdade”. As ruas também eram locais de resistência, por lá conseguiam se camuflar e a ida à Maceió poderia significar a busca de auxílio de algum órgão abolicionista que pudesse vir auxiliar na compra de sua liberdade. Ao longo do século XIX, os burburinhos sobre a abolição e a própria abolição da escravatura fez com que uma parcela dos escravocratas fizesse o possível para manter o sistema escravista, perpetuando a propriedade escrava. Porém, políticos, senhores de escravos e autoridades sofreram com os ataques diretos de escravizados e libertos pobres que por meio de suas articulações abalaram diretamente a instituição escrava.

Marques retrata a parcela de escravizados que roubavam cavalos e prejudicavam as lavouras. As práticas de roubo de cavalos eram comuns e ocorreram na província alagoana nos finais do século XIX (MARQUES, 2020), suas atuações traziam inseguranças para a sociedade escravocrata. De acordo com Danilo Marques,

[...]a prática de furto de gado cavalari em Alagoas é aqui entendida como uma “negação ao trabalho disciplinado” e os mandos e desmandos dos senhores escravocratas, que buscavam de todas as formas a manutenção de sua posição privilegiada dentro dos costumes advindos de séculos de escravidão. [...] Devido às lamentações e preocupações das autoridades, presentes em relatórios provinciais e ofícios de chefes de polícia, muitos periódicos noticiaram os feitos dos “bandos de ladrões de cavalos”, retratando-os como um grande entrave para o desenvolvimento da agricultura (MARQUES, 2020, p.187).

Os furtos de cavalos eram vantajosos, por meio deles, escravizados tiveram contato com o mercado e o universo econômico (MARQUES, 2020). Contudo, a prática de roubo de cavalos se “perpetuaram por décadas, era um negócio vantajoso, e para isso teceram uma rede de comércio ilegal que muitas vezes envolvia os próprios proprietários que em algum momento já haviam tido algum agravo pelo crime de roubar cavalos” (MARQUES, 2020, p.200). No fim de sua obra, Marques afirma que Maceió era um lugar em que os escravizados se dirigiam na esperança de conquistarem sua liberdade e também buscando construir laços e redes de solidariedade, envolvendo libertos, livres pobres e também abolicionistas, que os poderiam auxiliar no acúmulo de pecúlio e na apresentação de outros sujeitos escravizados.

A capital Maceió era “um covil de escravos fugidos” (MARQUES, 2020, p. 202), o que segundo Marques, era uma expressão utilizada por escravocratas que escreviam nos

periódicos para denunciar queixas sobre os escravizados e na década da abolição, Maceió estava repleta de territórios negros, a presença desses sujeitos reflete a busca conjunta por liberdade, melhores condições de sobrevivência e também, retrata o fortalecimento dos grupos de sociabilidade escrava. Mas, a década de 1880 também foi marcada pelo crescente número de libertos e sujeitos em condições de miséria (MARQUES), devido a seu deslocamento para a capital alagoana. Segundo Danilo Luiz Marques, “uma análise dos periódicos alagoanos dá uma dimensão da realidade social da época, narrando episódios como o da morte do “mendigo João Surdo”, natural de Porto das Pedras, em consequência de anemia aguda” (MARQUES, 2020, p.203 apud O ORBE, 1881).

A região portuária era um ponto de convergência de múltiplos personagens: escravizados fugidos, libertos, quitadeiras, ladrões e tantos outros que enredavam as malhas da luta pela sobrevivência. Desde o início do século XIX, a presença negra em Jaraguá era constante. Além de local estratégico para saquear os trapiches, o porto simbolizava uma oportunidade de mudança. (MARQUES, 2020, p.207)

Importante ressaltar as associações criadas em prol do abolicionismo como a Sociedade Libertadora Alagoana (1881), a Associação Philantrópica de Emancipação dos Escravos (1884), Sociedade Libertadora Artística Alagoana (1884) e a Sociedade Abolicionista de Carrapatinho (1887), contribuíram diretamente com os sujeitos escravizados na busca por liberdade e, conseqüentemente, na luta contra a instituição escrava.

Portanto, a falta de produções historiográficas acerca das experiências e cotidiano dos africanos e seus descendentes, segundo Marques contribuíram para a manutenção do racismo. Seu discurso afirma ser “uma contramão dos discursos hegemônicos advindos de oligarquias locais, como os Calheiros” (MARQUES, 2020, p.244), além deles, famílias que construíram sua riqueza por meio do período escravocrata. A produção de Marques está inserida nesta historiografia alagoana da escravidão que por meio de documentos, periódicos, cartas oficiais, busca evidenciar a resistência de escravizados e libertos pobres em meio a três eventos importantes para o cenário alagoano em seu contexto escravagista: os malês, os papa-méis e os marimbondos, como também outros acontecimentos cotidianos que pudemos constatar, não serem eventos isolados, corroborando para uma narrativa que reforça os laços de sociabilidade negra. Os Palmares, não são protagonistas nesta pesquisa, mas sim coadjuvantes, retratado enquanto um “pai” de todas as revoltas e insurreições que vieram acontecer pós Palmares, uma

árvore que criou suas raízes e gerou frutos. A geografia espacial seria mais uma estratégia dos “marginais”, deixando claro que “a luta não parou com o “fim” de Palmares”, logo, evidencia as estratégias e subterfúgios de escravizados e libertos pobres, em diversas maneiras para alcançar sua liberdade. Ressaltando as tentativas da elite escravocrata alagoana de alongar e fazer “malabarismos” para que leis abolicionistas tivessem ressalvas ao que cerne a liberdade de escravizados e escravizadas, fazendo com que o processo de emancipação ocorresse paulatinamente.

A última menção que trataremos aqui, é o artigo do autor Fábio Castilho intitulado “Mulheres escravizadas em Alagoas: Resistência e protagonismo nos periódicos locais (1870 e 1880)”, publicado na revista *Crítica Histórica* em 2021 organizado por uma revista alagoana de História que faz parte do contexto de produção científica local. Castilho possui graduação em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) em 2006, mestrado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 2009, doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em 2012 e Pós-doutorado em História pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) em 2014.⁴⁵

O artigo tem o objetivo de estudar as representações femininas na imprensa local no período final da escravidão, sob uma condição de sujeitos históricos a partir de seu cotidiano e resistências. A principal fonte para a realização deste artigo, foram os periódicos alagoanos editados no período e disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira e por meio da história social e micro-histórica, a pesquisa evidenciou eventos isolados invisibilizados na historiografia. Os historiadores Peter Burke e Jacques Revel, respectivamente, são os autores utilizados pelo autor ao tratar sobre a inclusão de novos grupos na historiografia, além da análise de determinados sujeitos que anteriormente eram deixados de lado.

[...]Trata-se de uma opção metodológica de voltar-se primordialmente para as fontes primárias dando voz aos protagonistas do acontecimento histórico analisado. Nossa intenção é perceber e entender as transformações do mundo do trabalho em fins do XIX pela ótica das mulheres escravizadas. (CASTILHO, 2021, p.87)

A produção ressalta as trajetórias de mulheres escravizadas por meio de informações encontradas nas seguintes imprensas: *O Orbe* (1879-1900), *O Liberal* (1869-1884), *Jornal do Pilar* (1874-1879), *Jornal do Penedo* (1875-1890), *O Lincoln* (1885-

⁴⁵ Disponível em: < <https://www.escavador.com/sobre/6334552/fabio-francisco-de-almeida-castilho>> acesso em: 02/05/2022

1888) e O Gutenberg (1883-1904). As resistências por meio de “atos de revolta, fugas, assassinatos, mas também de negociação, casamentos e de busca de vantagens econômicas” (CASTILHO, 2021, p.84). A partir do critério de análise, cinco pontos foram traçados para analisar o cotidiano dessas mulheres, sendo eles: violência, fugas, famílias, biografias e justiça. Apesar da impossibilidade de conhecer a fundo as trajetórias das escravizadas, estes pontos foram levantados para a análise com algumas descrições condizentes ao cotidiano do feminino.

Os casos de violência são evidenciados por meio de periódicos, onde os jornais abolicionistas informaram as práticas de violências contra escravizadas.

“As cenas de violência e barbárie expostas nos jornais abolicionistas tinham a intenção de denunciar abusos e combater o regime escravocrata marcado pela violência (...) A violência era constante na vida das escravizadas, presente em diferentes momentos do convívio social. Vigeadas e compelidas, qualquer ato poderia fazer explodir a violência (CASTILHO, 2021, p.88-89).

Como é o caso informado pelo jornal abolicionista Orbe, trazendo notícias sobre a morte de uma escravizada Benedita que teve relações com outro escravizado e por fim, seu senhor acabou descobrindo e matando-a juntamente com seu amante. A partir desses casos de abuso de poder, as violências poderiam resultar em fugas de escravizadas e escravizados que encontravam por meio da fuga, liberdade e resistência na luta contra o sistema escravagista.

A violência cometida pela força oficial do Estado comprova a dificuldade de manutenção da ordem de um sistema contraditório e carcomido. Nesse aspecto, consideramos que a violência, por sua vez, poderia alimentar o desejo de fuga das escravizadas. (CASTILHO, 2021, p.92)

Neste caso, as fugas também poderiam significar o desejo de buscar uma condição melhor de vida apesar do contexto. Como é o caso da escravizada Carlota que foi descrita no Jornal escravagista O Liberal em 03 de fevereiro de 1886, a notícia de sua fuga e que segundo as informações, foi “seduzida” por um homem para realizar tal fuga.

No exemplo, a escrava Carlota, enamorada de Proethegio, decidiu adotar como estratégia a fuga com seu companheiro e arriscar um futuro mais próspero em sua trajetória, embora o editor da nota insistia na expressão "seduzida", dando a entender que Carlota não era capaz de se autogovernar. (CASTILHO, 2021, p.92)

Vemos aqui, novamente o uso de expressões que tendem a subjugar sujeitos. A utilização da palavra sedução relacionado à mulher, refere-se à naturalidade da mulher em enganar o homem colocando-a numa posição de manipuladora, reforçando as narrativas que afirmam que escravizadas e escravizados eram alheios ao contexto histórico em que viveram. As fugas também eram articulações dos cativos e cativas, não necessariamente envolver-se com alguém significaria somente afetividade, poderia significar o estreitamento de laços e conseqüentemente, a construção de redes de sociabilidade negra escrava.

Telles (2018) afirma que a fuga de escravizadas grávidas está associada ao receio de serem forçadas a se tornar amas de leite, figura que sofria grande opressão no cativo, pois obrigadas a cuidar dos filhos da casa grande, por muitas vezes, eram obrigadas a negligenciar os próprios filhos. Nesse sentido, também são muitas as notícias que demonstram a dificuldade de manutenção do núcleo familiar. Manutenção que pode ser lida como resistência dos escravizados. (CASTILHO, 2021, p.95 *apud* TELLES, 2018)

Mas as fugas também estão relacionadas à preservação familiar que é o próximo tópico analisado pelo autor. Assim como as fugas representam atos de resistência, a manutenção dos parentescos reflete os medos das possíveis separações que ao decorrer do cotidiano escravo, as transferências de escravizados para outras províncias, desestruturava os núcleos familiares.

De acordo com Slenes (2011), a manutenção do núcleo familiar no cativo era uma forma de preservar a cultura africana, além de garantir proteção e o sentimento de pertencimento por estar junto dos parentes e membros da mesma etnia. A separação familiar envolvia riscos e os indivíduos se tornariam deslocados e incompletos quando separado dos seus. Com efeito, depois de separada a família, o reencontro seria uma forma de resistência. (CASTILHO, 2021, p.96 *apud* SLENES, 2011)

Como é o caso da africana Leonor, que adquiriu pecúlio para reencontrar seu filho vendido e comprar a liberdade dele. Esta informação foi veiculada pelo Jornal Gutenberg em 17 de setembro de 1883 e segundo Castilho (2021, p.96-97) “através dessas notícias podemos notar a resistência ao cotidiano escravista a determinação dessas mulheres em garantir a liberdade e/ou garantir a manutenção dos laços familiares.” A partir dessa afirmação, compreendemos que, além das mulheres escravizadas compor uma rede resistência escrava, foram protagonistas e teceram suas vidas das mais variadas formas

de articulações para enfim conquistar sua liberdade e manter-se distante da realidade escrava.

O penúltimo tópico mencionado por Castilho é mediante às biografias de escravizadas. Quando se refere a biografia, não necessariamente está voltada para a descrição e detalhes de sua origem e cotidiano, mas sim, acerca de um caso específico que veio a estampar jornais da época como *O Orbe* e *O Gutenberg* no período que se estende de agosto a dezembro de 1886 (CASTILHO, 2021). Como é o caso da escravizada Rosa que teria sido ferida por sua proprietária e levada para o município de Porto Calvo, na tentativa de esconder os maus tratos a sua escrava.

No entanto, o plano foi denunciado pela imprensa abolicionista e no auge dos acontecimentos, o Juiz teve a sua casa cercada pelo polícia liderada pelo Delegado Altino Rodrigues Pimenta. A disputa gerada a partir da denúncia de maus-tratos sofridos por Rosa envolveu interesses políticos e causou a renúncia do Promotor Antônio Teixeira Aguiar. (CASTILHO, 2021, p.98)

Outro caso, é o da escravizada Honória que despertava interesses entre os senhores Bento José de Melo Pereira e José Joaquim Pitombo na comarca de Penedo na década de 1870. Enquanto Bento afirma que José Joaquim teve um caso com Honória, José afirma que Bento José de maus tratos e o mesmo afirma que “havia eu castigado-a com dez palmatoadas por desobediências por ela praticadas no serviço doméstico” (*Jornal do Penedo*, 27 de junho de 1876, p. 2- 3).

[...] a longa disputa travada na justiça e na imprensa local desvela os vícios e incoerências da sociedade escravista. Desvela ainda uma elite mesquinha e exploradora, pois mesmo Honória sendo objeto de disputa em tantos artigos publicados, não aparece como sujeito de seus atos nas representações do editor. Com efeito, em nenhum momento conhecemos suas vontades ou interesses. Honória é tratada como um animal doméstico por seus senhores, pelos editores do jornal e pelas autoridades. Dessa maneira, vemos que a cativa em meio a toda essa discussão não tinha voz alguma nesses espaços que pertenciam apenas as elites. (CASTILHO, 2021, p.104)

E por fim, a busca pela liberdade por meio da justiça, também era uma forma de resistência e garantia de que seus direitos seriam exercidos. Como é o caso da africana Roselina que conseguiu a liberdade de seus sete filhos, no entanto, apesar de sua condição

de liberdade após a Lei de 07 de novembro de 1831⁴⁶, enfrentou dificuldades no processo de libertação de seus filhos.

Com efeito, nos estertores do escravismo foi comum a prática de escravizados buscarem a justiça para conquistarem sua liberdade. Tal estratégia de resistência tornou-se mais forte com a adesão de advogados e jornalistas abolicionistas, mas, acima de tudo, conferem a autonomia e o protagonismo dos escravizados no processo de busca de sua liberdade. Esses momentos são mais bem percebidos no estudo das trajetórias individuais e cotidianas. Temas que esse artigo procurou aprofundar. (CASTILHO, 2021, p.109)

Diante do que foi exposto, a contribuição do artigo de Fábio Castilho se insere nesta nova historiografia alagoana da escravidão que tende a estabelecer novas narrativas, no caso, em sua produção, protagoniza as narrativas de mulheres escravizadas a partir de suas estratégias de sobrevivência e resistência. Diante dos relatos, descrições e informações de casos nos jornais abolicionistas da época, as fontes servem-nos como intermediador para a produção de um novo conhecimento e apesar do feminino estar presente em publicações de jornais escravagistas e serem definidas enquanto submissas e inferiores, as escravizadas nesta recente produção são representadas enquanto temática central, “(...) pudemos observar melhor os acontecimentos e compreender as estratégias de resistência implementadas pelas escravizadas, mesmo quando a resistência não era percebida pelos editores dos periódicos” (CASTILHO, 2021, p.106). Portanto, além de evidenciar narrativas femininas, sua pesquisa direciona a partir da realidade das escravizadas as suas estratégias de fuga, estreitamento de laços e práticas de resistência.

⁴⁶ Lei que colocou fim ao Tráfico Atlântico, tornando livre os “importados” desde então (CASTILHO, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, esta pesquisa pôde identificar pontos importantes referentes à nova historiografia alagoana da escravidão, tendo em vista a necessidade da inserção de novos sujeitos e narrativas nas produções historiográficas que partem com o ponta pé inicial da Nova História iniciada na década de 1980. Elencamos ao longo de nossa produção as pesquisas alagoanas realizadas por historiadores e historiadoras, temas, questões, conceitos, metodologias, narrativas e discursos que historiadores priorizaram e assumiram em suas respectivas produções.

A partir da grande expressividade de pesquisas com temáticas já discutidas na historiografia da escravidão, pudemos perceber que as produções tradicionais a partir de suas fontes, trazem questões sobre os escravizados com determinados usos de adjetivos que tendem a estereotipar os cativos. As abordagens são menos minuciosas e as narrativas tendiam a ser mais rasas, no sentido de serem breves, logo, essa impressão se deve ao contexto histórico em que os historiadores viviam, sobretudo, a primeira metade do século XX, onde pudemos perceber com mais diferença o modo em que os escravizados eram evidenciados. Porém, não necessariamente todos os autores que analisamos no segundo capítulo referente às produções tradicionais alagoanas sobre a escravidão, tomam como discurso a negação das resistências escravas, não podemos generalizar. Mesmo num contexto marcado por narrativas institucionais, tidas como oficiais e verdadeiras, pudemos constatar, mesmo que em pouca quantidade, produções que evidenciam práticas de resistência negra.

Por meio da renovação historiográfica, constatamos uma variedade temática das pesquisas, contudo, essa diversidade de temas assume um lugar diferente em cada produção. As pesquisas das novas produções alagoanas recorreram a novos personagens, eventos, contextos, regiões, referenciais teóricos e, principalmente, novas narrativas. Apesar das pesquisas coincidirem quanto ao grupo analisado, os escravizados, estas mesmas narrativas assumem protagonismos diferentes a depender do contexto e evento no qual seu objeto de estudo vivenciou, sendo assim, apontando novas perspectivas que vão além da simples dicotomia da relação entre senhor e escravo, evidenciando os escravizados para além de sua condição social, selecionando fatos como as práticas de resistências, sociabilidades negras, família, mobilidade espacial e trabalho, a mulher etc, fatores importantes que retrata os sujeitos a partir de uma outra ótica, atribuindo-lhe um lugar de protagonismo para além de sua condição de escravizado ou escravizada.

Outro ponto dissemelhante referindo-se às produções tradicionais da escravidão é diante da inclusão de determinadas regiões geográficas enquanto cenário do contexto escravista. A inserção do interior do estado de Alagoas, por exemplo, nas pesquisas historiográficas vai além de uma representatividade sertaneja, ela denota a presença de uma resistência negra no Alto Sertão, um lugar pouco trabalhado na historiografia alagoana, apesar de ser um cenário de experiências escravistas com suas formas de dominação, luta e resistência. De fato, as pesquisas realizadas por historiadores que produzem sobre o contexto histórico do Alto sertão alagoano, por exemplo, reforça um sentimento de pertencimento e desejo de mostrar este lugar por meio das produções científicas, enquanto um cenário de sociabilidades negras, sobretudo de sujeitos que sobreviveram com muita luta apesar de sua vida marcada pelas limitações em que a instituição escravista impôs.

Agora, uma questão importante que pudemos verificar é o feminino retratado em diversos lugares sociais do cotidiano escravista. De forma positiva, as produções alagoanas incluíram as mulheres pretas escravizadas num lugar protagonizado por luta, resistência e trabalho, ao contrário das narrativas de uma historiografia tradicional que retrataram o feminino num lugar vitimizado e à margem dos considerados “grandes homens”. Como já abordado no decorrer desta pesquisa, as mulheres negras por meio das produções alagoanas foram evidenciadas em diversos lugares de poder, seja no comércio, na família, casamento, religião e também inclusas em cenários de estratégias de sobrevivência, como por exemplo, a participação feminina na guerra dos cabanos no século XVIII. Estas narrativas recontam uma história da escravidão em que as mulheres escravizadas também estão inseridas num lugar de poder em meio a uma sociedade escravagista por meio de sua influência social, cultural e econômica, as narrativas e discursos que incluem o feminino na historiografia da escravidão deixam de lado estereótipos que buscavam inferiorizar e invisibilizar, as escravizadas nas narrativas oficiais.

Embora algumas das produções darem protagonismo ao feminino, determinadas pesquisas foram realizadas por homens. O que de fato, pode nos mostrar dois pontos importantes a serem refletidos: a pouca produção feminina com temáticas referentes ao escravismo e o gênero, pode refletir uma baixa produção nesta área produzida por mulheres, e por um outro lado, um aumento no interesse com relação às questões do feminino na historiografia da escravidão alagoana por homens. Este último caso pode estar atrelado a interdisciplinaridade da historiografia brasileira que propõe uma maior gama temática a ser discutida a fim de dar uma visibilidade nas narrativas, já que a

História das Mulheres é um campo historiográfico que teve seu destaque a partir da década de 1980, como também o fato de que as reflexões e estudos terem avançado evidenciando esse protagonismo em diversas obras, juntamente as novas questões levantadas por historiadores, a percepção da mulher enquanto agente histórico e principalmente, as fontes acessadas.

Contudo, compreendemos que houveram nesta nova historiografia alagoana da escravidão novas temáticas, fontes e abordagens, contribuindo para as produções neste cenário atual. Pudemos constatar que apesar da escrita historiográfica realizada por homens ainda ser maior em relação às produções femininas, as abordagens sobre as mulheres escravizadas vêm sendo incluída nos debates historiográficos no cenário alagoano. Seja por meio de cenário de guerra, trabalho, laços familiares, matrimônio, fugas, conquistas de liberdade e estratégias que viessem a possibilitar melhorias diante de sua condição de escravizada, a diversidade de lugares nas quais o feminino é destacado independe do seu lugar social na sociedade escravista. Portanto, as variabilidades temáticas que protagonizam as mulheres negras em meio ao contexto escravagista contribuem não somente para esta gama da nova historiografia, mas também para, além da academia, o compromisso com a luta antirracista e sobretudo contra o sexismo e misoginia presentes em nossas formas historicamente construídas de pensar as relações de gênero, dois espectros que atravessam as vivências na atualidade de mulheres negras. Tais obras produzem contra narrativas que constroem possibilidades para a inserção de novas historiadoras na escrita historiográfica que além de serem autoras, tornam-se “objetos” de estudo.

Mediante o exposto, afirmamos que este trabalho de pesquisa não se encerra neste dado momento, pois abre margem para produções futuras que poderão encontrar neste documento referenciais importantes aos estudos da nova historiografia alagoana. É importante ressaltarmos que esta produção acadêmica foi feita por uma mulher negra do Alto sertão alagoano, o que reforça o aumento de produções realizadas por mulheres, como também, o interior do estado sendo palco de pesquisas que efetiva leituras rigorosas e consistentes que se inserem nesta nova historiografia alagoana da escravidão.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. N. S. **Os pardos da Vila do Penedo do rio São Francisco: escravidão, hierarquias e distinção social em Alagoas (1758-1819)** / Fabianne Nayra Santos Alves. - 2019.
- ARAÚJO, M. L. **Família e relações de parentesco de escravizados: Água Branca / Alto Sertão da província de Alagoas (1850-1888)** / Marília Lima de Araújo. - 2018.
- BRANDÃO, A.B. L. **Os Negros na História de Alagoas**. Maceió, Comissão Estadual do Centenário da Abolição, 1988, p.19-53.
- BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas**. Capítulo introdutório do livro (org.); trad. de Magda Lopes - São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CASTILHO, F. F. A. **Mulheres escravizadas em Alagoas: Resistência e protagonismo nos periódicos locais (1870 e 1880)**. Crítica Histórica ano XII, Nº23, julho/2021.
- CORAL, M. **As contradições e tendências do processo de expansão e interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus rebatimentos no curso de serviço social de Palmeira dos Índios** / Marinês Coral, 2016.
- COSTA, C. **História das Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1928. Resumo didático, reimpressão (1983).
- DUARTE, A. **Negros muçulmanos nas Alagoas: (os malês)**. Edições Caeté, Maceió, Alagoas, Brasil – 1958.
- FELIX, E. S. E. P. **Thompson e as contribuições para a história social e os estudos sobre escravidão**. - XIII Encontro Estadual da ANPUH-PB, 2008.
- FREITAS, M. C. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva. Parte I – Historiografia brasileira: os olhares sobre as fontes – Escravidão negra em debate**. Suely Robles Reis de Queiróz. 6. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007.
- LARA, S. H. **BLOWN IN THE WIND: EP Thompson e a experiência negra no Brasil. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 12, p. 43-56, São Paulo, 1995.
- LIMA, J. F. **Irmandades**. Imprensa Oficial - Maceió, 1970.
- LINDOSO, D. **A interpretação da província: estudos da cultura alagoana** / Dirceu Lindoso. – 3d. – Maceió: EDUFAL, 2005.
- LINDOSO, D. **A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica** / Dirceu Lindoso. – Maceió: Edufal, 2008.
- MARQUES, D. L. - **COTIDIANO E RESISTÊNCIA ESCRAVA EM MACEIÓ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho, 2011.
- MARQUES, D. L. **Escravidão, Quotidiano e Gênero na Emergente Capital Alagoana (1849-1888)**. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VI, Nº XI, agosto, 2013.
- MARQUES, D. L. **Sobreviver e Resistir – Os Caminhos para a Liberdade de Escravizadas e Africanas livres em Maceió (1849-1888)**. / Danilo Luiz Marques. – Blumenau: Nova Letra, 2016.

- MEIRA, J. C. **A contribuição de E. P. Thompson para os estudos históricos**. Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia V. 5, N.1, UEG, janeiro-julho de 2014.
- OLIVEIRA, C. P. **Representações sobre a escravidão nos livros didáticos: o que mudou transcorridos dez anos da Lei 10.639/03?** / Caio Pinho Oliveira - Alagoinhas, 2019.
- REIS, A. D. Gênero: uma categoria útil para a história da escravidão no Brasil. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 6, n. 2, p. 11-28, Aracaju, 2017.
- SANTOS, R. A. S. **Abolicionismo e trabalho juridicamente livre: um olhar sobre a história social do trabalho em Alagoas (segunda metade do século XIX)** / Ricardo Alves da Silva Santos. – 2019.
- SILVA, M. **Experiências entre a escravidão e a liberdade: Os africanos livres na província de Alagoas (1850-1864)**. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, Natal/RN – 22 a 26 de julho de 2013.
- SILVA, T. M. G. **Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil**. Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista/BA, v.8 n.1, p. 223-231, 2008.
- SILVA, W. J. G. **A liberdade requer limites: O Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886)** - Maceió/ AL, 2017.
- SOBRAL, D. R. V. **Acepção de ruídos: (re) produção e arquivamento da coleção perseverança do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Revista Mosaico, PUC-GOÍÁS, v. 9, n. 2, p. 171-177, jul./dez, 2016.
- SOIHET, R. **História das Mulheres**. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5ª ed: Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997.
- TAILLE, E; SANTOS, A. **Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade**. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) Dilemas e desafios na contemporaneidade. São Paulo, 2012.
- TAVARES, I. P. B. **Participação e resistência da mulher no cotidiano da guerra dos cabanos: Alagoas - Pernambuco (1832-1850)**. Anpuh-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019.
- TEIXEIRA, I; SILVA, E. **História da eugenia e ensino de genética**. História da ciência e ensino, Volume 15. PUC-SP, 2017.
- TEIXEIRA, L. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado** / Luana Teixeira. – Maceió/ AL, 2016.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Revisão técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo, Companhia da Letras, 1998.

LINKS

<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoess/mapeamento-cultural/alagoanos-ilustres/felixlimajunior#:~:text=Escritor%20e%20historiador.&text=Filho%20de%20F%C3%A9lix%20Alves%20Bezerra,no%20jornal%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o%20escolar.>> acesso em: 15/04/2022

<<https://www.escavador.com/sobre/3939240/moises-sebastiao-da-silva>> acesso em: 25/04/2022

<<https://martaiansen.blogspot.com/2016/05/rapto-das-sabinas.html>> acesso em: 25/04/2022

<<https://www.historiadealagoas.com.br/craveiro-costa-historiador-estatistico-politico-escritor-e-jornalista.html>> acesso em: 25/04/2022

<<https://www.escavador.com/sobre/3225908/gian-carlo-de-melo-silva>> acesso em: 26/04/2022

<https://www.escavador.com/sobre/6765707/marilia-lima-de-araujo> acesso em: 02/05/2022

<<https://www.escavador.com/sobre/9645821/fabianne-nayra-santos-alves>> acesso em: 02/05/2022

<<https://www.escavador.com/sobre/9660508/wellington-jose-gomes-da-silva>> acesso em: 02/05/2022

<<https://www.escavador.com/sobre/6119802/ricardo-alves-da-silva-santos>> acesso em: 02/05/2022

<<https://www.escavador.com/sobre/5332290/ismelia-da-penha-balduce-tavares>> acesso em: 02/05/2022

<<https://www.escavador.com/sobre/6334552/fabio-francisco-de-almeida-castilho>> acesso em: 02/05/2022

<<https://ichca.ufal.br/pos-graduacao/mestrado-em-historia/institucional/apresentacao>> acesso em: 12/05/2022

<<https://www.historiadealagoas.com.br/francisco-domingues-e-a-historica-sociedade-libertadora-alagoana.html>> acesso em: 20/05/2022

<<http://www.adufal.org.br/Conteudo/5486>> acesso em: 24/05/2022

<<http://www.cultura.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2019/junho/em-nova-fase-instituto-historico-e-geografico-mantem-viva-a-historia-de-alagoas>> acesso em: 17/06/2022

<<https://prosas.com.br/empreendedores/14741>> acesso em: 17/06/2022

<<https://www.escavador.com/sobre/8670429/luana-teixeira>> acesso em: 26/06/2022

< <http://ihgal.com.br/>> acesso em: 25/06/2022